

noções de saúde: tecnologias de linguagem

Tese apresentada ao curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para obtenção do
título de Doutora em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2003



Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Claudia Marinho Wanderley

Marinho Wanderley

e aprovada pela Comissão Julgadora em
26/10/2004.

* 778

UNIDADE PC
Vº CHAMADA UNICAMP
W183n
/ EX
OMBO BC/ 57159
ROC 16/11/04
: D
REÇO 11.00
ATA 02/03/04
1º CPD

MO0195174-0

B ID 311241

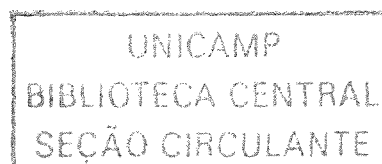
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

W183n	Wanderley, Claudia Marinho
	Noções de saúde : tecnologias de linguagem / Claudia Marinho Wanderley. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.
	Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Lingüística. 2. Analise do discurso. 3. Saúde. I. Orlandi, Eni de Lourdes Puccinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Resumo

Este trabalho visa compreender a formulação dos sentidos de *saúde* no espaço público. Com a teoria e a metodologia da Análise do Discurso (AD), pensada principalmente por Pêcheux e Orlandi, buscamos as condições de produção deste objeto em diferentes regiões discursivas, a saber: o discurso da lei fundadora do SUS (Sistema Único de Saúde), a tensão entre a Medicina e a Lingüística no discurso sobre os afásicos, o discurso da arquitetura sobre o homem perfeito, o discurso de um processo jurídico sobre a saúde do trabalhador, o discurso da psicanálise freudiana sobre o inconsciente e, finalmente (como excerto), o discurso da campanha brasileira de prevenção a AIDS. Ao longo destas análises, percebemos que os diferentes sentidos de saúde se constituem e significam no silêncio, o que demanda um aprofundamento da compreensão dos funcionamentos discursivos em questão. Assim, a análise da formulação da imagem do homem ideal na arquitetura, e suas derivas, propiciam a organização de operadores (teórico-metodológicos) que nos auxiliam no estudo das significações de saúde no silêncio. Estes operadores, por sua vez, apontam para a existência de uma tecnologia de linguagem, tecnologia esta que estabiliza sujeito e sentidos *default* no silêncio. A compreensão inédita desta tecnologia, que funciona discursivamente, é utilizada para discutir a distinção entre tecnologia da informação e a recém mobilizada tecnologia de linguagem, ao longo deste trabalho. Com esta compreensão, propomos uma formulação do sujeito saudável em rede (o sujeito *default* da discursividade da saúde) através da AD, agenciando a tecnologia de linguagem no ambiente da tecnologia da informação.

200403162

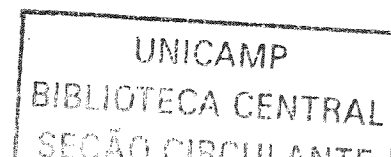


Resumo: Health Notions: Language Technology

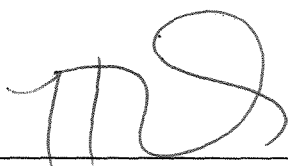
This study aims to comprehend the formulation of health meanings in public space. Through Discourse Analysis theory and methodology, as its thought by Pêcheux and Orlandi, I search for the conditions of production for this object in different discursive areas, such as the Brazilian law that found the SUS (Sistema Único de Saúde - Brazilian State Health Security), the gap and tension between Medicine and Linguistics in Aphasy discourse, the architecture discourse concerning the perfect man, the juridic process discourse about health of the working class in Brazilian State patterns, the freudian Psychanalyse discourse towards the unconscious and, finally (as an excerpt), the Brazilian campaign to prevent AIDS epidemy. Step by step, in these analysis, we learn that different health meanings constitute themselves and signify in silence, fact which demands a deeper comprehension of discursive functionings at stake in silence. Particularly the architecture discursivity analysis and all that derives from it, enhances the construction of (theoretical-methodological) operators that will auxiliate the investigation of health meanings in silence environment. These theoretical tools, by their turn, point to the existence of a *language technology*, which brings an stabilization to the meaning *default* in silence, as well as to the subject *default* in silence. The inedit comprehension of this technology, which works discursively, it is brought to discuss the distinctions between information technology and this new discursive concept: language technology, all along the text. Starting from language technology perspectives, we draw a picture of a healthy subject in web (the *default* subject of the health discursivity through Discourse Analysis). A study of language technology characteristics in information technology environment.

Resume: Notions de la santé: technologies du langage

Ce projet a comme proposition comprendre la formulation des senses de la santé dans l'espace public. Avec la théorie et la méthodologie de l'Analyse du Discours (A.D.), pensée principalement par Pêcheux et Orlandi, nous cherchons les conditions de production de cet objet dans des différentes régions discursives, à savoir: le discours de la loi qui a fondée le S.U.S. (Système Unique de Santé – le Service de Sécurité brésilien), la tension entre la Médecine et la Linguistique au discours à propos des aphasiques, le discours de l'Architecture sur l'homme parfait, le discours d'un process juridique sur la santé d'un fonctionnaire, le discours de la Psychanalyse freudienne sur l'inconscient et, finalement (comme excerpte), le discours de la campagne publicitaire de prévention au S.I.D.A. du Ministère de la Santé au Brésil. Tout au long de ces analyses, nous nous rendons compte que les différents senses de "santé" se constituent et signifient dans le silence, ce que demande un approfondissement de la compréhension des fonctionnements des discours en question. De cette manière, l'analyse de l'image de l'homme idéal de l'Architecture, et ses dérivées, propicient l'organisation des opérateurs (théorique-méthodologiques) qui donnent support pour l'étude des significations de la santé dans le silence. Ces opérateurs, à leurs tour, indiquent l'existence d'une technologie du langage. Une technologie qu'estabilise sujet et sens *default* dans le silence. La compréhension inédite de cette technologie du langage, qui fonctionne discursivement, est un outil qui nous permet de discuter la distinction entre la technologie de l'information et la nouvelle technologie du langage, au long de cette thèse. Avec cette compréhension, nous proposons une formulation du sujet plein de santé sur la web (le sujet *default* de la discursivité de la santé) à travers de la A.D., gérant la technologie du langage dans l'espace de la technologie de l'information.



Banca Examinadora:



Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi - Orientadora

Profa. Dra. Eliana Lúcia Ferreira

Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares

Profa. Dra. Rosângela Morello

Profa. Dra. Suzy Lagazzi Rodrigues

Agradecimentos:

À Profa. Eni Orlandi, por esta oportunidade de convivência e de trabalho conjunto, que para mim tem sido um privilégio.

A Luiz Orlandi e Júlia Almeida que me propiciaram espaços de interlocução.

Aos Professores das bancas de qualificação, e da banca final, por me apontar caminhos de escrita e de trabalho ainda a percorrer.

A Carmen Lúcia de Simone, pelos caminhos das pedras entre as publicações do MS.

À Flávia e Claire Malkine pela tradução.

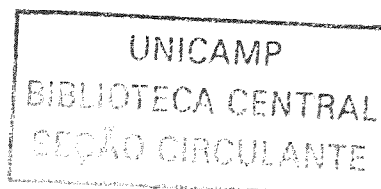
Aos colegas do IEL, pelo ambiente de discussão, de debate e de diversão. Todos tão necessários nesses cinco anos de trabalho acadêmico.

Aos meus amigos, sempre por perto: Flavinha, Alexandre, Bia, Lu, Marci, Didi, Aninha, Rô, Ceci, Conceição, Selva, Naná, Carmen, Fafinha, Marco, Gileade, Artur, Vanise, Tati, Carlos, Sheila, Christóvam, Mário, Christina, Iba, e todo o meu clã...

A turma do Labeurb: Alex, Alice, Bá, Bruno, Carmen, Carlos, Carol, Clau-Pfe, Dag, Dirce, Eliana, Eni, Irma, Karla, Kelma, Lecy, Marcelo, Monik, Morelão, Pink, Priscila, Rodrigo, Rose, Sandra, Zé, e todos que fizeram parte de nossa equipe em algum momento.

A equipe do IEL, pela eficiência.

A CAPES, apoio sem o qual a realização deste trabalho não seria possível.



Que as coisas conversam coisas surpreendentes
Fatalmente erram acham solução,
E que o mesmo signo que eu tento ler e ser
É apenas o possível ou impossível em mim em
mim em mil em mim em mil

(Caetano)

I. INTRODUÇÃO	10
II. TEORIA E MÉTODOS.....	16
1. A ANÁLISE DO DISCURSO NA RELAÇÃO COM O BRASIL.....	16
2. MEMÓRIA DO TRABALHO A AD E O SABER URBANO & LINGUAGEM	22
III. PROBLEMÁTICA	26
1. JANELA: LEI 8080, UMA NOÇÃO DE SAÚDE PARA O CIDADÃO BRASILEIRO:	28
2. JANELA: A NOÇÃO DE SAÚDE NAS CARTILHAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	30
2.1. <i>conexão: os silêncios do sujeito brasileiro saudável</i>	34
2.2. <i>conexão: a psique do sujeito saudável</i>	38
3. JANELA: SAÚDE PARA O CIDADÃO GLOBAL	40
3.1. <i>novas condutas urbanas: a saúde do corpo e da mente globais</i>	49
3.2. <i>Processamento de dados: a prática saudável das TIs</i>	51
IV. CONEXÕES COM A LINGÜÍSTICA, A ARQUITETURA, A PSICANÁLISE E O DIREITO	55
1. SAÚDE COMO PRÁTICA LINGÜÍSTICA	56
1.1. <i>conexão com a Neurolingüística</i>	59
1.2. <i>a dobradura visível pela Análise do Discurso</i>	71
2. FINALMENTE UM CORPO SAUDÁVEL: A ARQUITETURA	80
2.1. <i>No Brasil</i>	95
2.2. <i>A saúde do sujeito brasileiro: de volta ao SUS</i>	99
3. A NOÇÃO DE SUJEITO SAUDÁVEL POSSÍVEL PARA A AD	107
3.1. <i>a conexão com a Psicanálise</i>	107
3.2. <i>"Todo sujeito "se reconhece" a si mesmo": ou sobre a pontuação</i>	116
3.3. <i>Questões de entremeio para análise do sujeito saudável</i>	119
3.4. <i>Superfícies discursivas saudáveis</i>	125
4. A SAÚDE NO ESPAÇO ADMINISTRATIVO: ANÁLISE DE UM PROCESSO.....	128
4.1. <i>A constituição da instância jurídica e o processo</i>	130
4.2. <i>Nossas questões sobre saúde e o trabalhador</i>	135
4.3. <i>a posição-sujeito administrativa e a posição-sujeito jurídica</i>	138
4.4. <i>A aporia de um processo jurídico-administrativo</i>	141
4.5. <i>Crítica de entremeio</i>	153
V. DA NATUREZA DA NOÇÃO DE SAÚDE	157
1. HISTÓRIA DOS ENCAMINHAMENTOS.....	157
1.1. <i>Tecnologias de Linguagem e Línguas Imaginárias</i>	163
1.2. <i>Modelar a realidade, as línguas imaginárias</i>	171
1.3. <i>A produtividade discursiva das TLs</i>	174
2. TECNOLOGIAS DE LINGUAGEM: PROPOSTA DE PSIQUE SAUDÁVEL.....	175
2.1. <i>Tecnologia, linguagem e sujeito</i>	194
VI. JANELA DE PERÍFRASE SOBRE O TEXTO, OU CONCLUSÃO PROVISÓRIA	202
VII. BIBLIOGRAFIA.....	212
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:	217
<i>Referências: Instituições que entraram em interlocução com este trabalho</i>	219
1.EXCERTO.....	220
UMA PROPOSTA DE COMPREENSÃO DA SUPERFÍCIE DISCURSIVA DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DA NOÇÃO DE SAÚDE.....	220
2. EXCERTO.....	227
PREVENÇÃO À AIDS, O FUNCIONAMENTO DA CAMPANHA DE SAÚDE COMO EVIDÊNCIA	227
2.1. <i>a questão do sujeito "objeto" de uma ciência</i>	234

2.2. deslocamento da discursividade científica	236
2.3. diferentes mecanismos de repetição, ou recorrências?	238
2.4. o silêncio como o possível	242
2.5. as diferenças e a política de subjetivação	244

I. Introdução

“É preciso se colocar e, de uma vez por todas, se manter ao nível da espacialização e da verbalização fundamentais do patológico, onde nasce e se recolhe o olhar loquaz que o médico põe sobre o coração venenoso das coisas.”

(Foucault, 1998-O nascimento da clínica)

Neste estudo, procuro seguir de maneira invertida o mapa de Foucault, buscando me situar ao nível de espacialização e verbalização do que é saudável. O coração hígido, a alma incólume, o espaço de vida, e a vida do sujeito. São estes os imaginários do que é indefectível, seja no plano ideal ou material, que funcionam como referência de “saúde”. Para nós, a discursividade da saúde não está localizável em um tipo de “discurso” específico. Ela é elaborada no trabalho dos cientistas, dos administradores, no cotidiano da população, e também é organizada no Estado, na reflexão da academia, na mídia em geral.

Poderíamos abordar esta questão de maneira quantitativa, estatisticamente, com um olhar sociológico, ou pela história, entre outros, mas escolhemos uma leitura discursiva da noção de saúde funcionando nestas várias instâncias. A produção científica instala elementos para a produção de Formações Discursivas (FDs) que se estabelecem com uma “popularização” e “vulgarização” de seus produtos e resultados. Então a noção de saúde pode ser discursivamente analisada em diversas instâncias da produção lingüística. Análise esta que não se realiza apenas no texto, considerado “formalmente” como tal, como o conhecemos nas análises em geral, mas

também nas elaborações científicas, nas formulações da arquitetura, em métodos de trabalho, em cartilhas, no senso comum, etc. De fato, meu esforço se organiza na direção de analisar discursivamente "dependências funcionais" (Pêcheux, 1969:51) da noção de saúde. Pêcheux, no intuito de formalizar as relações de sentido postas na superfície discursiva, propõe o "enregistrement des dépendances fonctionnelles" do discurso e estabelece a concatenação como estrutura elementar. São estas noções que vão nos auxiliar a organizar uma direção de desenvolvimento de nosso estudo, como veremos adiante.

Visamos deslocar a discussão da produção dos sentidos de saúde do alçapão constituído pelo par sala de conferência-teatro (lógica-retórica). A imagem do alçapão é utilizada por Pêcheux, em uma crítica ao filósofo e lógico marxista Georg Klaus, que utiliza a lógica para intervir

"[...]na luta política e ideológica, dos conteúdos científicos do materialismo histórico, de modo que esta luta toma em definitivo *a forma do pedagógico*, uma vez que é no *reconhecimento do verdadeiro* que a teoria - presume-se - se torna "uma força material". Contudo as coisas não são assim tão simples, pois a luta de classes não tem exatamente as características de uma sala de conferências (com o gabinete do professor, a tribuna e a platéia), e G. Klaus bem o sabe, seu "instinto político" está aí para lembrá-lo: ele *percebe politicamente que as ideologias não são "idéias", mas não consegue pensá-lo teoricamente, um vez que isso é impensável no quadro da Semântica, da Semiologia, etc.*; então ele é levado, para representar este impensável no interior deste quadro (onde, sabemos, o par lógica/retórica está pronto para prestar serviço), a contrabalançar o logicismo

ao justapor a ele a retórica sob a forma de uma psicologia da mudança de atitude [...]”(Pêcheux 1975¹:286).

Ou seja, para nós não há uma suposição prévia de uma lógica que organize os sentidos de saúde, ou de uma relação individual de formulação desta noção. Esta busca das condições de produção e formulação dos sentidos de saúde se dá através de análises e discussões de superfícies discursivas, com a teoria da Análise do Discurso.

Queremos, de fato, investir na questão que Pêcheux nos aponta:

“De que modo é preciso conceber o tempo (modalidades, aspectos, etc.) e o espaço (localizações, determinantes, etc.) que são o tempo e o espaço imaginários do sujeito falante para que a evidência do sentido e do sujeito se torne um objeto teórico para a Lingüística e deixe de se repetir nela, espontânea e cegamente, sob a forma de duplo imperialismo, do sujeito e do sentido? Em suma, de que modo tirar as conseqüências lingüísticas do fato de que “o não-dito precede e domina a asserção?” (idem 291) .

No nosso caso buscamos como o não-dito sobre "saúde" precede e domina sua asserção. Isso é necessário, uma vez que quanto mais nos distanciamos da compreensão do sentido de saúde em oposição ao de doença, mais difícil é perceber sua formulação possível. De que maneiras esta noção significa, e quais as condições de produção desta significação? Inicialmente para fazer esta discussão, levando em consideração este princípio, busquei textos administrativos de campanhas do Ministério da Saúde, particularmente o programa de prevenção à AIDS e o programa do SUS. Neste material, em momento algum é enunciado o que vem a ser saúde.

Os funcionamentos discursivos se tornaram a partir daí meu espaço de análise. E a proposta de Pêcheux (idem) para o registro das dependências funcionais minha ancoragem metodológica. O fato de não haver uma formulação textual da noção de

¹ In Uma teoria científica da propaganda:

"saúde", nos leva a trabalhar nas análises de seus efeitos, de suas evidências, e nem sempre apresentar um corpus de análise, como nós o compreendemos tradicionalmente como análises de textos. Esta "escolha" - do que analisar - se deve principalmente à natureza do funcionamento dos sentidos de saúde, que se mostraram intangíveis em uma formulação textual, mas que neste trabalho se tornaram analisáveis por suas evidências discursivas, particularmente pela compreensão e articulação de suas dependências funcionais. Assim, na falta de perspectiva de ver este sentido formulado e acompanhar suas condições de produção e ver as relações de deriva e de paráfrase no corpus, escolhi diferentes discursividades que se sustentam em uma noção de saúde. E a partir disso, foi possível analisar a superfície discursiva presente, e as condições discursivas funcionais desta noção.

Como material de análise utilizamos inicialmente: a lei que constitui o SUS, assim como cartilhas para administradores elaboradas pelo Ministério da Saúde. Como aí encontramos a presença da formulação, fizemos a análise das condições discursivas da noção de saúde em uma proposta elaborada por lingüistas brasileiros para tratar a afasia, para analisar uma possibilidade de aproximação desta noção com a teoria da linguagem. Ao buscar parâmetros para lidar com a falta da formulação de saúde, analisamos a discursividade das simetrias do corpo no primeiro tratado de arquitetura, de Vitruvius, autor romano (séc. I D.C). A análise discursiva desta imagem, sim, nos deu parâmetros para operar com as dependências funcionais da noção de saúde no silêncio. Munidos de operadores mais adequados à problemática proposta, realizamos a análise do processo jurídico de um músico de orquestra sinfônica, aposentado por perder a audição em seu ambiente trabalho. Retomamos as análises anteriores, da perspectiva de suas dependências funcionais e continuamos nossa investigação sobre noções de saúde, com análises do espaço de consultório

formulado por Freud, e da febre das tecnologias da informação. Enfim vários discursos que de alguma forma agenciam a noção de saúde para sustentar suas práticas na sociedade.

Nestas análises, percebi que os sentidos de saúde funcionam como uma espécie de senso comum. Portanto, desloquei a discussão das condições de produção destas significações para o espaço público. De fato, o deslocamento espacial proposto é, na maioria das vezes na direção de um espaço mais amplo de saúde, que estou chamando de "espaço público". Neste deslocamento realizo a análise de duas discursividades que jogam fortemente com a produção deste senso comum: 1) a mente formulada como metáfora do desenvolvimento das tecnologias de informação, ao mesmo tempo que é metaforizada por ela, e 2) o corpo formulado no 1º tratado de arquitetura e algumas de suas derivas possíveis de leitura.

Para trabalhar no espaço da produção científica, teoricamente, a formulação das questões sobre a noção de "saúde", trago uma análise e discussão de como funciona esta noção em dois casos: no caso da afasia no trabalho de Maria Irma Coudry, Lingüista brasileira, e nos trabalhos de Fábio Herrmann e Marion Minerbo, Psicanalistas brasileiros. Mesmo a noção de saúde não sendo o objeto principal de discussão destes autores, seus trabalhos apontam para particularidades das condições de formulação desta noção, que nos interessam neste estudo.

Do fim para o começo, as noções de "tecnologia de linguagem", "janelas" e "justaposição" se tornaram eixos organizadores deste estudo. Ao longo do texto, apresento "janelas" de compreensão do que pode vir a significar "saúde". De fato, uma janela não tem uma relação positiva com a janela subsequente. Elas se organizam entre si através da *concatenação*. Segundo Pêcheux (1969:parte II), a estrutura elementar das dependências funcionais no Discurso é a da *concatenação*, seguida

diretamente da *expansão* e da *saturação*. É a operacionalização desta noção que faz a com que a formulação metodológica deste estudo funcione, em geral, no espaço discursivo das dependências funcionais da noção de saúde.

Através das diferentes janelas propostas, de forma concatenada, buscamos dar a ver o funcionamento da noção de saúde no silêncio.

Uma vez que o objetivo deste trabalho não é chegar a uma definição positiva do termo (saúde), ou a uma história cronológica desta noção, ou a uma análise textual, mas sim compreender como ela significa, as janelas são múltiplas, justapostas, produzem uma rede de sentidos, que não necessariamente se articulam de forma lógica ou linear - por isso a escolha do método da Análise do Discurso. Elas se organizam em relação à significação de sentidos de saúde, de forma a avançar a reflexão sobre a noção, e a natureza discursiva de seu funcionamento, e não para dar um efeito de controle e domínio da questão, seja ele lógico ou retórico.

II. Teoria e Métodos

" - Veja Lorena, veja... Os objetos só têm sentido quando têm sentido, fora disso...

Eles precisam ser olhados, manuseados. Como nós."

(Telles: 1999:13)

Para que o leitor possa se situar em relação à minha prática analítica, apresento nesta introdução uma breve apreensão do que compõe a discussão proposta: a proposta da Análise do Discurso realizada por Michel Pêcheux, e o desenvolvimento dos recursos teóricos e metodológicos disponíveis hoje no Brasil, que fazem parte do que chamamos de Análise do Discurso do Brasil.

1. A Análise do Discurso na relação com o Brasil

A Análise do Discurso é uma crítica à produção do conhecimento científico, trabalho intelectual realizado fundamentalmente por Michel Pêcheux, com sua proposta inicialmente praticada na França em 1969, em sua tese de doutorado. Paul Henry² (1993:34), ao analisar o ambiente intelectual vigente na época, situa o esforço bem sucedido de Pêcheux como uma filiação ao pensamento de Althusser:

"[...]E o objetivo de Althusser é, como vimos, renovar o marxismo e o materialismo histórico. Temos, deste modo, diversas tentativas de renovação, sendo que todas colocam em mira o sujeito, seu estatuto, como sendo a questão-chave. Mas os recortes entre os sujeitos de Lacan, Foucault ou Derrida são ligados à linguagem ou ao signo. A referência à ideologia não tem as mesmas implicações que a referência à linguagem. Althusser não

² Os Fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)

estava particularmente interessado pela linguagem, e é aí que chegamos ao âmago daquilo que tem a ver com Pêcheux: as relações entre a linguagem e a ideologia. Para fazer isto, ele só tinha a sua disposição a indicação formulada por Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o "efeito ideológico elementar", a evidência segundo a qual somos sujeitos. Althusser estabeleceu o paralelo sem estabelecer a ligação. E foi para expressar esta ligação que Pêcheux introduziu aquilo que ele chama discurso, tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso. O discurso de Pêcheux não é o de Foucault."

Hoje a Análise do Discurso com a qual trabalho no Brasil no âmbito da Lingüística, justamente por considerar os sentidos e a história investidos na proposta de Pêcheux, se destaca das relações com enunciado, com enunciação, com significado, com significante, com sememas, com representações, com intuições, com ícones, com conteúdo separado de sua forma e vice-versa... enfim se diferencia fortemente da Lingüística tradicional, sem no entanto desconhecê-la - ou a qualquer outra ciência - concebida como conhecimento positivo e cumulativo.

De fato, o equívoco de considerar linguagem e discurso como a mesma coisa é freqüente. A Análise do Discurso não é uma teoria da linguagem com um método de interpretação adjungido. É - entre outras coisas - uma reflexão materialista sobre ideologia que, na materialidade do discurso, e de forma analítica aberta, leva em consideração a história, a linguagem, e o inconsciente.

Orlandi³ nos diz que "[...]a linguagem não é um conceito, mas uma noção fluida[...]">(1982:1). Ou seja, para compreender a produção de sentidos na sociedade, o

³ Orlandi. Uma Questão da Leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor. Cadernos 14, PUC, São Paulo, 1982

empréstimo de "conceitos", em qualquer instância, muito freqüentemente esvazia o que pode efetivamente nos permitir a formulação e/ou compreensão de um problema. De fato, a melhor abordagem para o analista do discurso é compreender seu objeto de análise a partir de sua pergunta, e das respostas e perguntas que ela traz durante o trabalho de análise, compreender a própria fluidez de sentidos e de falta de sentidos, que se apresenta, e não considerar a existência de um objeto *a priori*. E aí me refiro tanto aos objetos que são postos continuamente em questão pela teoria do discurso hoje - caso contrário ela seria tão positivista e conteudística como as disciplinas que ela se propõe problematizar criticamente - que são a língua, a história, e o inconsciente; como me refiro também ao objeto que permite uma compreensão específica do funcionamento da discursividade na relação com as determinações históricas, sociais, etc.. No caso deste estudo por exemplo: a produção da discursividade da saúde no espaço público.

A título de exemplificação, quando iniciei minha pesquisa (no Mestrado) sobre prevenção à AIDS, pensava que estava pesquisando uma técnica de como não se contaminar com uma doença endêmica, técnica que estava sendo disponibilizada para o grande público através de textos. E efetivamente não é nada disso; embora seja exatamente isso para o senso comum. Se eu tivesse partido realmente desta concepção ou ela certamente explodiria durante a análise e eu me perderia drasticamente, ou eu acabaria tendo que trabalhar com uma teoria que sustentasse a existência deste objeto durante toda a análise. Meus resultados me levaram em outra direção de compreensão do objeto sobre o qual me debruçava, a compreensão de um fenômeno que chamei de política de subjetivação (que veremos mais adiante na relação com a noção de saúde); é o que a campanha de prevenção à AIDS no Brasil significa mais fortemente hoje para mim, e é o que busco na discursividade da noção

de saúde. É isto que me permite compreender melhor o trajeto inusitado, o vigor da memória do brasileiro, e o papel fundamental - possivelmente fundante - da prática do silêncio em nossa história.

De fato, para nos situarmos sobre como trabalhamos na ADB (Análise do Discurso do Brasil), a síntese de Orlandi (1982:3) continua bastante atual, justamente por não trabalharmos no modelo positivista, embora o campo de questões e a compreensão teórica e prática do que chamamos discurso tenha se alargado consideravelmente de 1982 até os dias de hoje:

"Resumindo, diríamos que a análise do discurso, tal como se apresenta hoje, pode ser vista como uma forma de conhecimento da linguagem que procura constituir sua metodologia e suas técnicas. Daí resultam seu caráter exploratório, sua relativa imprecisão e a falta de um modelo acabado de análise. Mas se lhe falta uma teoria fechada, nem por isso deixam de ter sistematizações: há princípios teóricos e metodológicos muito bem assentados, como, por exemplo, o de se levar em conta, na constituição da linguagem, as suas condições de produção; há procedimentos já claramente delineados, como, por exemplo, o de se considerar a distinção entre a superfície lingüística, o objeto discursivo e o processo discursivo e a maneira de se passar de um a outro através de diferentes etapas da análise (Pêcheux, 1975); há propostas de modelos e teorias que se procuram fundamentar. E quanto ao aspecto efetivo dos resultados de análise, já é inegável que a perspectiva da análise do discurso tem revelado aspectos da linguagem que não seriam passíveis de reflexão e sistematização em outras perspectivas. Isto é, o ponto de vista da análise do discurso revela novas propriedades do objeto que se analisa."

O que Orlandi expõe com tanta elegância e simplicidade é a presença do caráter exploratório somado a um rigor de reflexão de forma a permitir que a análise

efetivamente se dê, sem que as relações de sentido estacionem. É isto que procuro manter ao longo de meu trabalho sem perder de vista que o sujeito que pesquisa - inelutavelmente sob o efeito ideológico elementar - deve trabalhar com uma forte mediação teórica que permita que se crie uma tensão entre seus próprios conceitos e a prática reflexiva da análise do discurso.

Então o analista de discurso não está em busca de uma verdade. Retomando e seguindo com a leitura de Paul Henry (idem), assumimos posição semelhante quando é necessário responder a que vem a Análise do Discurso, por que Pêcheux a concebeu, ou que tipo de trabalho fazemos hoje no Brasil, quando me refiro a Análise do Discurso do Brasil:

"De certo modo, ele concebeu seu sistema como uma espécie de "Cavalo de Tróia" destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta (algo análogo ao que Foucault tentou com sua "arqueologia" em relação à história das idéias). Não podemos dizer que isso não se tenha produzido, na medida em que numerosos pesquisadores, tendo utilizado a análise automática de discurso de Pêcheux, foram levados a formular questões que provavelmente não seriam formuladas caso não tivessem recorrido a este sistema, e isto mesmo se a maior parte das questões continuam, ainda hoje, sem resposta. Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. É pelo menos isto que Pêcheux esperava de seu dispositivo: que ele fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva. Além do mais, creio que sua reflexão geral sobre aquilo que é verdadeiramente um instrumento científico merece ainda nossa reflexão.[...]" Paul Henry (1993:36).

Acrescentaríamos a essa consideração que hoje os resultados já são mais substanciais, e que essas questões continuamente repensadas, já são possíveis de serem trabalhadas com estatuto heurístico definido.

Considero fundamental a presença da obra de Orlandi neste esforço de reflexão, na medida em que é ela que nos permite avançar na compreensão de Pêcheux, quando ela estabelece que o ponto de encontro entre o inconsciente e a ideologia é a língua, e quando estuda profundamente o fenômeno do silêncio como discurso, nos ensinando que o silêncio significa em diferentes instâncias. A meu ver, é a partir de Orlandi que é possível compreender na materialidade da linguagem (que inclui o silêncio) o trabalho da organização de sentidos pelo funcionamento da ideologia através de uma metodologia de análise muito bem estruturada, por esta Cientista e Linguísta, sobre a compreensão do discurso e de suas relações na linguagem. Assim, ao invés de buscar o que está por trás do texto, um significado oculto, ou neutro, que necessita de uma chave de interpretação, seja ela justa ou correta, procura-se compreender como funcionam os sentidos naquele texto, como os sentidos se produzem, como eles se apagam, com quais outros sentidos se relacionam, como funciona o não-dito, o que é silêncio, o que é silenciado e por quê.

E embora este não seja o espaço para se fazer uma "história" do trabalho intelectual brasileiro sobre o discurso - e nem é esse meu propósito - certamente é o espaço para um convite ao leitor, para que acompanhe um pouco o trabalho de reflexão e análise com nossos instrumentos, e nossa perspectiva crítica. Neste trajeto comum, minha expectativa é que possam surgir mais perguntas que respostas. Mas para tanto, é muito importante trazer a posição de Orlandi (1982:02), que também é a minha, sobre o esforço de precisão no trabalho sobre o discurso:

"O esforço de precisão é muito necessário. Mas aí surge um primeiro problema: precisar conceitos não significa estabelecer uma outra linguagem que não a que a Análise do Discurso se propõe, porque essa outra linguagem ("precisa") pode ser a linguagem do mesmo, ou seja, a da lingüística imanente e que não inclui o discursivo."

Assim, mesmo investindo na precisão, de certa forma conto com a incompreensão que a textualização permite - como Analista do Discurso seria ingênuo ignorar que há falhas e equívocos na relação com a linguagem. Mas o que me interessa realmente é o que se produz a partir disso, o trabalho de reflexão... os encontros produtivos.

2. Memória do trabalho a AD e o Saber Urbano & Linguagem

Este estudo sobre os sentidos de saúde surge na convergência de trabalhos sobre o discurso eletrônico desenvolvidos na nova área de conhecimento, denominada "Saber Urbano & Linguagem", área interdisciplinar proposta e instaurada pela Profa. Dra. Eni Orlandi no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb/Nudecri/Unicamp.

Coordenando o Labeurb, desde sua criação em 1992, a Profa. Eni Orlandi projetou um centro de pesquisa que propicia a professores e pesquisadores um espaço dedicado à reflexão sobre o papel da linguagem no espaço urbano. Esta proposta ousada trouxe a metodologia discursiva para compreender as possíveis relações entre linguagem e espaço urbano. Durante meu doutorado tive o privilégio de fazer parte desta equipe.

Evidentemente, a antropologia, a sociologia, a psicologia, etc. - sem falar nos próprios urbanismo e arquitetura – versam sobre o ambiente urbano. E a diferenciação singular da abordagem discursiva, é permitir uma aproximação heurística da produção

de sentidos na materialidade urbana. E esta empreitada intelectual afetou profundamente minha compreensão da noção de saúde. De fato, o que significa na cidade, e no que significa a cidade, são dois eixos de reflexão que organizam e articulam a linguagem e o ambiente urbano. A possibilidade de pensar esta articulação (des) integra as saídas fáceis de resolução dos considerados “problemas urbanos”, e a saúde é uma questão urbana. Por um lado, porque a Análise do Discurso se propõe a trabalhar em uma região de entremeio⁴, em que se situam as relações com a memória, o sentido e o sujeito material. Isto quer dizer que, para desenvolver esta compreensão mais ampla, e trabalhar com o funcionamento da linguagem urbana, as questões estão sempre colocadas entre as várias disciplinas da história, da linguagem e da psicanálise, entre outras, e não para estas disciplinas. Nesta discussão, o importante é desautomatizar a maneira de ler, de interpretar (cf. Orlandi) a cidade. Ou, dito de outra maneira, o importante é refletir levando fortemente em consideração os funcionamentos políticos a que estamos sujeitos a significar e que nos significam no ambiente urbano.

A questão da saúde, a partir do contato com o Saber Urbano e Linguagem explicitou a dimensão do espaço público. Sendo assim, decidi fazer funcionar como uma deriva possível nas análises a circulação pública desta noção – circulação esta que chamei de campanha de saúde no espaço público. A discussão sobre a noção de saúde foi possível de ser compreendida neste deslocamento entre o espaço do SUS, o espaço do hospital, o espaço da arquitetura, o espaço do consultório, o espaço do litígio jurídico, e o espaço das tecnologias de informação. Todos eles pensados em cada uma das análises em relação com uma espacialização mais fluida e contraditória

⁴ Pêcheux, 1969

dos sentidos de saúde. Esta estratégia, a meu ver, ampliou a compreensão do funcionamento discursivo da noção de saúde, como veremos adiante.

Retomando, para desenvolver esta nova área de conhecimento, o esforço de se considerar as práticas urbanas como um tecido, ou um texto, foi concentrado na realização de projetos temáticos desenvolvidos por um conjunto de pesquisadores. Sendo tecnologia umas das marcas da presença do urbano, este projeto permitiu compreendermos como funciona a cidade em seus pontos de ancoragem de sentido. No que ela significa, por exemplo, no ambiente eletrônico. A partir deste trabalho com a discursividade eletrônica - uma das áreas em desenvolvimento deste campo em expansão, denominado Saber Urbano & Linguagem, - tivemos a certeza de que há maneiras refletidas de *concatenar* as tecnologias da linguagem com a noção de saúde. Particularmente no que diz respeito ao funcionamento dos silêncios aí presentes.

Em relação às tecnologias e a seu funcionamento no espaço urbano, meu tema específico nesta discussão que desenvolvemos, diria que a primeira questão que se coloca é: quais os sentidos que nos permitem significar a tecnologia como algo imprescindível no espaço urbano? E especificamente em relação às tecnologias da informação, (uma pergunta de lingüista) o que torna tão atrativo a circulação ampla da informação "sem a barreira da língua"? As questões, que eu venho discutindo em conjunto com os pesquisadores desde 1999, vão na direção de "desadaptar criticamente" esse funcionamento das tecnologias da informação, principalmente na web. No caso de quem trabalha com linguagem, e tem interesse em disponibilizar suas questões e resultados eletronicamente, a constituição dos dispositivos eletrônicos aponta para a formalização de códigos, dados e informações de forma a não dar visibilidade para o funcionamento lingüístico aí presente. Para um lingüista, trata-se de um efeito a ser estudado, e de certa forma também de um desafio. Como trabalhar

no ambiente eletrônico a materialidade da língua, sua espessura, sua presença, para que ela se evidencie? Como trabalhar teoricamente sobre o ambiente eletrônico, de modo a que ele potencialize a formulação de questões de/sobre linguagem? É neste espaço de discussão que a equipe se propôs a elaborar um modo de fazer nossos resultados de pesquisa circularem na rede, e produzimos um sistema de circulação de textos para a versão eletrônica de nossa enciclopédia que propõe uma navegação, com recursos parafrásticos. A partir do estudo da proposta de Pêcheux 69, elaborei a arquitetura eletrônica deste sistema, que funciona hoje como um software demo atualmente disponível online. É nessa direção que trabalho atualmente, e a questão da saúde se torna cada vez mais presente nesta discussão.

III. Problemática

11.

Que a palavra parede não seja símbolo
de obstáculos à liberdade
nem de desejos reprimidos
nem de proibições na infância,
etc. (essas coisas que acham os
reveladores de arcanos mentais)

Não.

Parede que me seduz é de tijolo, adobe
Preposto ao abdômen de uma casa.
Eu tenho um gosto rasteiro de
ir por reentrâncias
baixar em rachaduras de paredes
por frinchas, por gretas - com lascívia de hera.
Sobre o tijolo ser um lábio cego.
Tal um verme que iluminasse.

Manoel de Barros (1989:45)

Para apresentar a questão dos tempos e espaços imaginários como propõe Pêcheux, na relação com os sentidos de saúde, vamos acompanhar o trajeto do analista em seu percurso. Assim como não tivemos o interesse em "homogeneizar" nem esses tempos nem esses espaços imaginários, não seria diferente com a apresentação do processo que percorremos para compreender o funcionamento discursivo da noção de saúde. Não queremos mostrá-lo completo, positivo, pronto. O leitor terá oportunidade de acompanhar esta trajetória, de forma a evitar o efeito da sala de conferência. Procuramos perceber como se organiza esta discursividade da saúde em tensão com o alçapão da sala de conferência-teatro. E de que modo esta proposta se estabelece de diferentes formas ao longo das análises.

A nossa observação parte em busca dos sentidos de saúde 1) a lei 8080 que organiza os sentidos de saúde para o Estado brasileiro e funda o Sistema Único de Saúde, o SUS ,2) no silêncio dos manuais administrativos produzidos pelo MS, 3) na campanha pública de utilização da tecnologia da informação, que vivemos hoje globalmente.

Como já explicamos, para nós, a questão da interpelação do indivíduo em sujeito vista a partir da Análise do Discurso iniciada por Michel Pêcheux, e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil, se mostra rica para trabalhar criticamente sobre a discursividade da saúde. Fundamentalmente nos referimos à compreensão da presença do silêncio na linguagem (Orlandi, 1995), e ao trabalho teórico e analítico realizado no Brasil, que nos dá uma metodologia para compreender um silêncio que não pode ser dito e significa, metodologia imprescindível para nossa proposta de pesquisa. Outra construção teórica indispensável, nascida no Brasil, é a compreensão do político, como organizador contraditório de relações de sentido na linguagem (Lagazzi-Rodrigues, 1998), o que nos permite perceber no próprio funcionamento da língua o jogo de forças simbólicas que constitui realidade e sujeito. Como vimos em nossa dissertação de Mestrado, nossas noções de sujeito *bios* e sujeito *biológico*, como veremos adiante, poderão efetivamente auxiliar a deslocar o lugar tanto da crítica, como da reflexão científica, das ciências da vida - ciências que regulam e administram os sentidos de indivíduo, ser humano, sujeito, paciente, analisado, etc., que sustentam grande parte das discursividades públicas sobre saúde, como veremos adiante.

Analisaremos, a partir da compreensão de algumas funcionalidades da noção de saúde, graças à análise das medidas do homem de Vitruvius, as semelhanças de funcionamento, perspectivas de espacialização e de temporalidade entre noções de

saúde, ou que apontam para o “bem estar” do sujeito, sendo este considerado como cidadão brasileiro:

1) no ambiente das leis que normatizam o serviço de saúde no Brasil, considerado; 2) como cidadão global no ambiente de análises projetivas de uma sociedade funcionando em rede para o terceiro milênio; e 3) considerado como servidor público no ambiente de trabalho – uma análise do funcionamento de um litígio sobre a saúde no trabalho.

1. Janela: lei 8080, uma noção de saúde para o cidadão brasileiro:

“Art. 3º - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Parágrafo Único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. “

lei 8080, set/1990

Saúde neste texto atravessa relações políticas de direito, de exercício e de dever. O esforço do Estado em promover a saúde é o que garante às pessoas e à coletividade condições de bem estar. E o que o Estado pode prover em última instância é o acesso às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação (do direito: do exercício; do dever) da saúde, compreendida como prática do cidadão.

Formalmente, saúde funciona como uma assunção necessária, direito do cidadão, dever das pessoas, exercício político. Um pré-construído que promove "naturalmente" seu sentido. Esta discursividade apaga seu objeto fundante, a própria noção de saúde. No caso da formulação da lei, a definição de saúde possível não desempenha mais um papel tão fundamental, o importante aí são as posições que vão organizar um sistema administrativo; assegurador da presença deste objeto na vida pública do sujeito e da comunidade brasileira.

O texto não define saúde, mas atribui responsabilidades no jogo social. Funda espaços de interpelação possíveis e relaciona posições de força. Saúde, neste caso, é um pré-construído, base de construção de uma instituição administrativa como o SUS (Sistema Único de Saúde). Neste jogo de sentidos já-lá, a sala de conferência dos magistrados e a tecnologia administrativa produzem uma superfície discursiva, um sítio público sobre a evidência de que todos sabemos o que é saúde, e que ela é um direito do cidadão, responsabilidade do Estado. A garantia em lei aponta para a evidência de uma falta de acesso real, em que a instituição se impõe e produz sua espacialidade própria, interpelando sujeito e Estado alhures. Um espaço de direito do cidadão, mas também um espaço de subtração do que é próprio da saúde deste cidadão.

Na sala de conferência, ao praticar seu saber, as ciências jurídicas criam objetos que trazem a memória de uma técnica, que jogam, digamos, entre um dito e um não-dito. Vejamos na lei 8080:

“ Art. 2º - A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º - O dever do Estado de garantir a saúde consiste na reformulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos no estabelecimento de condições que

asseguem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º - O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.” lei 8080

Na espacialização da noção de saúde na lei brasileira, é possível que uma noção de senso comum histórica tenha organizado a superfície do conceito de saúde administrativo ou científico no espaço jurídico, e inaugurado uma discursividade na instância pública. Propomos compreender esta ausência de formulação da noção de saúde na lei, porque acreditamos que "saúde" soe tão evidente para o senso comum, que é desnecessário explicitar seus sentidos. Assim, é possível ter um Ministério da Saúde, e uma lei que organiza um Sistema Único de Saúde sem que seja dito em momento algum o que o Estado compreende como "saúde". Esta nossa via de interpretação se sustenta no fato de que há a presença administrativa do Ministério da Saúde, como sinal da importância desses sentidos para o estado brasileiro. Outra possibilidade que apresentamos como plausível para a ausência desta formulação é que ela pode ser um silêncio necessário para que os serviços de saúde sejam ditos.

Há uma relação da memória com as condições de produção da “necessidade” de ser saudável. Mas e a formulação da noção de saúde, onde encontrá-la?

2. Janela: a noção de saúde nas cartilhas do Ministério da Saúde.

Penso inicialmente que um diferente momento histórico, ou uma diferente posição geopolítica, vai modificar o discurso disponível (cf. Orlandi) para a prática de leitura dos textos que tocam a noção de saúde. A partir da leitura inicial da lei que

inaugura o sistema do SUS, fomos buscar nas "cartilhas temáticas da saúde"⁵ publicadas pelo Ministério da Saúde, a formulação de um sujeito saudável, ou de uma noção de saúde. Nos deparamos com a necessidade de administrar serviços e definir critérios para tais serviços através das cartilhas de:

"Programa Qualidade do sangue e hemoderivados",

"Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas",

"Urgência e Emergência",

"Programa de Atenção Básica (PAB): parte fixa",

"Controles e endemias";

"Programas agentes comunitários de saúde (PACS)";

"Programas Saúde da Família: equipes de saúde bucal";

"Gestante de alto risco: sistemas estaduais de referência hospitalar à gestante de alto risco",

"Assistência Farmacêutica";

"Programa Saúde Indígena: etnodesenvolvimento das sociedades indígenas";

"Programa Vacinação Doenças Imunopreveníveis";

"Programa de Combate às Carências Nutricionais - PCCN";

"Programa Humanização do Parto: humanização no pré-natal e nascimento";

"Controle do câncer de colo uterino";

"A Saúde no Brasil: estatísticas essenciais 1990-2000";

"Sistema único de saúde (SUS): instrumentos de gestão em saúde";

"Sistema único de saúde (SUS): descentralização";

"Plano Plurianual (PPA) 2000-2003: estruturação do PPA: visão do planejamento setorial de saúde";

⁵ disponíveis online em <www.saude.gov.br/biblioteca/principal>

"Sistema único de saúde (SUS): a saúde no Brasil indicando resultados 1994-2001";

"Programa Saúde da Família (PSF)";

"Programa Saneamento Básico"; e finalmente

"Programa Alimentação Saudável: Bolsa Alimentação".

Porém a noção de saúde ou de cidadão saudável não estavam contempladas nestas cartilhas.

É certamente uma mudança de lugar de interpretação que gostaríamos de trabalhar fortemente, no que diz respeito aos sentidos de saúde, ao analisar suas condições de produção. Então se faz necessário um recuo teórico para compreender como poderíamos considerar a noção de saúde ou de sujeito saudável nessas discursividades.

É justamente o lugar teórico onde se constituem os discursos disponíveis para dar sentido ao objeto de conhecimento, que chamaremos de "sujeito saudável", que abre as possibilidades para que ele seja compreendido ou como indivíduo, ou organismo, ou cidadão, ou animal, ou usuário de um serviço público, etc.

Para a análise do Discurso a formulação da Psicanálise importa, na medida em que o sujeito, como o compreendemos é constituído por uma relação discursiva com o inconsciente. No caso da psicanálise, o que Freud e Lacan vão considerar, naquele momento histórico, linguagem (a lingüística estrutural) se diferencia deste objeto pensado hoje através da Análise do Discurso. E se põem em radical contraponto com, por exemplo, a campanha pública de consumo de Tecnologias da Informação (TIs) que nos é praticamente imposta hoje. Esta tensão abre espaço para discutir o estatuto do simbólico nas TIs, e para compreender a proliferação de técnicas relâmpago de tratamento psicológico, e psicanalítico associadas à releitura do Behaviorismo.

Assim, estas questões particularmente ligadas às noções de língua e linguagem que sustentam a possibilidade das práticas psicanalíticas se impõem ao analista do discurso, quando deve lidar com instâncias de formulação de sentidos perpassadas pelo funcionamento do inconsciente. Como pode ser o funcionamento de um sujeito saudável para a análise do discurso? Se estes sentidos parecem intangíveis no material em que hipoteticamente estariam evidentes, como acercar-se da noção de saudável a partir do instrumental teórico?

Assim nossa reflexão recua para a formulação teórica da AD, para buscar operadores que permitam nos aproximar desta noção de saúde, agora pelas aberturas e fechaduras da teoria. É necessário pensar saúde e sujeito saudável discursivamente.

Podemos compreender o espaço da articulação dos instrumentos disponíveis para lidar com esse novo objeto, na história do conhecimento ocidental, e algumas consequências históricas do “empréstimo” de conceitos para formular este novo objeto: o sujeito atravessado por um inconsciente.

Retomamos a questão de Pêcheux(1969⁶:291):

“De que modo é preciso conceber o tempo (modalidades, aspectos, etc.) e o espaço (localizações, determinantes, etc.) que são o tempo e o espaço imaginários do sujeito falante para que a evidência do sentido e do sujeito se torne um objeto teórico para a Lingüística e deixe de se repetir nela, espontânea e cegamente, sob a forma de duplo imperialismo, do sujeito e do sentido? Em suma, de que modo tirar as consequências lingüísticas do fato de que ‘o não-dito’ precede e domina a asserção?”

A Análise do Discurso hoje tem muito a contribuir, ao pensar **o estudo da constituição de superfícies discursivas que tornam possíveis a evidência do sentido e do sujeito como objeto da lingüística**. Objeto teórico. Justamente por se

tratar de uma prática de entremeio (Orlandi, 1996), e por trazer em sua recente história, principalmente no Brasil, uma gama de instrumentos para reflexão. Daí nossa perspectiva neste estudo ser a de mobilizar estes sentidos de forma a dar visibilidade histórica e política ao movimento de sentidos na saúde, em uma compreensão mais atrelada ao funcionamento discursivo desta noção do que a conceitos e definições.

2.1. conexão: os silêncios do sujeito brasileiro saudável

Sem dúvida, um dos grandes problemas que se apresenta ao pensar a constituição deste sujeito saudável é esta divisória entre fenômenos físicos e fenômenos mentais. Não é possível nesta instância inferir algum resultado clínico de um indivíduo para o outro, ou de um ser humano para outro. As conclusões matemáticas, por exemplo, não se prestam para dizer algo sobre o estado psicopatológico. Ao passo que, no que diz respeito aos fenômenos físicos, a generalização é tanto calculável, como recomendável.

É primeiramente em relação a esta memória que buscamos trabalhar sobre os sentidos da subjetividade possível do sujeito saudável no Brasil. Na busca das condições de produção da discursividade do sujeito e do sentido de saúde, há questões tipicamente brasileiras : por exemplo, o porquê de nossas favelas não serem focos constantes de peste? A questão da pobreza aí é curiosa (semelhantemente à Idade Média, em que grande parte da população européia sobreviveu às grandes epidemias por não ter acesso ao atendimento médico,- que utilizava terapêutica agressiva- e por realizar seu tratamento com curandeiros, herbaristas, etc.). (Lewinsohn, 1999)

⁶ In Uma teoria científica da propaganda:

Sabemos que o sujeito, no caso, brasileiro organiza seu dizer a partir de uma memória do dizível. No entanto, há outras maneiras de se significar. Em nossa dissertação de Mestrado (Unicamp, 1999) desenvolvemos uma reflexão em que se evidencia que a prática política se “espaçotemporaliza”, ou seja, ela se realiza, no invisível, no não-dito, no silêncio, em uma superfície discursiva silenciosa própria. Esta organização de sentidos (que são históricos) no silêncio, para nós, é possível em primeiro plano devido à história de migração/colonização e ao jogo de apagamento da “dizibilidade” dos sentidos que são anteriores à época de chegada dos europeus, dos sentidos que aportaram do continente africano, durante todo processo de colonização desta terra, e das várias interdições de sentidos feitas ao longo do processo de constituição do Estado brasileiro. Ou seja, falamos de um processo discursivo que é a censura⁷ constituída no processo de colonização, que interdita a formulação de formações discursivas que permitiriam um dizer do brasileiro sobre sua identidade, sobre sua unidade material, sobre sua espiritualidade, sobre sua capacidade mental e intelectual⁸. Censura esta que silencia um dizer da posição brasileira sobre suas práticas, e que historicamente faz os sentidos da identidade brasileira significarem no silêncio.

Neste projeto, buscamos e não encontramos nos textos oficiais do Ministério da Saúde, ou na discussão sobre a saúde do trabalhador, lugares de resistência do dizer do brasileiro sobre o brasileiro saudável, que organizariam sua identidade na discursividade da saúde. Esta ausência, até onde podemos compreender, diz respeito mais à natureza da significação da noção de saúde, do que a uma falta de clareza e positividade presente nestes textos. Pelo contrário, os textos funcionam de maneira

⁷ Orlandi 1995

⁸ tese Ro - referência

assertiva e pontual, embora não cheguem perto de desenhar um quadro do que poderia ser este sujeito hígido, saudável.

A) A natureza dupla da Saúde

Faz-se necessário refletir sobre a articulação do administrativo e do político em nossa sociedade, nas forças de sentido que estão investidas na cultura da dualidade mente e corpo. A mobilização política dos sentidos posta nos sentidos de patologia e sanidade para estes dois grandes eixos: as terapêuticas como ferramentas políticas e as campanhas políticas como superfícies discursivas de estabilização de uma evidência de sujeito saudável possível na história.

Percebemos que historicamente o brasileiro não tem sítio próprio para dizer a saúde ou a doença. São silenciamentos de sentidos presentes (como memória) na colonização do Brasil e organizados politicamente de modo a constituir a discursividade em que saúde e doença são sentidos dizíveis. São sentidos que olharam o brasileiro de fora, e por fora. Um olhar que buscou cartesianamente linhas, contornos, padrões, que a própria constituição histórica do Brasil não corrobora.

Sabemos que há uma diversidade de práticas e de conhecimentos sobre saúde (e doença) advinda de tribos indígenas, de tribos africanas, dos portugueses e mesmo dos povos europeus e japoneses, que organizaram suas práticas naquela nova materialidade, brasileira. Não apenas nova para os que não estavam antes nesta terra, mas nova também para os índios (que são ricamente diversos entre si, é bom lembrar) que precisaram também organizar seus sentidos com a presença dos sentidos de comunidades também diversas, em situação politicamente desvantajosa, e de europeus que tinham seu conhecimento formulado, porém em melhores condições políticas.

Sem querer adentrar o aspecto histórico, trazemos estas referências, de forma breve, para compreender melhor a questão da censura, do silenciamento de sentidos,

(Orlandi 1995), que para nós é o que ocorreu com o dizer da identidade do brasileiro no espaço que diz da relação entre saúde e doença. Diz a autora: “Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso dos sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não “vinga” em um lugar determinado. O sentido não pára, ele muda de caminho.” (p.13, idem). Assim, compreendemos que o sujeito brasileiro é inscrito em um dizer sobre saúde formulado pelo colonizador; e é organizado por um bólide de sentidos e memórias que se relacionam, se calam e se modificam. A materialidade histórica, no entanto, torna alguns dizeres possíveis, outros indizíveis; trata-se do funcionamento ideológico. Assim, o dizer possível sobre saúde, a princípio, é o atrelado à discursividade dominante; enquanto a prática e os sentidos de saúde e doença reais são as várias memórias e relações de força que constituem o efeito de unidade da identidade do brasileiro.

Além desta censura histórica que trazemos como herança, há também, como já dissemos, a própria natureza dos sentidos de saúde, que é a de significar no silêncio. Assim, este trabalho se estabelece contando com análises e compreensões do que se dá no encontro de dois silêncios, um de censura e um constitutivo (Orlandi, 1995), um histórico para os brasileiros, articulado por relações de força e um outro ligado ao próprio funcionamento da noção estudada. Um silêncio funcionando historicamente como censura, e outro funcionando como um silêncio necessário para que o discurso das práticas de saúde - das boas práticas - possa se dar.

Compreendemos que a discursividade da saúde do brasileiro significa no silêncio (idem). Uma memória silenciada, para dar lugar ao dizer da União, um dizer difuso, e igualmente funcionando na direção da estabilização política de sentidos que censuram a constituição rica e múltipla de sentidos que constituem os brasileiros. Na

contradição, o sentido de brasileiro só pode se dar a partir desta prática que organiza instituições e garantias (Herbert, 1979) nesta nova ordem histórica. Mas que prática poderia ser esta? Vamos avançar com a discussão para buscar responder a esta questão.

2.2. conexão: a psique do sujeito saudável

Embora saibamos que só a partir de Freud os médicos começam a levar em consideração elementos que não se limitam à manifestação física, o que ocorre se considerarmos que o ser humano é corpo/mente? É possível pensar esta dualidade em relação ao sujeito da Análise do Discurso realizada no Brasil, hoje?

E, se assumirmos junto com a tradição de conhecimento ocidental, que a coisa mais importante aí é o estado consciente: vivo, único, individual, compreendido como parte da sociedade, como sujeito na história; como seria possível compreender a afirmação de Freud “Não há necessidade de caracterizar o que chamamos de ‘consciente’: é o mesmo que a consciência dos filósofos e do senso comum.” (p.29)?

O que está sendo dito pela ciência quando a ética do conhecimento se constitui justamente ao deixar de lado a reflexão sobre o próprio sujeito do conhecimento? Qual o sentido disto?

Se pensarmos a subjetividade, não é curioso o fato de que Freud, ou a popularização de seu discurso, se deteve muito mais nos aspectos de subjetivação que não tocam direta e criticamente a constituição da sociedade, e o trabalho da ideologia? Freud é, (ou deveríamos dizer, a formulação que circula publicamente da obra de Freud) sem dúvida, responsável por um discurso fundador sobre o sujeito, e temos interesse em trabalhar com a constituição de seu dizer, com um olhar discursivo. Em

relação a questões desta natureza, Herrmann e Minerbo (1995:654) apontam: "Uma questão sempre presente nos textos psicanalíticos e, talvez mais que nestes, nas críticas dirigidas à nossa disciplina, é a tentativa de determinar se nossas descobertas e teorias descrevem a natureza permanente e universal do homem, ou se, pelo contrário, apreendem traços culturais mais ou menos mutáveis. Esse problema deve ser colocado com moderação e sensatez, pois muitas vezes falta sentido em estabelecer diferenças radicais entre natureza humana e cultura, seja porque seus limites conceituais são extremamente imprecisos, seja porque a natureza mesma do homem é cultural. Assim, ao contrário do que se diz às vezes, mesmo uma demonstração definitiva de que certa configuração que a Psicanálise evidencia não é mais que um traço cultural bem localizado não parece afetar grandemente nosso saber: é, em si mesmo, uma conquista importante o esclarecimento de certa articulação do inconsciente cultural de um lugar ou de uma época."

Neste caso, no entanto, nossa proposta não é a de afetar o saber ou a prática psicanalítica, ou de conquistar um traço da região da Psicanálise para a nossa área de conhecimento. Nossa proposta é considerar "saúde" como uma prática discursiva que organiza a subjetividade. E nesta consideração, pensar como isso pode ser compreendido na relação com a proposta de Freud, lida da perspectiva da Lingüística.

A constituição do sujeito saudável, hígido, é um trabalho nas instâncias que chamamos simbólico e imaginário, em AD: um trabalho lingüístico antes de tudo. Estes deslocamentos são necessários para iniciarmos, com nosso trabalho, uma discussão sobre as condições de produção dos sentidos de saúde no Brasil.

Neste sentido, considerando o trabalho lingüístico como prática fundante e estruturante do sujeito, diria em retorno à afirmação de que o sujeito de linguagem é atravessado por um inconsciente, que na perspectiva deste estudo - buscando a

significação da noção de saúde a partir da Análise do Discurso,- é **o inconsciente do sujeito atravessado por questões de linguagem** que nos interessa. E é neste giro heurístico, realizado no esforço de me manter na região dos estudos da linguagem, que trago questões sobre as significações possíveis de saúde, e proponho o início desta discussão para o saber Psicanalítico.

3.Janela: saúde para o cidadão global

O discurso sobre o sujeito em rede:

No reverso da campanha de prevenção à AIDS, identificamos um funcionamento discursivo que se assemelha bastante ao funcionamento da região dos sentidos de saúde, embora não o reconheçamos imediatamente como tal. A noção de *concatenação* como estrutura elementar das dependências funcionais do discurso, como a propõe Pêcheux (69), foi fundamental para permitir esta conexão. As condições de produção do discurso do "informacionalismo", nome proposto por Castells, se concatenam de maneira semelhante ao discurso de prevenção à AIDS. Assim temos em ambas discursividades uma dependência funcional comum entre o discurso da globalização, o homem compreendido como espécie humana em evolução (em um caso ameaçado por um vírus, em outro tendo suas capacidades ampliadas pelas TIs), a tecnologia significando a direção do consumo e da prática possível para o futuro (em um caso a tecnologia medicamentosa, no outro a tecnologia de significação), uma certa urgência em ambos os discursos (um pressionado pela morte, outro pela urgência em viver melhor) e a constatação de uma "epidemia" presente em ambos (ambas afirmam a necessidade de consumo e mudança de atitude na vida cotidiana). Evidentemente, essas concatenações que expusemos brevemente não são

exclusivas a estas duas discursividades. Por exemplo, a tecnologia disponível para produzir a beleza magra e atlética, dos comerciais, está cada vez mais presente nos produtos light, diet, no avanço da tecnologia dos cremes de beleza, cosméticos e recursos de maquiagem, assim como no número crescente em nossas cidades dos spas e academias de ginástica. Parece-nos interessante investigar as concatenações discursivas que estruturam as dependências funcionais destes discursos mais adiante.

O que, efetivamente, nos chama a atenção neste instante, inclusive por estarmos debruçados sobre questões discursivas, é o que o estatuto da linguagem do sujeito vai significar, a partir de um quadro de formulação do que seja a tecnologia da informação.

Ou seja, começamos de fato neste estudo, a vislumbrar a possibilidade de um sujeito saudável a partir de uma dependência funcional do discurso de prevenção à AIDS. Nesta superfície de análise, percebemos a presença de uma concatenação com a discursividade do informacionalismo. Até aí, nada muito especial, não fosse o fato de que compreender as dependências funcionais do informacionalismo se conecta - em um outro nível - em uma outra concatenação: com a formulação teórica da AD. Esta, que por sua vez, nos alça para da discussão a questão do sujeito e da linguagem. Questão essa a qual recorremos como recuo teórico depois das primeiras leituras do material do Ministério da Saúde. A questão dos sentidos de saúde aí, logicamente, se mantém como pano de fundo. Nosso trajeto reflexivo será o de percorrer em janelas, em conexões e em justaposições, o sentido inverso do aparecimento destas concatenações, buscando uma formulação dos sentido de saúde e do sujeito saudável possíveis a partir da AD .

Em termos esquemáticos, seguindo a formulação proposta por Pêcheux, diria que considerando o estudo desenvolvido como E1, e as regiões de reflexão como R., e

as regiões de Análise como A, as formulação dos operadores teóricos como F., e as propostas de compreensão da significação de saúde e do sujeito saudável como P.

Teremos então o seguinte esquema:

E1 = noções de saúde: tecnologias de linguagem

R1 = Discurso de Prevenção à AIDS

R2 = Silêncio no material do Ministério da Saúde

R3 = Discurso do Informacionalismo

R4 = Formulação teórica da AD

A1 = noção de saúde

A2 = cartilhas e lei do SUS

A3 = o homem e suas medidas na arquitetura

A4 = a metáfora da mente no informacionalismo

A5 = os sentidos de saúde na Neurolingüística

A6 = os sentidos de saúde na Psicanálise

A7 = os sentidos de saúde no Direito do trabalhador

F1 = tecnologias da linguagem

F2 = política de subjetivação

F3 = processo perifrástico

F4 = recorrência

P1 = SUS

P2 = Psicanálise

P3 = Tecnologia da Informação

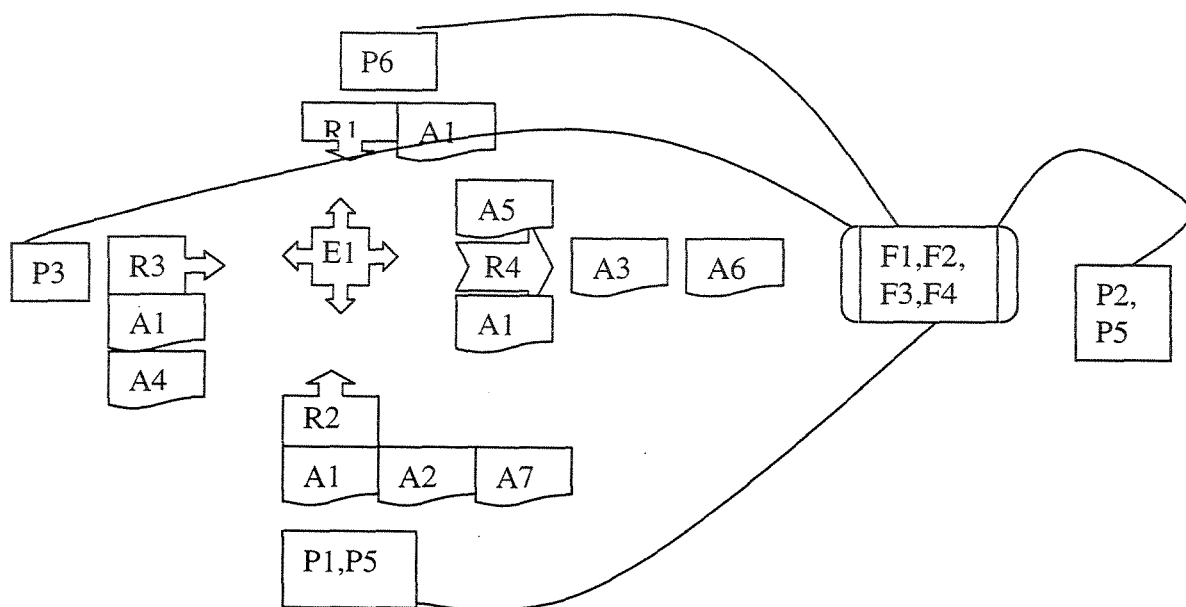
P4 = Direito do trabalhador

P5 = Espaço urbano saudável

P6 = Campanha de prevenção à AIDS

Em linhas gerais, podemos compreender nosso trajeto por um efeito de concatenação, articulado pelo quadro teórico da Teoria e Análise do Discurso. De forma que poderíamos visualizar nosso trajeto neste estudo, grosso modo, da seguinte maneira:

$E1 = R1 > R2 > R3 > R4 = P1, P2, P3, P4, P5, P6$



O que permite a coexistência dessas relações é o trabalho discursivo visando a compreensão do funcionamento da noção de saúde e, a princípio, as conexões e concatenações entre essas discursividades.

Assim, com um trajeto relativamente delineado, retomamos Castells:

“A comunicação simbólica entre os seres humanos, e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas.”

A meu ver, neste trecho de Castells está o paradigma do sujeito saudável da era da informação, o sujeito dito contemporâneo, ou o sujeito que esperamos ser – mesmo fazendo parte da população do terceiro mundo - para nos sentirmos integrados social, econômica, familiar, internacionalmente, etc. O olhar (que não se debruça sobre a relação discursiva) permite efetivamente a elaboração de um ser humano que se comunica simbolicamente, e não de um sujeito significando e sendo significado na história.

Negroponete(1995, p.50) aponta que “o processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida”.

Como lingüista, a idéia de uma linguagem digital comum é curiosa. Ela aponta para uma certa unidade de categorias, procedimentos, funcionamentos lingüísticos que só são possíveis de serem estabilizados – e os trabalhos em História das Idéias Lingüísticas desenvolvidas no Brasil apontam muito claramente para esta questão – se há interesse e forças políticas suficientes para articular normativamente e ferozmente uma *superfície* de linguagem em uso contínuo por uma comunidade. Ou seja, há todo um investimento político, econômico, social, internacional para conseguirmos este efeito: o de produzir imaginariamente um ambiente sobre o qual possamos afirmar que há uma linguagem comum a todos os países que têm acesso a esta tecnologia. De fato, a questão não é discutir se realmente, ou verdadeiramente, as tecnologias da informação apontam para um caminho melhor ou mais integrado.

Como este discurso se instala lingüisticamente e que efeitos se articulam a partir de sua repetição e estabilização semântica, é nosso lugar de discussão. A este espaço de repetição, estabilização, e produção de efeitos discursivos sobre a evidência

formulada [no caso sobre a noção de saúde], chamei de "superfície discursiva**Erro! Indicador não definido.**". De fato acreditamos que toda e qualquer superfície discursiva seja um "discurso disponível", como o propõe Orlandi, embora nem todo discurso disponível funcione nesta especificidade. As superfícies discursivas têm como particularidade serem sustentadas por uma instituição, o que as difere a princípio do "discurso disponível". Assim, resulta que poderíamos considerar as superfícies discursivas como uma modalidade específica de discurso disponível.

É sobre essas superfícies discursivas, funcionando no espaço público, que queremos nos debruçar para compreender os sentidos de saúde.

Neste caso, diferentemente do que poderíamos esperar na consideração do objeto língua, as tecnologias da informação, ou os códigos digitais se potencializam para serem considerados como um tipo de idioma. Atualmente em grande parte da literatura que versa sobre a globalização, ela é considerada como uma língua homogênea. Ora, independentemente de afirmar ou não esta possibilidade, creio que é importante refletir sobre esta evidência de homogeneidade, regularidade e unidade lingüística que pousa sobre o ambiente digital, o que política e praticamente o transforma curiosamente em território e o potencializa para ser considerado como nação. Esta evidência, facilmente contestável por um lingüista, para nós - em vista do nosso tema - é fonte de reflexão. Afinal, se há uma língua considerada comum e homogênea, independentemente de ser digital ou não, ela "deve" apresentar uma instância de funcionamento discursivo. Neste mesmo raciocínio, na medida em que é possível analisar seu funcionamento discursivo, estamos trabalhando com métodos lingüísticos. Vemos a tecnologia da linguagem que se debruça sobre a tecnologia da informação. A leitura que fazemos deste objeto "língua digital homogênea", elaborado por Castells, se dá através de uma análise discursiva. Para nós, esta análise se inscreve

na proposta de história das idéias lingüísticas, discutindo os processos de estabilização da unidade da língua digital hoje, e seus efeitos discursivos.

Voltando ao trecho de Castells, temos a comunicação simbólica entre seres humanos, o que abre espaço para pensarmos que esta comunicação pode ser por via de ferramentas tecnológicas. É pensando nesta via, que as ferramentas tecnológicas podem ser parafraseadas por condições de produção de linguagem, e a produção de linguagem pode ser pensada a partir das Tecnologias da Informação, as TIs. Existe um jogo de espelhos, um jogo de ambiguidades, entre a compreensão das Tecnologias da Informação e as Tecnologias de Linguagem, na medida em que toda a tecnologia da informação "roda" sobre uma língua digital. Não é muito simples atualmente distinguir uma da outra, no entanto, metodologicamente, utilizaremos inicialmente Tecnologia da Informação em relação aos produtos tecnológicos, e Tecnologia da Linguagem em relação aos funcionamentos discursivos que sustentem a utilização social, em grande escala, deste produto. Realmente a partir delas, há uma linguagem, a linguagem digital, que mais eficientemente do que, por exemplo, a proposta do esperanto, ou a utilização das línguas francas, gera consumo, unidade, identidade, território. Enfim, gera poder.

Como lingüistas não podemos considerar este jogo metafórico de maneira ingênua. Até porque a concatenação das dependências funcionais discursivas sobre a qual estamos nos baseando aponta para a produção de sujeitos e de sentidos, no espaço que poderíamos chamar de mundial. Consideramos importante refletir sobre a presença de uma relação parafrástica no funcionamento discursivo da implementação das tecnologias da informação com o funcionamento discursivo da implementação de uma língua homogênea - mundial.

A expressão “analfabeto digital”, utilizada no Brasil, toca estas questões diretamente.

Se a relação entre esses seres e a natureza é baseada em produção e consumo, experiência e poder, a primeira necessidade destes seres (que se comunicam nesta língua peculiar), que compõem esta sociedade é de manter atualizada sua capacidade de simbolizar - objeto fundamental para o bem estar do sujeito e de sua comunidade, e também marco que diferencia os seres humanos dos outros animais. Percebemos nitidamente as áreas de conhecimento que são articuladas para sustentar a metáfora da homogeneidade da espécie, simbolizada na língua digital homogênea.

Ou seja, nesta superfície discursiva se produz a necessidade de investir pesadamente em inovação e consumo tecnológico para que seja possível simplesmente se dizer; e, no contra-ponto, é crucial relacionar-se com a natureza (em seu aspecto de exploração econômica) para produzir e manter a possibilidade humana de se relacionar, através da produção de mais tecnologia. Tecnologia e linguagem se encontram, produzindo a necessidade de consumo.

A compreensão do funcionamento deste carrossel estruturado a partir de uma necessidade do sujeito de significar é fundamental, uma vez que ele é, grosso modo, a base de afirmação que sustenta hoje a necessidade de tecnologia da informação para a sobrevivência das sociedades, e a noção de desenvolvimento. Para nós, a base da aceitação da tecnologia da informação é a evidência de que ela é a linguagem do sujeito em rede. **Assim antes de tudo, tecnologia da informação é tecnologia para linguagem.**

Em termos práticos, temos no território digital o surgimento do império do código. Que vai da simbolização (apenas possível com a tecnologia moderna) do corpo humano em código, pelo mapeamento digital dos DNAs, pela farmacologia

pensada geneticamente (patentes de plantas, etc.), pela campanha de inserção dos analfabetos digitais no espaço de simbolização da internet, e/ou pela produção de bem estar global ancorada nesta produção da língua digital (um produto da tecnologia da informação),etc., que deve estar sendo dita, realizada e reconhecida nesta instância. A maneira como isto se estabiliza pode ser discursivamente analisada, uma vez que estamos tratando da estabilização de uma prática lingüística. É este funcionamento de sentidos estabilizados que vai produzir uma superfície discursiva que permitirá os espaços de evidências discursivas, ou a formulação de "lembretes ideológicos" (Orlandi, 1999).

Então passamos a perceber um mundo constituído por sujeito-código, território-código, produção-código, moeda-código, etc. A noção de informacionalismo, como propõe Castells, promove uma espécie de redução radical da materialidade do espaço público. A onipresença desta nova matéria prima da realidade evidencia que a possibilidade do sujeito se significar socialmente passa necessariamente pela relação com os códigos, e pelo consumo da tecnologia.

Chamar os objetos do mundo de “informação”, assumir popularmente que eles são estruturados por códigos, e afirmar a facilidade ou circulação de informação nesta superfície, é avançar rápido demais. Neste avanço se recobre a relação entre redução e produção. Neste avanço se achatam as espessuras do simbólico e imaginário para trabalharmos sob o efeito de evidências positivas.

Se nosso mundo é reduzido a códigos e precisamos de aparelhos para nos “codificarmos” e para codificarmos o nosso mundo, o grande bem econômico em que toda a indústria tecnológica vai investir é na necessidade inerente ao ser humano de se significar. Produzir para este significador-comprador inesgotável.

Não é à toa que, neste ambiente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita. As ferramentas não são meramente aplicativos. Não se tratam de produtos para serem utilizados prontamente. São processos a serem desenvolvidos e integrados pelo sujeito; produtos que precisam ser configurados, formulados, customizados, integrados ao cotidiano do sujeito; precisam ser programados para participar da vida do sujeito e confundir-se com ele. Assim, a inovação tecnológica funciona como objeto de necessidade e de desejo do sujeito, o que alimenta nosso carrossel em outro patamar. O sujeito, injungido a significar, necessita estar no processo de simbolização digital, inovar, consumir, produzir e integrar tecnologia ao seu cotidiano. Isso sem dúvida afeta o modo de se dizer (em) suas relações, afeta as condições de produção de sentido no espaço social.

3.1. novas condutas urbanas: a saúde do corpo e da mente globais

Na revolução industrial, houve a metáfora do corpo, expandido mecanicamente. Na revolução tecnológica, é a mente que está digitalmente expandida. Os processos psíquicos, as relações de linguagem, o surgimento dos desejos funcionam no recobrimento contínuo entre o criador e seus produtos, tudo é extensão de si compreendida atualmente como código. Ou como diz Mazlish (1993) “...ferramentas e máquinas são inseparáveis da evolução da natureza humana”(apud Castells, p. 80)

Neste sentido, Castells aponta que “são tecnologias para agir sobre a informação, e não apenas informações para agir sobre a tecnologia”(p. 78). Esta afirmação tem uma força de reversibilidade e traductibilidade que aponta para potenciais configurações e reconfigurações múltiplas. É o jogo da língua sobre a

língua, sobre a língua, sobre a língua... esta circulação, noção elaborada por Orlandi (2001), que Pêcheux (1969) já aponta, posta em relação material com a produção tecnológica.

Uma vez que os códigos (linguagem) estão processando informações (linguagem), sejam relativas ao DNA, ao ambiente computacional, à Internet, à intranet, sejam as armas de guerra química ou mísseis guiados por satélites, os produtos são sempre dispositivos de processamento de informação ou mesmo o próprio processamento desta informação.

Neste sentido o que vale verdadeiramente para consumo neste senso comum é a possibilidade de relação entre códigos, uma vez que eles estejam estabilizados, e a capacidade e o refinamento da conexão entre esses dados-códigos, e-ou processamentos-códigos. Retomando Castells, a partir de uma perspectiva lingüística, é o processamento de símbolos, o processamento lingüístico que está em jogo nas TIs (Tecnologia da Informação). Entretanto não seria legítimo pleitear renomear a Tecnologia de Informação por Tecnologia da Linguagem. A compreensão da estabilização dos sentidos das TIs só é possível por considerar todo este processo como um processo lingüístico. É neste processo que podemos perceber a organização de uma superfície discursiva, produzindo evidências que vão ancorar sujeitos e sentidos em um "discurso disponível"(Orlandi). As TIs, não considerando estas outras instâncias, podem ser compreendidas como ferramentas de linguagem, ferramentas produtoras de superfícies discursivas, sem reconhecê-las entretanto como tal.

Os modelos de desenvolvimento tecnológico abordam esta questão em um espaço de adesão passiva. Esta língua digital, necessária ao sujeito para ele se dizer, é também uma língua "evidente". Não é necessário refletir sobre ela, mas apenas utilizá-la em grande quantidade e desenvolvê-la de modo que ela possa ser utilizada

cada vez em maior quantidade. A adesão ativa se dá no aspecto econômico, na medida em que esta produção e processamento de linguagem são efetivamente bens de consumo.

Diz Castells, “a lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade”(p.100) Neste sentido, ainda em Castells, “o que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade de processar símbolos”(p.111), símbolos estes compreendidos a partir do movimento globalizante de desenvolvimento tecnológico como capital, tecnologia, informação e processamento de informação.

3.2. Processamento de dados: a prática saudável das TIs:

De fato, as noções de processamento de dados, pensadas discursivamente, podem ser ampliadas para evidenciar alguns processos curiosos. Aqui, abro um parêntese para analisar o exemplo de um evento que considero um processamento de informação projetado sobre o Brasil, que abre transversalmente a discussão da discursividade da tecnologia da informação para a temática dos sentidos de saúde. Uma justaposição produtiva.

O relatório do WorldBank (1994^a), fazendo análise do desenvolvimento de países africanos, e com vistas a estabelecer sua elegibilidade para receber investimentos internacionais, afirma que “países com boas políticas” saíram-se melhor do que “países com políticas regulares ou de pequenas melhoras” (p.162 apud Castells). Embora Castells vá refutar esta conclusão dos especialistas do Banco Mundial, ela nos aponta para um espaço de processamento de políticas públicas até então não considerado.

Neste caso, a capacidade de processamento de dados para os países em desenvolvimento vai significar mais proximamente a "produzir uma formulação" esperada. E aqui, vemos traços comuns de dependências funcionais discursivas com a análise de Orlandi, sobre o discurso do colonizador em relação ao sujeito brasileiro:

"No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador"(1990:52)

Vejamos então a concatenação de dependências discursivas entre a posição de colonização do Brasil e a posição do World Bank na elaboração de seus recursos de avaliação e a posição de alguns países africanos, de acordo com Castells.

Ou melhor dizendo, há uma "projeção da posição possível", como diz Orlandi, para a formulação de mudanças políticas do país em desenvolvimento precisando de recursos. Isso, instituído desta maneira, sob nossa ótica, gera uma posição de dependências funcionais discursivas curiosa para a dinâmica do "processamento de informações". A estabilização desta dinâmica discursiva nas relações de colônia, ou econômicas, promovem uma prática distinta de "processamento de dados", em diferentes instâncias. Se há um dizer predeterminado, que pode gerar recursos, então o que está sendo dito realmente quando as campanhas políticas, de países em desenvolvimento, ganham dizibilidade internacional? Como é processada a campanha política? No sentido de como o seu código é elaborado em seu país?

A boa política, bem formulada, a *reconfiguração* do país, é mais interessante para o Banco Mundial do que as outras possíveis mudanças. Por esta ótica, não é paradoxal a implementação do programa Fome Zero no Brasil. Para nós, sua repercussão é maior no exterior, sua formulação excepcional transformada em modelo

para outros países em desenvolvimento, e aqui no Brasil, por outro lado, sua prática permenece invisível. Outra "boa política", que analisei em meu Mestrado, bem formulada pelos brasileiros, e que caminha na mesma discursividade de modelo para países em desenvolvimento, reconhecido por uma grande instituição internacional, é a campanha de prevenção à AIDS promovida pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Ora, a questão da relação com a própria formulação de reconfiguração de uma dada região discursiva está na formulação de um discurso com refinamentos de sala de conferência e de teatralização da política através de uma campanha pública. Que uma vez que esteja bem formulado e visível na rede internacional abre conexões para o crédito econômico e político do país. Esta é uma formulação de bem-estar para a classe política do país e para sua representatividade no espaço dos administradores nacionais no fórum global. Um espaço que estipula o que seria a evidência da saúde política de países pobres, que uma vez ocupado abre espaço para que eles recebam apoio financeiro do Banco Mundial. A necessidade da presença deste tipo de formulação interpela os políticos destes países no espaço de formuladores de políticas que projetam a "reconfiguração" de uma dada região discursiva de seu país. Ou seja, este tipo de estratégia de avaliação de projetos do Banco Mundial, aponta para uma indução de políticas que visem modificar por completo os sentidos de uma dada região. Aponta para uma política de "reconfiguração" do funcionamento do espaço menos favorecido, em um jogo metafórico com uma desfragmentação, ou mesmo um scan, de um disco rígido de um computador. Nitidamente as questões do funcionamento simbólico e imaginário destas relações de sentido não são contempladas, na produção desta política de "formulações ideais".

Retomando, a tese de Castells em seu trabalho "A sociedade em rede":

“..o surgimento da economia informacional caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma lógica organizacional que está relacionada com o processo atual de transformação tecnológica, mas não depende dele. São a convergência e a interação entre um novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional que constituem o fundamento histórico da economia informacional. “ (p.174)

Esta independência, convergência, fluidez, interação, etc. podem ser compreendidas da perspectiva lingüística – são atributos comumente associados a processos lingüísticos, e creio refere-se mais diretamente à noção de funcionamento desenvolvida por Pêcheux.

Mais adiante (p.192) diz Castells: “a empresa em rede concretiza a cultura da economia informacional-global: transforma sinais em commodities, processando conhecimento.”. Este é o funcionamento do valor lingüístico nesta economia, transformar sinais lingüísticos em capital. Ou melhor, produzir uma indistinção prática entre produção de capital, produção de ferramentas (de tecnologia) e produção de linguagem.

IV. Conexões com a Lingüística, a Arquitetura, a Psicanálise e o Direito

Para nós, tanto a ideologia, como a ciência, ou a produção de um conhecimento na instância pública são práticas constituídas a partir de uma memória de relações de força postas na história. Isso não significa que não seja real o valor dessas práticas, mas que, na medida em que “são os homens em sociedade que fazem ciência” (Pêcheux, 1975), e a circulação social disto se articula em outra dobra, o que permite pensar o conhecimento que funciona produzindo os sentidos de saúde no espaço urbano e público inscrito em uma temporalidade e espacialidade próprias. Que a condição necessária de dar sentido aos fatos, e toda discursividade que se ancora nesta superfície discursiva pública, pelo efeito ilusório da ausência de sentidos eruditos ou acadêmicos, é possível de ser pensada como uma característica não simplesmente do sujeito, mas fundamentalmente como efeitos de uma circulação do conhecimento. Esta superfície discursiva promove uma espacialidade e temporalidade imaginárias que dão as condições da produção para sentido e sujeito se constituírem a partir das discursividades das políticas de saúde.

Nosso interesse desliza para compreender como as ciências que tratam o sujeito como objeto de conhecimento constróem este efeito de aparente "simplificação", presente na campanha pública que se abre para produzir uma espacialidade e temporalidade que retorna sobre a própria produção científica.

Apresento uma abordagem dos sentidos de saúde produzida a partir do estudo da afasia, na área da Neurolingüística, região da Lingüística, que toca as discursividades da medicina, da biologia e saúde. É um contraponto lingüístico das

noções de saúde mais frequentes que estão articuladas exclusivamente na relação com o discurso da patologia.

1. Saúde como prática lingüística

"Não é vigente, na Análise do Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que ele diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentido ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos."

(Orlandi, 1999:48)

A noção de saúde, se pensada na relação dicotômica com a noção de doença, poderia ser encontrada na discursividade que, como diz (Orlandi 1999^a), nos individualiza em unidades bio-psíquicas, na forma social-capitalista. Mas neste caso, a possibilidade de saúde seria a, já conhecida, ausência de doença. Como nossa proposta é lidar apenas com os sentidos de saúde, abrimos a perspectiva de percepção desta noção para compreender como ela significa em diferentes regiões de sentido. Assim, meu esforço como lingüista é o de evitar produzir uma análise baseada na evidência da presença do sujeito biológico na construção das campanhas públicas ligadas à noção de saúde, à noção de bem-estar do sujeito.

Em relação com a produção do conhecimento na lingüística, quero trazer uma posição sujeito produtor de conhecimento que privilegia as práticas sociais como uma

das condições fundamentais para o conhecimento. Também a formulação de uma posição sujeito-paciente, digamos, a formulação de um lugar material de circulação do conhecimento sobre saúde integrado nas práticas de significação da sociedade. Esta relação entre significar e o espaço público, ao passo que é um dos fatores que permite o "processo de individualização pelo Estado" (Orlandi 1999a:25) destes sujeitos, também é, da perspectiva discursiva, a superfície de ancoragem das práticas instaladas nas discursividades de cura e prevenção compreendidas pela lingüística.

Pêcheux (1975) diz que a produção do conhecimento se faz na história, e que é feita por sujeitos. Estes sujeitos, cientistas, administradores, produtores de marketing político, atravessados pela divisão do trabalho intelectual, e inscritos na posição de autores de um conhecimento legítimo e neutro, têm como efeito desta inscrição o apagamento de sua dimensão material. Ou seja, a filiação à filosofia idealista da linguagem, que considera a língua como um sistema neutro e abstrato, e ao sujeito como centro e causa de si (Orlandi, 1999a), é tradicionalmente o lugar do sujeito que produz conhecimento. A partir de uma perspectiva materialista do estudo da linguagem, o apelo à "neutralidade" da ciência, e conseqüentemente à "neutralidade" do especialista e do administrador, são dissonantes à compreensão discursiva da produção científica e do consumo público que é produzido na ciência.

A legitimidade do discurso científico, as certezas produzidas socialmente pela produção científica, e os instrumentos de administração do espaço público - incluindo o marketing político - estão intimamente ligados em nossa forma social capitalista. As relações da ciência com o Estado, a nosso ver, atualmente se alargam para abranger instituições de caráter, digamos, mundial. O interesse cada vez maior na divulgação científica por organismos de política global, como a ONU, a Unesco, a OMS, a UNAIDS, e mesmo a produção de debates "científicos" realizada por consulados -

fato que deriva a relação com o conhecimento para a relação entre divisas - , no caso deste trabalho, confirma o lugar da ciência e do desenvolvimento tecnológico como lugar de construção de uma interpretação, legitimação, e estabilização dos sentidos do que seja a prática de saúde possível para a sociedade mundial. Castells (2001:354) aponta que:

"Uma transformação tecnológica de dimensões históricas similares [à criação do alfabeto] está ocorrendo 2.700 anos depois, ou seja, a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Ou, em outras palavras, a criação de um Supertexto e uma Metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana. O espírito humano reúne suas dimensões em uma nova interação entre os dois lados do cérebro, máquinas e contextos sociais."

Ou, mais fortemente em Postman (idem):

"nós não vemos ... a realidade ... como 'ela' é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossas mídias. **Nossas mídias são nossas metáforas.** Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura." (o grifo é nosso).

Ora, para uma lingüista, é impossível deixar de notar que a transformação de que Castells fala é uma transformação da nossa possibilidade material de produzir sentidos. Assim, ao imaginar idealmente nossa sociedade em rede, a primeira imagem é a de uma república global com uma elite instruída e alfabetizada nesta nova linguagem, que tem laços estreitos com a produção científica e a produção de tecnologia (as tecnologias da informação, as TIs).

1.1.conexão com a Neurolingüística

"De fato, como ia ter fé no progresso e na ciência, ter fé nos técnicos e nos especialistas que, teoricamente, orientariam e dirigiriam o país, se os critérios e objetivos eram sempre traçados pelos interesses de alguns?"

Ribeiro (1984:569)

A relação com a Neurolingüística ocorreu em um espaço de reflexão que se constituiu a partir de leituras da área da Análise do Discurso, para nós. Daí a nossa interpretação estar atravessada teoricamente por um esforço de compreensão da ideologia, e da prática política deste lugar de significância do homem no mundo, funcionamento que nos interessa como objeto de pesquisa.

Como analista do discurso, a introdução ao(s) sentido(s) da Neurolingüística deve levar em consideração que “a produção de sentidos é marcada necessariamente pelo equívoco” (Orlandi, 1996:133); equívoco aí entendido como fato estrutural possível graças a relações de sentido e relações de poder na história, materializadas na língua. Neste jogo de leituras que se estabelece sobre um texto, ou sobre a leitura do arquivo, nosso esforço se concentra em compreender como se constitui a posição discursiva sobre saúde do sujeito que é objeto de estudo da lingüística. Ou melhor, considerando que estamos, os ocidentais, inscritos em uma tradição de saber que considera um sujeito conhecedor e um objeto de conhecimento, nosso interesse específico é trabalhar a interpretação do sujeito, quando **ele** é o objeto de conhecimento no litígio entre o normal e o patológico. A compreensão da constituição dos sentidos deste objeto permite, a nosso ver, uma discussão histórica sobre o papel da ciência e da mídia na estruturação de “relações de poder disciplinares” (Foucault, 1979) na sociedade, e no estabelecimento do simbolicamente possível para cada um e para a sociedade, na medida em que as noções de sanidade/

patologia/ insanidade nos interpelam e nos significam como organismo, como mente, como potência de vida biológica e e como máquina.

Não é o caso, entretanto, de questionar os pressupostos da biologia, da neurologia, da lingüística, etc. Sem dúvida, o mais importante é pesquisar quais são as relações entre a prática discursiva de uma sociedade ocidental, em determinado período histórico, e sua maneira de trabalhar sobre um objeto-de-conhecimento que dá conta, ou pretende dar conta, através de procedimentos teórico-metodológicos inscritos na tradição acadêmica, de compreender o que é o sujeito. E necessariamente compreender o funcionamento da tensão entre a discursividade acadêmica e a discursividade veiculada pública e historicamente.

Por exemplo, dentro da perspectiva de nossa pesquisa, iniciada no Mestrado, pudemos perceber que a discursividade da Organização Mundial de Saúde, para poder falar de saúde mundial, se apoia no conhecimento da biologia: significa a humanidade como espécie humana e “organismo” a materialidade do sujeito. E não haveria problema algum se a noção de vida, ou vida saudável, não fosse diferente de sociedade para sociedade, ou ao longo da história. A universalidade da discursividade da biologia está na aplicabilidade de suas leis, e nos instrumentos teóricos que permitem refletir, compreender e trabalhar sobre a vida, em várias instâncias. Não significa, que, sendo capaz de fazer sentido, o sujeito de qualquer cultura ou tempo criará a ciência da biologia para compreender a vida. O conhecimento da biologia é histórica e geograficamente delimitado, assim - quando o objeto de conhecimento desta ciência é o próprio sujeito - é possível perceber as marcas desta memória específica, e gostaríamos de pensar, neste entremeio, que sujeito é este, e saber como nossas práticas sociais hoje, de alguma maneira, acabam ressoando ao sentido de humanidade ao qual estamos filiados. O sentido da ciência nesta perspectiva é -

diferentemente do que imaginamos quando pensamos em neutralidade do conhecimento - um espaço forte de prática política.

Ao buscar a noção de saúde articulada no não-dito das práticas de prevenção, percebi que uma das possibilidades de saúde do sujeito biológico é a sua inscrição numa relação de produtividade econômica global. O sujeito da sociedade em rede.

Comecei a refletir sobre a discursividade da sociedade em rede, e agora é possível compreender como a discursividade da ferramenta produzida pelas tecnologias de informação é naturalizada como uma espécie de parte intrínseca do humano, parte essa responsável pelo raciocínio. Ou seja, as TIs tornaram-se índices da capacidade reflexiva, ou da cognitiva, ou – utilizando sua própria formulação - do processamento simbólico do sujeito.

Neste caso vemos pistas de um processo de justaposição entre a formulação da Neurolingüística e das Tecnologias de Linguagem.

Se pensarmos o discurso da biologia, a lei da evolução das espécies, a pressão seletiva do meio, e a divisão dos seres vivos em famílias, filos, gêneros, etc.(a classificação dos seres vivos proposta pela Biologia) percebemos que esta discursividade da biologia é uma das maneiras de lidar com o fato de que estamos vivos em meio a uma multiplicidade; fato que demanda sentido e memória. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, alguns estados adotaram o Creacionismo no programa escolar para explicar a origem da vida aos estudantes, e não o Darwinismo. No que diz respeito ao corpo, de forma muito semelhante, organismo, sistemas, órgãos, células, tecidos, etc. são parte do conhecimento da biologia; não é diretamente o espaço empírico que constitui a materialidade do sujeito, mesmo que a simbolize fortemente em nossa cultura. Já na China, redes, meridianos, lagos, nós, pontos, etc. são os sentidos que significam mais fortemente o corpo do sujeito. Na

medicina tradicional chinesa, nas práticas de acupuntura, no tratamento dos fármacos chineses, a relação com o corpo se mostra bastante diferenciada do que conhecemos comumente. Assim, perguntar “o que é o corpo então?” ou “qual nossa diferença em relação aos animais?” ou mesmo “qual a origem da humanidade?” pode ter diferentes respostas, diferentes sentidos. O que será comum aí é a constatação de um fato, a demanda de sentido, a constituição de uma prática, o trabalho sobre a realidade, enfim, os espaços simbólico e imaginário constituindo e sendo constituídos por um sujeito re-flexivo sobre si mesmo e sobre uma realidade – que é fundamentalmente política.

No caso da mente, as mesmas questões podem ser elaboradas. O que é a mente, como ela funciona? Neste momento de desenvolvimento tecnológico contínuo, na história do ocidente, a mente pode ser compreendida como um processador de símbolos, com atividades regulares; processador este relacionado a outras mentes através de canais interativos tendo como função a troca de dados.

A) A lingüística como lugar privilegiado de discussão

O trabalho com a linguagem aí é fundamental para compreendermos o jogo de interpretação dos sentidos de universalidade na leitura de dados ou de arquivo, e pensar se esse sujeito universal com esta mente moderna, este *sujeito biológico que integra uma mente tecnológica*, dá conta efetivamente de significar um universo de sujeitos em sociedade. Para nós, a discursividade da saúde, incluindo a medicina, a odontologia, a neurobiologia, a neurolingüística, associado à discursividade do desenvolvimento tecnológico, trabalha sobre uma noção de processamento mental do sujeito específica e produtiva como conhecimento e como prática de saúde, daí sua legitimação pública e institucional. Ocorre que quando estes sentidos se deslocam

para a política de saúde, a política de implementação de tecnologia, para a intervenção social, ou seja para espaços públicos de prática discursiva, eles tendem a apagar a distinção social, ou cultural presentes. Eles tendem a reduzir a riqueza epistemológica de um contexto a um pragma bio/ecológico/informatizado, se pensarmos da posição da Neurolingüística. Ou, da posição da Análise do Discurso, tendem a apagar o equívoco constitutivo, o espaço da falha, e tendem a trabalhar numa dimensão de “ciência régia”, com um "sujeito ideal".

Pêcheux (1981) “propõe que se marque e se reconheçam evidências simbólicas que organizam as leituras, mergulhando a leitura “literal” (enquanto apreensão do documento) numa leitura interpretativa. Desse modo, se constituiria um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do trabalho de arquivo enquanto relação com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.”. Para nós, este trabalho vem sendo realizado pela Profa. Maria Irma Coudry, na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp - em relação à afasia, na medida em que põe em conflito os sentidos de linguagem e do sujeito, da lingüística, com os da discursividade da neurologia e da própria Neurolingüística. A *leitura interpretativa* realizada por Coudry proporciona um espaço de tensão bastante produtivo, porque viabiliza uma prática de cura da afasia, sem trabalhar sobre o sentido de organismo ou de tecnologia da informação para o sujeito afásico. Ou seja, há uma evolução do quadro clínico deste sujeito cérebro-lesado, embora ele continue cérebro-lesado (o que é irreversível). Mas a prática de linguagem deste sujeito caminha na direção de algo que tanto a discursividade médica quanto a lingüística pode significar como “mais saudável”. O sentido de saúde aí é diferente, embora haja uma convergência possível de significação sobre os resultados.

Entretanto, para compreender a noção de saúde que estamos propondo a partir da Lingüística, é fundamental fazermos algumas distinções metodológicas. Coudry (2002:111) considera que a possibilidade de avaliação do sujeito afásico pode e deve se dar com recursos de outra ordem teórico-metodológica que os da discursividade médica. Diz a autora:

"Para avaliar e compreender os processos de significação, patológicos ou não, que ocorrem na linguagem de um sujeito afásico, o que se convencionou chamar de uma teoria de linguagem enunciativo-discursiva"

A proposta de Coudry tem, portanto, na perspectiva da teoria da linguagem, uma especificidade que permite a evolução do quadro clínico do afásico. A compreensão deste quadro clínico que se estrutura entre a Lingüística e a Neurologia em última instância, está sendo elaborado a partir de uma teoria da linguagem. Ou melhor, existe uma tensão entre parâmetros médicos e parâmetros lingüísticos na compreensão do que é linguagem, e sendo assim do que é possível exigir e realizar com este sujeito em termos lingüísticos. Como a medicina ou a biologia não estudam a linguagem, como objeto próprio, a autora sustenta que há maior pertinência de uma teoria de linguagem enunciativo-discursiva, que ela elabora, para avaliar e trabalhar com o quadro clínico de um sujeito afásico.

Para o conhecimento médico, a afasia não tem cura. Já Coudry propõe que a linguagem pode continuar a ser uma prática social para o sujeito afásico. A incompletude lingüística deste sujeito está ligada à higidez de seu organismo ou a sua prática social?

Faz sentido discutir sobre a noção de saúde, neste caso? É neste lugar de conflito que gostaríamos de situar nossas questões de linguagem e propor caminhos de investigação convergentes.

É neste esforço de perceber a noção de saúde, em uma perspectiva lingüística, que consideramos a "[...] forma de *fazer* Neurolingüística que considera crucial a contribuição da Lingüística em seu raciocínio e saber técnicos e no estudo da relação normal/patológico: um olhar foucaultiniano, para enxergar o *espetáculo da linguagem* e para considerar que cada sociedade tem a "doença que merece, o que coloca a relação normal patológico em outra ordem de condições." (Coudry 2002:102). Ou seja, uma proposta advinda da Lingüística para pensar questões que tocam tanto a saúde como a linguagem.

Não é nosso objetivo aqui, entretanto, avançar uma reflexão que considere diretamente o binômio normalidade-patologia. Sabemos que a discussão dos sentidos de saúde produz uma tensão na compreensão deste par de controle do saber médico. Neste caso, na discussão relativa à afasia, o saber médico apresenta uma concepção de língua padrão normativa. Coudry critica esta compreensão "ingênua" do funcionamento lingüístico pela Neurolingüística (pensada a partir da discursividade da medicina), e propõe pela Neurolingüística (pensada através das teorias lingüísticas) considerar a afasia como um *fato do discurso*. Isso traz a possibilidade de propor outros sistemas de avaliação dos sujeitos afásicos em situações que permitam que o sujeito se articule mais amplamente, e sugerir soluções mais atuais em relação ao que se sabe sobre o funcionamento lingüístico hoje em dia.

É neste sentido que a contribuição dos Estudos da Linguagem para esta discussão da significação de saúde que já vislumbramos, se mostra real e fundamental. No caso do trabalho de Coudry, há regiões de saber produzidas que se distinguem fortemente do que a discursividade médica compreende sobre a afasia. E isto se deve a uma posição política assumida pelo lingüista que se debruça sobre estas questões, como nos afirma a autora: "E isto é uma decisão de caráter teórico (a afasia é um *fato de discurso*) com implicações de ordem metodológica (exercício de

práticas discursivas).”(idem:113). Embora a teoria da Análise do Discurso com a qual trabalho não coincida com a prática da autora, é a partir daí que creio ser possível propor esta discussão sobre as noções de saúde: a partir do domínio da linguagem.

- Reflexão convergente

Assim, nos colocamos em um espaço de interlocução com o *Diário de Narciso*, de Coudry, e nos interessamos sobre como funcionam as noções de saúde e de patologia propostas em sua tese.

Colocar a questão interacional e discursiva, como um espaço possível da prática clínica, permite a nós, analistas do discurso, tanto refletir sobre o papel da língua na constituição de um sujeito saudável, e dos sentidos postos em relação com a prática deste sujeito, como refletir sobre o papel do sentido de saúde na constituição histórica de um aparato lingüístico, ou social, para o ocidente

Em nosso entender, o trabalho da autora focaliza questões fundamentais para articularmos uma compreensão da constituição do sujeito no Brasil e da saúde, na medida em que oferece generosamente uma proposta real, científica, para lidar com um espaço que o imaginário da medicina significa como sem cura. Imaginário este, que busca um sujeito de linguagem completo, ideal, o sujeito - digamos - lingüisticamente disciplinado pela prática escolar.

O que seu trabalho aponta, com muita seriedade, é que, ancorado em uma noção discursiva que “envolve inúmeros fatores verbais e não verbais, incluindo todas as condições de sua produção”(p.13), o sujeito afásico é significado diferentemente do sujeito-paciente da medicina, o que permitirá uma diferente compreensão tanto da patologia e do estado saudável, como dos sujeitos envolvidos neste acontecimento. Ou seja, trata-se de um deslocamento da posição do profissional da saúde e do paciente (da patologia), através da noção de discurso da autora.

Epistemologicamente, percebemos um evento interessante, na medida em que, sem questionar os dados sobre o organismo do sujeito (cérebro-lesado) da discursividade médica, e sem entrar em conflito com o conhecimento da prática médica, a autora propõe uma via de cura efetiva também cientificamente estabelecida. E aí é interessante perguntar sobre o papel da produção de conhecimento em nossa civilização, e sobre os efeitos do que Pêcheux (1969) chama de *divisão do trabalho intelectual*.

Podemos ler um destes efeitos na crítica de Coudry: “com o devido desconto ao fato de que as concepções lingüísticas subjacentes diferem sensivelmente, o percurso metateórico fundamental permanece: por um lado, o da redução da linguagem a um código de comunicação e, por outro, sua identificação com uma faculdade da mente humana. Em ambos os casos, saussureanos e chomskyanos privilegiam o déficit como instância descritiva final da afasia”(p.33). Ora, o deslocamento de olhar para a patologia, para olhar o sujeito e o projeto de reconstrução da linguagem do sujeito, cria uma diferença fundamental na compreensão do sentido de saúde. Aí, saudável é o indivíduo capaz de viver sua prática numa dimensão social e contextual, na dimensão subjetiva e na dimensão cognitiva, e não é saudável um organismo simplesmente hígido. Nos casos de afasia relatados, os indivíduos constroem, junto com o outro, esta capacidade, ao apreender a significar suas dificuldades e a resolvê-las na maioria das vezes em estratégias dialógicas.

Sem dúvida, é uma novidade de formulação do sentido e da prática de cura. Um organismo lesado não significa um sujeito lesado, mas pode significar um sujeito que arregimenta práticas incomuns de significação para viver bem em sociedade. Também é curioso notar um sentido de saúde que não se constitui a partir da memória

médica, mas que é efeito de uma reflexão teórica sobre a linguagem. Este espaço *político* (Lagazzi 1998) do sentido de saúde é um dos focos de nossa pesquisa.

É interessante fazermos um esforço para compreender que cérebro, mente, sujeito, organismo, linguagem, saúde, cura... uma vez filiados a diferentes discursividades, terão diferentes sentidos, repercutirão em diferentes práticas. No caso da campanha de implementação tecnológica que vivenciamos hoje, por exemplo, a prática tem um efeito de homogeneizar diferentes sujeitos, de diferentes culturas, constituídos em diferentes dimensões simbólicas, utilizando a metáfora da espécie humana com processadores instalados. São organismos humanos, antes de serem sujeitos de sentido.

Nossa crítica, embora com diferenças teóricas, se assemelha à crítica de Coudry, uma vez que **não é possível considerar um organismo como lugar de referência, quando estamos preocupados com o sujeito**. Esta formulação, embora soe evidente, é fundamental para a compreensão de alguns efeitos históricos da discursividade sobre saúde no espaço público, que recobrem estas zonas de sentido indistintamente.

Com já disse, o sentido de organismo é histórico, mediado pelo imaginário da biologia, e não é produtivo para se pensar a noção de sujeito, processos de subjetivação, etc.. Assim, descolamos o sentido de organismo da empiria do corpo, e de sua *materialidade* (Orlandi 1999). O sujeito-organismo, ou *sujeito biológico*, como chamamos em nossa dissertação, é da ordem do imaginário da biologia e da medicina, assim como os sentidos de patologia, de saúde e de vida. No espaço da compreensão, digamos, da vida do sujeito, utilizei a noção de *sujeito bios*, que é um sujeito que “dispõe de evidências simbólicas de que está vivo agora” (Wanderley 1999).

B) A questão política

Os imaginários da discursividade da medicina, assim como os das tecnologias da informação são interpelados por sentidos como organismo, e lei de sobrevivência da espécie, e o processamento de símbolos como diferenciador deste indivíduo em relação a todos os outros animais. Um sujeito que se constitui neste feixe de sentidos tem pouco espaço visível para a prática política, para a diferença, para a reflexão sobre suas questões. Ele deve simplesmente sobreviver à seleção natural, trocar e processar dados, e se reproduzir. Ele será interpelado pela prática médica e tecnológica para sobreviver e não para estar em sociedade, e se sentir parte dela.

Daí a afirmação fundamental e convergente com o trabalho de Coudry que, retomamos, sustenta em seu trabalho que a referência posta no funcionamento do organismo, aponta para a falha da relação com o sujeito. Esta compreensão radical de um ponto político de sutura na prática de cura, permite uma forte discussão do papel da história, da memória e das práticas sociais como espaço real de inscrição e interpelação do sujeito. É isto que não permite que tomemos simplesmente a árida articulação formulaica dos espaços politicamente corretos, que afirmam a inclusão da diferença, para facilitar e estimular o distanciamento entre os indivíduos (estes organismos hígidos) e corroer a visibilidade de práticas sociais que justamente permitem a realização de uma cura, ou de um espaço de integração social e lingüística do sujeito, como a apontada por Coudry. De fato, há um jogo delicado de formulações que se superpõem, se confundem e/ou se apagam nestas diferentes perspectivas teóricas tanto em relação ao sujeito e seu organismo, à mente e ao cérebro, e mesmo à língua e a sua normatização escolar.

A necessidade deste descolamento teórico por parte do lingüista, a necessidade de compreender os sentidos de organismo e de cérebro como uma mediação para lidar com um real ao qual não temos acesso direto, vem justamente do esforço de compreender o sujeito e suas práticas e não o ser humano, sua troca de dados e sua sobrevivência. O recobrimento destas questões é um problema delicado, na medida em que apaga o que há de próprio do sujeito.

É aí, por exemplo, que jogam os sentidos de paciente como objeto de estudo, e de médico como cientista, conhecedor de um fenômeno, e das campanhas públicas naturalizando certas zonas de sentido. São filiações de sentido diferentes, que se confundem no equívoco da noção de empiria. São regularidades discursivas desenvolvidas no espaço acadêmico que, uma vez tomadas como evidência pela instituição, seja acadêmica ou hospitalar, vão constituir indivíduos em sujeitos, e organizar disciplinarmente nossas práticas, nossas possibilidades e posições sociais. A produção desta superfície discursiva, que se caracteriza pela estabilização de sentidos no espaço institucional, vai permitir a ancoragem ou não de sentidos e sujeitos. Ou seja, há uma instância técnica de produção da possibilidade do real destes sujeitos que circulam na instituição, e esta instância é fundamentalmente lingüística.

O trabalho realizado por Coudry, é para nós, a evidencia desta abertura simbólica na constituição do sentido de saúde, que permite não apenas uma reflexão sobre a linguagem, e as nossas práticas civilizatórias, mas que abre um espaço forte de discussão sobre o papel da análise do discurso na compreensão da episteme das ciências, como bem situa M. Pêcheux (1975), e traz também a possibilidade de intervenção crítica na formulação das campanhas públicas a partir de sua compreensão política de saúde.

1.2. A dobradura visível pela Análise do Discurso

Levar adiante esta reflexão, esta compreensão do sujeito saudável proposta em relação com trabalhos desenvolvidos pela Lingüística brasileira, é fundamental na medida em que permite deslocar a discursividade médica de um efeito de empiria, e trabalhar sobre seus sentidos. É nesse esforço de compreensão desses sujeitos ideais, como diz Coudry, presentes em certas discursividades, que trazemos para a discussão o *sujeito processador de linguagem tecnológica*. O sujeito contemporâneo, o sujeito da rede, que possui uma mente metaforizada pela tecnologia. O sujeito da elite digital. Um sujeito que tem, assim como o sujeito afásico, sua identidade organizada a partir de suas condições de linguagem presentes em sua "mente", e dos seus recursos "cerebrais", ou seus recursos presentes em suas mídias (softwares) e em seu disco rígido (hardware). Buscamos deslocar a evidência da existência deste sujeito contemporâneo do espaço das tecnologias de informação para uma compreensão lingüística.

"Como sabemos, a formação discursiva - lugar provisório da metáfora - representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela, o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionado-os a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação."

(Orlandi, 1999a:21)

A grande vantagem de se trabalhar com o discurso científico, neste caso, é que ele constitutivamente promove dois efeitos interessantes: 1) a construção de um objeto restrito, através de uma definição que deve funcionar universalmente, 2) a dedução "natural" de todas as propriedades deste objeto a partir de sua definição. Ou, em

outras palavras, consideramos um objeto metodologicamente delimitado que ganha projeção universal, injungido a um conjunto de regras das suas relações possíveis, que significará como interpelação e administração de sujeitos na instância social. Neste caso, uma "língua tecnológica", compreendida comumente como código, e politicamente articulada na evidência de sua universalidade.

No caso das campanhas mundiais de saúde - por exemplo a de prevenção à AIDS, campanha que é especificamente fruto de pesquisas realizadas nos Estados- Unidos na área de micro-biologia - este sujeito não tem como saber nada a respeito desta substância, que "teoricamente" o constitui, a não ser com o auxílio da tecnologia disponível de primeiro mundo e da farmacopéia de última geração. Este efeito é recorrente na relação com o processamento. Esta tensão entre a história e o acesso ao conhecimento científico para a constituição deste espaço político e deste sujeito biológico, sujeito *default*, engajado na política pública de saúde mundial, na necessidade de consumo tecnológico, e da presença do processamento simbólico, da troca de dados na rede de informações e da evidência do processador instalado neste sujeito. O sujeito da sociedade em rede, é o que buscamos compreender.

A campanha mundial que investe fortemente no deslocamento das relações da noção de mente, é a campanha do "avanço tecnológico" atrelado à globalização que sofremos internacionalmente. A necessidade praticamente inquestionável do acesso à internet, e ao mundo digital, aponta um jogo político de modelagem entre a noção de cérebro e a noção de um HD (hard disk ou disco rígido) de um computador, ou entre as redes de intranet e internet e as redes neuronais. Como na cultura letrada e ocidental a linguagem é um atributo mais relacionado à mente, nada mais natural que na elaboração de inteligência artificial e de redes de automatização de funções (como

um grande sistema parasimpático eletrônico, de um cérebro no devir), a grande estrela que possibilita estes procedimentos seja um **código eletrônico**. Linguagem.

É também nesta relação que proponho um olhar discursivo para construir um espaço de convergência de compreensão dos sentidos de saudável. Desta forma a Neurolingüística é disciplina fundamental para ajudar a situar epistemologicamente e politicamente o movimento histórico que estamos vivendo em relação com o desenvolvimento tecnológico atual. Dando visibilidade à quantidade de códigos que permeiam nosso espaço contemporâneo.

Atualmente, o problema que vem se delineando para nós é como a tecnologia está naturalizada nos processos de produção simbólica, e como sua divulgação e utilização maciças produzem esta naturalização ancorada nas evidências da superfície discursiva. Como isto pode ser compreendido e estudado a partir das ferramentas da lingüística é uma das questões que organizam este trabalho.

1.2.1. Justaposição entre tecnologia de linguagem séc XXI e neurologia do séc XIX: dependências funcionais comuns

Considero importante trazer a noção de literalidade, como a compreende Orlandi (1999:52), para tratarmos do problema ético que esta posição do discurso científico produz. Diz a autora:

"A literalidade é uma construção que o analista deve considerar em relação ao processo discursivo com suas condições. Se a ilusão do sentido literal - ou do efeito referencial, que representa a relação imanente entre palavra e coisa, considerando que as "estratégias" retóricas, "manobras estilísticas" não são constitutivas da representação da realidade determinada pelos sentidos de um discurso - faz o sujeito ter a impressão da transparência, é tarefa do analista do discurso expor o olhar leitor à opacidade do texto, como

diz M. Pêcheux (1981), para compreender como essa impressão é produzida e quais seus efeitos."

A versão homem-natureza, muito em voga hoje em dia como também a preocupação ecológica⁹, se encontram igualmente na compreensão de meios-ambientes computacionais (em relação às questões de autoria), na tecnologia de ponta sobre o código genético, ou na identificação e na necessidade de compreensão do funcionamento das cadeias de DNA como lugar de convergência das preocupações sobre a *natureza* humana. A versão do homem com mente de máquina, ou de ferramenta, o *homem com uma mente tecnológica*, permite a entrada na rede mundial através de códigos eletrônicos, onde sujeito e ferramentas de processamento simbólico naturalizam suas posições através de códigos comuns, para trocar informações e acessar dados gerados também em códigos.

Para um lingüista, estas questões referem-se a pesquisas sobre *códigos* e seus *funcionamentos*, sobre as quais é possível refletir teórica e criticamente, e de forma não literal. Ainda na relação com a Neurolingüística, da discursividade médica, é importante salientar que este modelo de funcionamento é o modelo localizacionista das funções da linguagem, e que tecnologicamente estamos investidos em produzir para a nova era da informação processadores de símbolos localizados em redes, com suas funções delimitadas pelo espaço material dos computadores. Ou seja, trata-se de uma perspectiva proposta para a compreensão do funcionamento do organismo em meados do séc. XIX, por médicos como Broca, Wernicke, Lichteim, etc.; perspectiva esta que privilegia as funções do organismo e tem o sujeito como ponto cego.

Percebemos neste quadro, uma série de afinidades com a discussão presente na Neurolingüística, de uma perspectiva da linguagem. Fundamentalmente 1) o

⁹ cf. Orlandi, Política Linguística na América Latina.

apagamento do funcionamento discursivo, 2) o investimento futurista tecnológico em uma metáfora, de certa forma advinda da própria produção de conhecimento sobre o cérebro, de uma perspectiva médica de dois séculos atrás, e 3) o investimento na relação com o "organismo", apagando outras dimensões de percepção do sujeito.

Para, sem trocadilho, sairmos da literalidade, consideramos pertinente trazer a distinção que Orlandi faz entre transporte e transferência (1998). O fenômeno do transporte de uma discursividade, como o entendemos neste caso, ocorre quando, à revelia das condições históricas e materiais de um lugar, há em outro lugar a reprodução "literal" de um texto, que Orlandi chama de *repetição empírica*. Efeito da consideração de um texto como instrumento, como produto tecnológico para algo além dele mesmo.

Na relação da cultura ocidental com o ser humano, o DNA e o RNA são injunções de uma noção de código estruturante para o sujeito (no caso do DNA humano) e/ou desestruturante para este mesmo sujeito (no caso do RNA do HIV, por exemplo); e embora a relação com os dados deste código no âmbito da biologia possa funcionar aparentemente sem problemas, esta é uma relação fortemente problematizada na Análise do Discurso com que trabalhamos no Brasil. Na perspectiva em que estamos nos colocando, creio que é pertinente trazer para a discussão as ferramentas eletrônicas em relação com o funcionamento cerebral. Evidentemente não se trata de retomar conceitos já ultrapassados, mas de fato de lidar com o momento histórico que estamos atravessando, de uma perspectiva crítica. Sabemos que os desenvolvedores de tecnologia não são lingüistas, mas que eles se ancoram na metáfora do cérebro e na de produção de códigos para tornar a compreensão, o acesso e o consumo dos valores de sua produção de TIs mais acessíveis. É neste jogo na instância da campanha pública que essas noções têm um

efeito de retorno sobre o real e afetam a maneira do sujeito compreender o que é linguagem e como o cérebro funciona.

E neste retorno que percebemos um fenômeno discursivo trabalhado por Orlandi, a pontuação. Discursivamente a pontuação vai estabilizar uma versão de leitura, e não outra.

Dados, códigos, transferência de informação, redes de informações, sejam elas jornalísticas, genéticas, digitais, etc., nos dão a dimensão de um comprometimento ideológico amplo do cientista com a famosa globalização. Comprometimento este, - às vezes cego - que necessariamente deve ser formulado a partir da noção (lingüística) de código.

Na rede conceitual que permite avançar a reflexão sobre este objeto lingüístico, as aberturas e fechamentos das questões possíveis para o que quer que signifique um DNA humano, ou um vírus de computador, ou um código de um software, ou uma sinapse neuronal, já estão metodologicamente atreladas à escolha de conceitos como *código* e *transmissão de informação*, por exemplo. Essas escolhas além de políticas são teóricas e, como já disse, se ancoram no conhecimento da Lingüística.

De fato, quero chamar a atenção para o efeito político da produção publicizada do conhecimento sobre o homem, ao tomar o corpo biológico do ser humano como suporte e ao mesmo tempo processador de um *código*, seja ele genético, social ou eletrônico. Trata-se da veiculação da discursividade do homem-natureza com um processador instalado para poder trocar dados com seu ambiente. Uma imagem fortemente divulgada pelo poder público, sua tecnologia administrativa (incluindo sua capacidade midiática), com perspectivas e indícios de uma chave de interpretação

(genoma), de prática social (rede de informações) ou de destruição (os vírus em geral) deste ser.

1.2.2. justaposição com o discurso das ciências bio-info

O cientista que compreende a periculosidade de um HIV, ou que investe em um sistema digital multi-midiático, no seu trabalho de pesquisa, mobiliza mais do que uma simples assunção metafórica da dinâmica de transmissão do código, para organizar sua compreensão de um novo objeto. Sua reflexão é atravessada por uma história das idéias lingüísticas, de forma incontornável: considerar o DNA, a linguagem computacional, a linguagem neuronal como códigos, é considerá-los objetos a partir de uma perspectiva da linguagem. E isto repercute filosoficamente, cientificamente e socialmente.

Um objeto de conhecimento "homem" surge deste gancho epistemológico selvagem¹⁰. E a imagem deste objeto surgido entre a lingüística e a info-biologia, é um animal racional ou um programa bio-tecnológico codificado na sua própria estrutura, que utiliza de ferramentas e tecnologia para se comunicar e que vive na sociedade em rede. É com a imagem deste objeto que lidam as campanhas mundiais. Uma reassunção do sujeito bio-psico no lugar do social, de que nos fala Orlandi 1999^a, ou seja uma dobradura que permite uma leitura equivocada e coincidente entre o que Orlandi considera o indivíduo (I1) e o indivíduo (individualizado) da forma social capitalista (I2), uma pseudo homomorfia entre o bio-psico e o social, na medida em que ambos apontam para a discursividade da info-bio. Sendo a região psíquica articulada pela discursividade da Tecnologia da Informação e a necessidade de seu

¹⁰ Considero aqui selvagem esta utilização generalizada e de certa forma pasteurizada da noção de código em diversas regiões de produção de conhecimento, como um lugar de leitura do verdadeiro, se assemelhando muito à noção de chave de leitura do mundo presente no protestantismo.

consumo (apagando as relações Sociais) e a região bio elaborada pela discursividade da farmacopéia de última geração e a necessidade de seu consumo (apagando a compreensão do que é social neste sujeito).

Diz Orlandi (1999a: 25):

"Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado, é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito."

Neste caso, o percurso bio-psico-social atravessa uma dobradura em que poderíamos considerar o social como a discursividade da info-bio acessível a um preço altíssimo no mercado global, e então caracterizar o sujeito individualizado como bio-psico-(bio-psico). Sendo, no entanto fundamental compreender a diferença entre os funcionamentos destas duas instâncias, e a aparente complementaridade de escala de interpelação do espaço público destas Formações Discursivas.

A pesquisa de ponta da info-bio sobre o Genoma, por exemplo, que pesquisa esta chave universal de interpretação dos seres, uma vez associados ao mito da neutralidade científica, deixa de fora da circulação do conhecimento no espaço público a reflexão própria das ciências humanas, imediatamente apaga tanto a história, como os estudos da linguagem. A pesquisa da produção de ciborgs, a instalação de

chips no corpo humano, o monitoramento desses chips em rede, a produção de cartões magnéticos com o histórico do paciente acessíveis online, a fusão entre aos recursos de internet e a própria roupa do sujeito, e a necessidade paranóica de constituir esta rede mundial de informações, deixa de fora da discussão a compreensão delicada destes processamentos trabalhados pela lingüística, entre outras disciplinas humanas, e principalmente deixa de fora a própria vida social.

A problematização da materialidade de um código, de sua inscrição histórica, de sua dimensão política, e dos instrumentos de poder e de colonização que derivaram, e derivam, desta compreensão deve ser realizada pelo Lingüista em tensão com a produção da Ciências Biológicas e Ciências da Informação. Tensão produtiva na medida em que permite que as questões da produção do conhecimento sejam trabalhadas criticamente, e não como necessidade de verdade, ou de certeza.

É importante nesta instância de trabalho considerar a *corrosão*¹¹ da possibilidade imediata de compreensão destas questões por causa justamente do discurso disponível, para a sociedade afetada pela política de implementação de tecnologia e pela política de saúde, que estamos considerando aqui de maneira parafrástica, e considerar também a tendência do jornalismo e divulgação científicos a informar o público sem inscrevê-lo de fato em um lugar de reflexão, ou - o que seria mais interessante - sem realizar a promoção de um lugar de "insurreição de saberes"¹².

É na relação com a história e com a materialidade da produção científica, e de sua discursividade, que é possível pensar uma ética para o cientista. A meu ver, a questão da ética está em trazer essas fortes relações de trabalho analítico com as regiões de produção de conhecimento, estabelecidas e historicizadas no percurso da construção deste campo de reflexão, para a compreensão do discurso científico e

¹¹ Orlandi, Eni *O corpo do texto*, conversa no Laboratório de Estudos Urbanos, 11 de abril de 2001.

tecnológico. É a partir deste lugar que, como lingüista, trabalho os efeitos políticos de uma relação das ciências naturais e ciências da informação com a linguagem, que não se dá impunemente no âmbito da sua reflexão, e muito menos nos efeitos ideológicos deste atravessamento de sua relação com a sociedade, e com o real.

2. Finalmente um corpo saudável: a arquitetura

Assim como podemos perceber processos de significação da noção de saúde no discurso médico, no discurso da Neurolingüística, no discurso das tecnologias da informação, trazemos uma breve discussão do corpo na arquitetura. Buscando o mesmo objeto que nos mobiliza neste trabalho o corpo hígido.

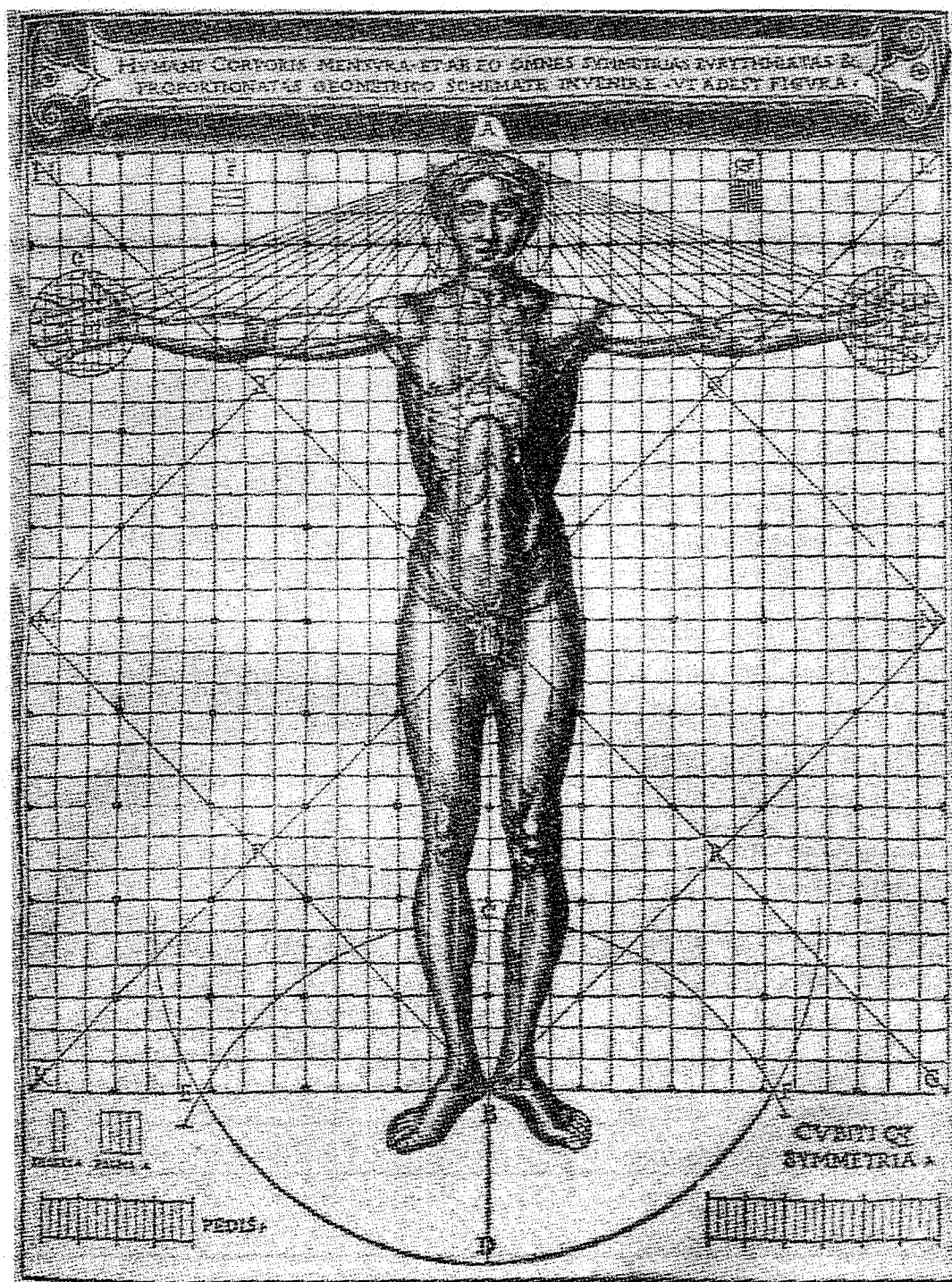
“ Agora parece claro, contudo, que a arquitetura da Renascença não se baseava apenas na estética, mas tentou, na verdade, expressar um modelo ideal, o qual era sagrado. Somente assim pode-se explicar a centralidade e a proporção matemática. A harmonia arquitetônica era uma expressão visível de uma harmonia mais básica e celestial; a igreja com planejamento central era o eco ou a imagem feita pelo homem do universo de Deus, e é esta forma que descobre ‘a unidade, a essência infinita, a uniformidade e a justiça de Deus’ e esta perfeição é baseada na cosmologia platônica.”

(Rapoport 1986:36)

Para adentrar a discussão com a relação dos sentidos de saúde deste objeto, optei por justapor e espacializar esta discussão por uma memória de leitura do corpo da arquitetura.

¹² Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979

E para tanto fui buscar uma formulação de corpo hígido na arquitetura. Diferentemente dos outros ambientes em que buscamos esta formulação do sujeito saudável, ela já está presente no primeiro tratado de Arquitetura de que se tem notícia, formulado no séc I em Roma, por Vitruvius, chamada medida proporcional do corpo humano. A imagem que trazemos é a publicada na Edição de Cesariano, Como, 1521.



121

Figura 1- medida proporcional do corpo humano, Vitruvius, séc I DC

O que é interessante em relação a esta imagem, além do retorno de sua presença na formulação da arquitetura, é que ela pode ser lida como um mapa de proporções do corpo como indica seu nome na proposta de Vitruvius, e pode e será

compreendida como uma métrica, que estabelece medidas para as construções arquitetônicas no período que o autor Giulio Carlo Argan chama de "Quattrocento". Segundo o autor, a proporção ganha seu espaço de formulação nesta época :

"Corollario della teoria della conoscenza «per comparatione» e della prospettiva è la teoria delle *proporzioni*. Verrà formulata in canoni normativi soltanto più tardi, ma già al principio del Quattrocento si tende a definire in dati precisi la relazione delle parti al tutto."(2000:110)

A imagem do séc. I vai então ser retomada pelas questões do período quatrocentista, se articulando, ao nosso ver, com a formulação de duas discursividades fundamentais para a época: a proporção e a perspectiva. A figura, como podemos perceber, sustenta estes dois espaços interpretativos: na formulação de suas linhas horizontais e verticais, que organizam um tipo e proporção entre a possível simetria do corpo humano; e na formulação de suas linhas diagonais, que organizam um lugar para o olho compreender o pensamento. Diz Argan sobre a perspectiva:

"In che cosa consiste la novità della prospettiva del Rinascimento? Anzitutto nel fatto che si presenta comme una scoperta e non come un'invenzione: è *ritrovata* negli antichi, dunque rientra nell'ambito della cultura umanistica, che vuol far rinascere la sapienza antica."(p.110)

Portanto, para nós o primeiro efeito discursivo, da imagem de Vitruvius, é o de pontuação e organização do espaço do corpo, significando diferentemente nas duas épocas. Da época de Vitruvius para a de Cesare, os sentidos da imagem apresentam uma deriva fundamental. De um estudo de proporções, passamos a um estudo da sabedoria antiga, que se formula então como um sistema de relações em equilíbrio. Ainda em Argan, "Con la prospettiva non vediamo più le cose come cose in sé, vediamo tutto per rapporti proporzionali: la realtà non si presenta più come un

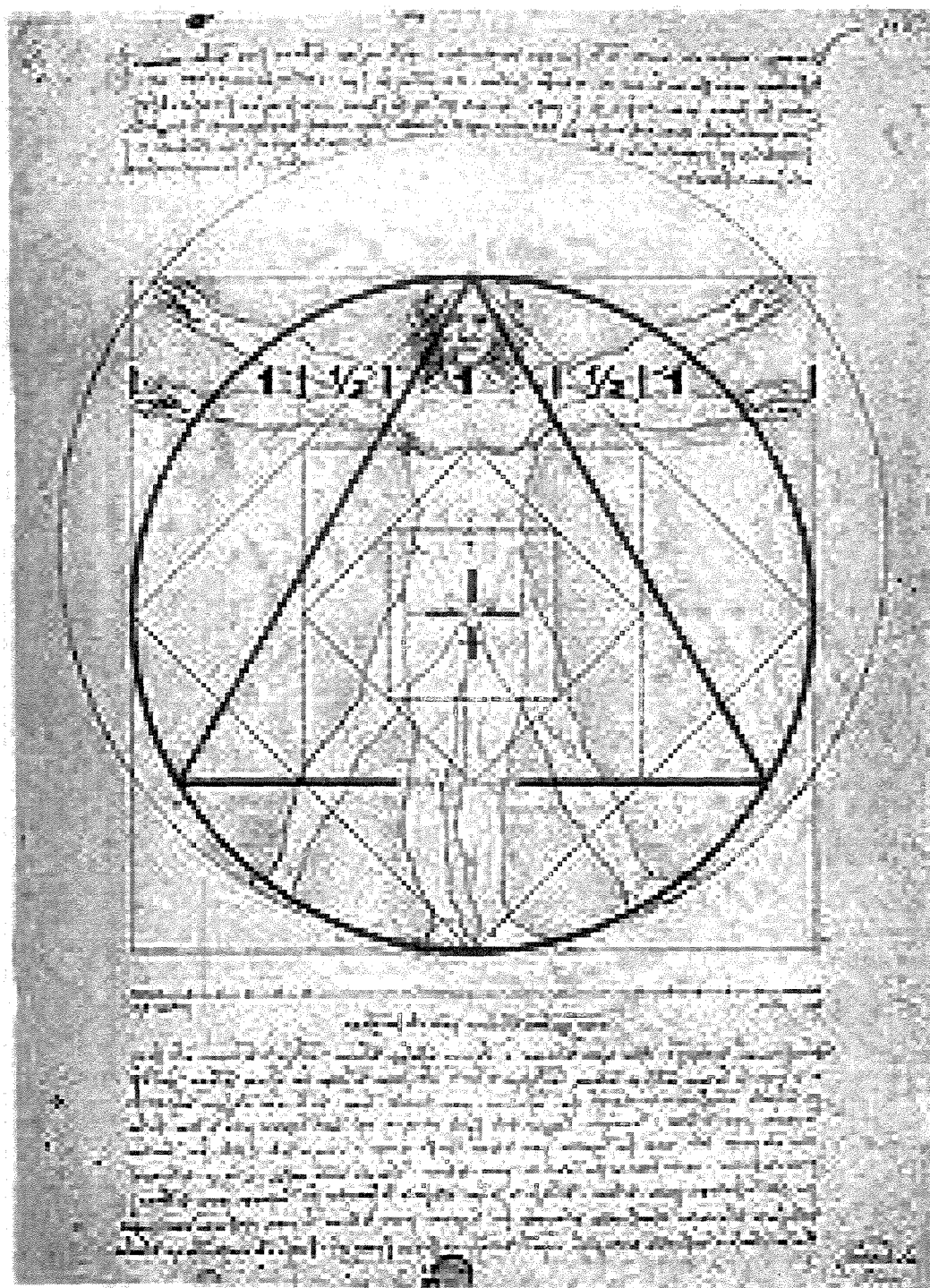
inventario di cose ma come un sistema di relazione metriche."(p.111). Ou seja, os objetos ganham uma formulação racional. A significação do corpo para a arquitetura, assim como a de outros objetos, se distancia de uma formulação empírica para ser elaborada de maneira formulaica e quiçá normativa.

Na Idade Média, portanto, uma das imagens que o arquiteto encontraria em livros seria a de Vitruvius, imagem elaborada na Roma por este arquiteto, e retomada pelos arquitetos da Idade Média, que a publicaram em Roma em 1486, em Veneza e em Florença. Cesare Cesariano publicou o tratado com suas imagens e ilustrações em 1521.

A proposta de Vitruvius é baseada em uma teoria da proporção baseada na harmonia da música. Na matemática.

No jogo parafrástico entre o texto simétrico de Vitruvius e o texto das proporções e da perspectiva na Idade Média, temos a versão de Leonardo da Vinci, justamente no séc. XIV, que não por acaso intitula sua imagem "o homem de Vitruvius" Ora, esta proposta, esta versão de Da Vinci, já incorpora muito de uma perspectiva humanista. Uma imagem em que se sustentam as proporções, simetrias e perspectiva, mas que no entanto não se organiza com um modelo duro e estático para a medição das proporções, mas com um modelo, digamos, humano. Com a aparição de cabelos, a imagem ganha volume, espessura humana, e a maneira de Leonardo formular o espaço dos braços e das pernas nos permite ler indicações de movimento. O que a princípio permite que o sujeito desta imagem tenha uma expressão relativamente mais próxima do que poderíamos chamar a expressão de um sujeito no espaço, e que a formulação da imagem nos aponte para as medidas de um sujeito no mundo. Um sujeito que se move no mundo. Diferentemente da expressão de um

sujeito sendo medido em suas proporções, como podemos ler na imagem de



Vitruvius. Vejamos:

Figura 2 - Leonardo - séc. XIV

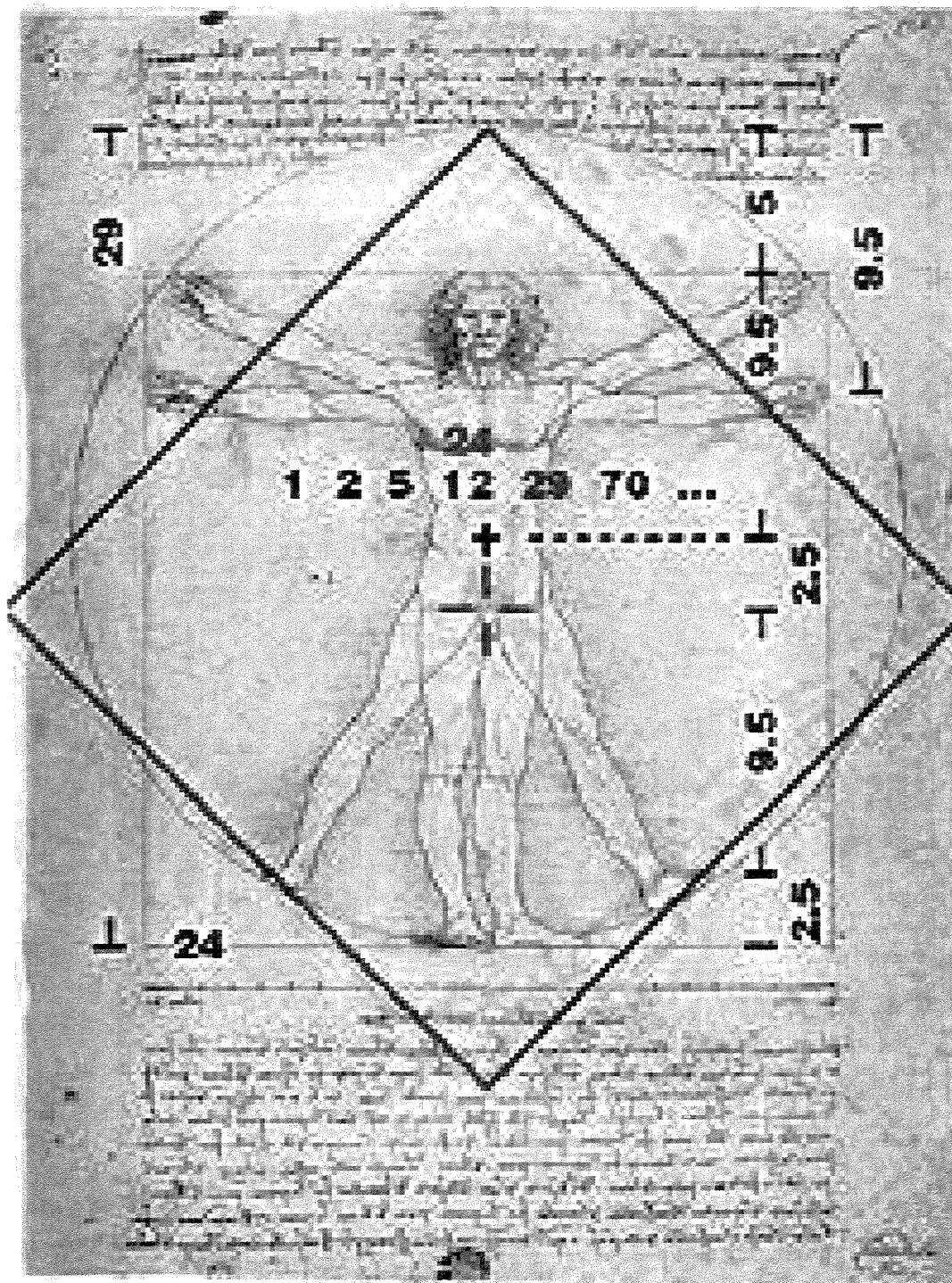
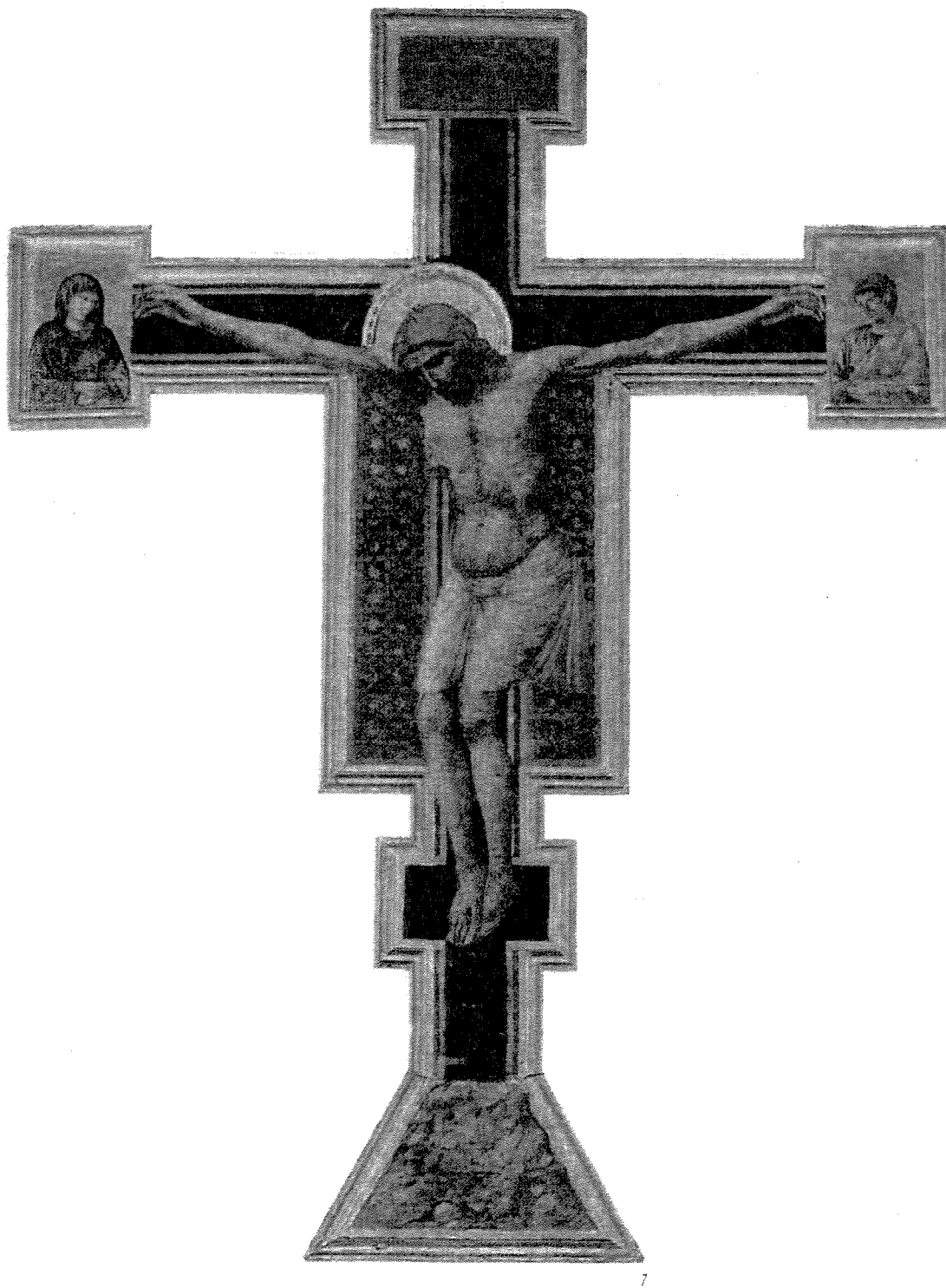


Figura 3 - Leonardo - séc. XIV

No trabalho de Da Vinci, podemos perceber a deriva das preocupações históricas de sua época na releitura da imagem de Vitruvius. No entanto, não é apenas no trabalho de Leonardo que esta formulação é retomada. De fato, depois de observar atentamente a discursividade de Vitruvius, pudemos constatar uma imagem que

consideramos também deriva desta formulação. A imagem da cruz cristã. A imagem da cruz, para nós, indica uma retomada da perfeição e simetria presentes na estrutura de "omnes symmetrias evrythmatas" da verdadeira ordem e simetria do todo, como diz a própria legenda da imagem de Vitruvius. Assim, este modelo de perfeição, elaborado por Vitruvius estaria discursivamente retomado na imagem da cruz. A imagem da cruz lida a partir da formulação de Da Vinci, nos permite perceber um homem preso no espaço da perfeição. Um homem impossibilitado de se mover no mundo em nome de um ideal de harmonia.



7. Giotto: *Crocifisso*; *tempera su tavola*,
m 5,78 × 4,06. Firenze, Santa Maria Novella.

Figura 4 - Giotto - séc XIII

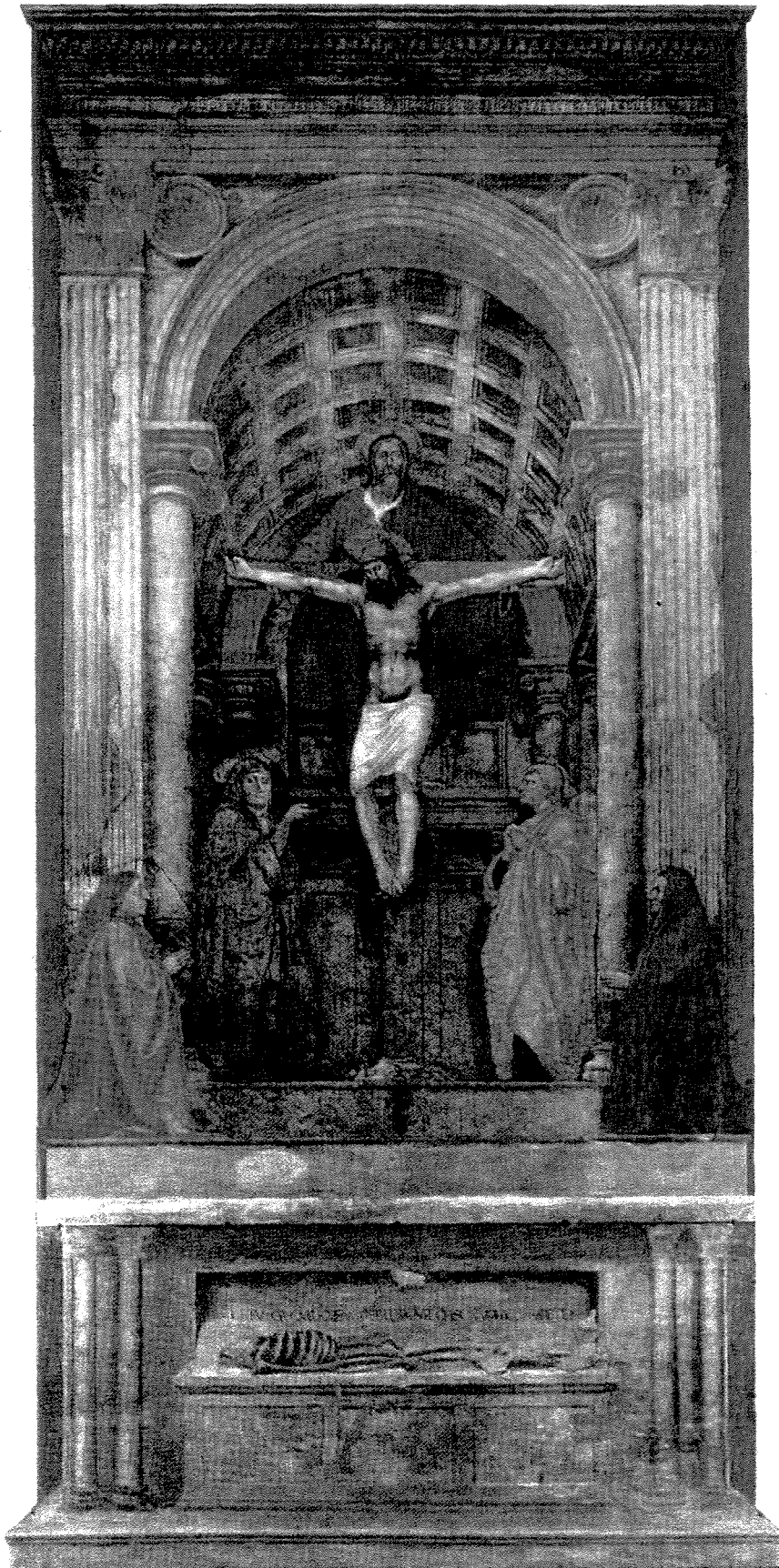


Figura 5 - Masaccio - séc XV

Retomando, em "um sistema de projeções geométricas destinadas a representar relações tridimensionais, no plano bidimensional", temos uma imagem referência das proporções do indivíduo (figura 1). Estruturado a partir da noção de espaço euclidiana, as linhas geométricas se organizam para dar sentido ao corpo através de proporções e angulações. Diz o texto da edição de 1521, que a medida do corpo do homem estabelece todas as simetrias e ordens verdadeiras e proporções geométricas esquematicamente.

Ao buscar as imagens de Vitruvius, encontramos o "homem de vitruvius", (figuras 2 e 3), desenho de Leonardo da Vinci, outra retomada da imagem do séc I. Recorrência. Ao pensar platonicamente a relação do modelo e da sua realização possível, ao pensar o demiurgo de Platão obrando com matéria perecível sobre um modelo ideal, a imagem de Jesus na cruz (figura 4) mostra este jogo de simetrias e dissemetrias entre as proporções ideais e geométricas (em formato de cruz) e as proporções humanas que não se enquadram neste modelo do corpo, corpo este que não se sustenta aí senão muito penosamente com o artifício dos pregos.

Existe uma discursividade que formula linhas de leitura, de modelos ideais a seguir a qualquer preço, que perpassa a história do ocidente na interpretação do corpo. A materialização de três pontos para cravar o corpo do sujeito neste modelo é uma evidência da violenta transgressão do corpo humano, com uma dimensão real. Como recurso de recuo há apenas um ponto de fuga, de uma perspectiva (geométrica), em contraste com os efeitos do discurso da imagem religiosa. No quadro de Mesaccio (figura 5), podemos ver um jogo sobre o modelo de perfeição geométrica, que para nós já se organiza na imagem da cruz. Além do corpo que está cravado no modelo ideal, um corpo que o transcende, que se apóia sobre o modelo, e um corpo que o

ignora, uma estrutura básica, a matéria prima dos dimensionamentos possíveis do sujeito, sua métrica, o seu esqueleto.

Esse ponto (geométrico) que organiza o olhar do sujeito geometricamente para permitir ler a imagem do corpo, e é também o ponto de fuga deste olhar. Assim, tanto a centralidade inicial das questões, como seu ponto de ancoragem final, coincidem na discursividade desta geometria. Na espacialização da evidência do corpo pelo olhar, há uma recorrência promovendo um apagamento e portanto o efeito de naturalização. Apagamento de um modo de olhar para o corpo a partir da perspectiva do Renascimento, possibilitando assim a presença incontornável do funcionamento deste olhar central.

No ocidente, o imaginário da discursividade científica, inscreve a realidade do olhar geométrico, como se este efeito fosse algo “natural”. “Naturalmente” há um lugar central de encontro, e difusão das linhas deste corpo humano. Lugar central, referência para simetria, equilíbrio, ordem, beleza, verdadeiros, encontrados graças à presença da ciência e arte da geometria. Lugar central e ponto de fuga desta perspectiva una. Na memória do renascimento, a Igreja no centro da vila, Jesus no centro da Igreja, e o sagrado no centro do corpo. Harmonia e perfeição indefectíveis. O corpo do bem-estar, ideal, saudável, equilíbrio.

Acreditamos que possamos considerar esta imagem de Vitruvius como o discurso fundador de toda problemática da leitura de como o objeto central da vida do sujeito urbano se organiza geometricamente. Em busca do sagrado, pela geometria, e de seu ponto central na interpretação do corpo humano já na Roma Antiga, no séc.

XVI, ou mesmo na Bíblia¹³, há uma pontuação que espacializa o corpo e a sexualidade, centralizando sua leitura.

A discursividade da geometrização do corpo nesta imagem é tratada neste caso como dado e não como fato. Para nós, isso significa em termos de linguagem que nesta prática discursiva o sujeito passa por dois esquecimentos necessários, segundo Pêcheux: 1) o sujeito esquece que os sentidos são anteriores a ele - os sentidos presentes na vista, por exemplo (utilizamos a palavra vista aqui como substantivo, objeto da visão, e como verbo, algo apreendido pela visão, que nos permite perceber que sujeito e objeto estão intrinsecamente ligados) e 2) acredita que ele é origem de seu dizer, no nosso caso diríamos, um sujeito que acredita ser origem de seu próprio ver, de sua vista. O assujeitamento a ser visto, e a ver, são discursivamente constitutivos do sujeito, segundo Pêcheux. E são produtos de uma tecnologia de linguagem, no caso produzida pela arquitetura e estabilizada historicamente.

Assim, diríamos que o sujeito se filia a uma memória de visões, se posiciona discursivamente para poder ver. A realidade visível e os sentidos da visibilidade desta realidade têm sua inscrição histórica. Trata-se de um funcionamento constitutivo da linguagem visual. Embora o estudo da linguagem se estabeleça historicamente no trabalho sobre as línguas, também o que nos permite interpretar o visível, o real, é da ordem da linguagem, portanto discurso. No que diz respeito ao discurso geométrico, além da vantagem de ser uma ciência exata e abstrata, ela articula combinações e derivas incontáveis que permitem articular perfeitamente o jogo entre a lógica e a retórica. É a tecnologia do olhar, as condições de produção para interpretar espacialmente os objetos de linguagem.

Trazemos Orlandi & Souza para esta reflexão, quando dizem:

¹³ Se pensarmos que a macieira, a árvore do fruto proibido, estava localizada – também ela - no centro

“Não vamos nos estender na reflexão sobre o fato de que por um jogo de espelhos, objeto e método se configuram mutuamente e a tal ponto que não distinguimos mais entre o instrumento e o objeto de observação. Um reflete o outro. Deriva daí a produção contínua de artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história”(p.27)¹⁴.

Ora, a perspectiva do renascimento já traz em si um gesto de interpretação da vista, graças à construção histórica do sentido de espaço e de teorias matemáticas - um espaço geométrico e euclidiano - que permitem dar sentido ao real. O real, para nós, é opaco. As técnicas de perspectiva em seu produto se confundem muito freqüentemente com seu objeto, e seu instrumento (o papel e a régua - ou o autocad) com o olhar do sujeito, como se o real do ver, ou do que é visível, fossem nitidamente apreendidos pelo efeito geométrico, pela técnica dada.

Esta “confusão” entre as palavras e as imagens e as coisas é possível uma vez que a discursividade científica se estabelece como forte organizadora dos sentidos, a ponto de ser possível colar a realidade científica com o real, ao qual - sabemos - não temos acesso direto. Sabemos também que o conhecimento que permite a construção da perspectiva é antes de tudo científico e artístico, e aí temos uma pista para a compreensão desta discursividade. Como nos dizem no início de seu texto, Auroux & Orlandi¹⁵,

“Notre façon de concevoir les phénomènes intellectuels conduit souvent à des abstractions mutilantes, qui visent à unifier leur diversité naturelle dans une temporalité non ramifiable.”(p.3).

do paraíso.

¹⁴ “A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem” in *Política Lingüística na América Latina*/ Eni Pulcinelli Orlandi(org.) Campinas, SP; Pontes, 1988

¹⁵ “Introduction” in *Langages - revue trimestrielle* juin 98 130

A ciência, portanto, organiza seu discurso nesta maneira peculiar, que unifica os sentidos de seu tempo. Esta construção, sistematização do espaço faz com que ele “perca sua fluidez e se fixe em uma língua imaginária” (cf.Orlandi & Souza).

No caso da perspectiva com um ponto de fuga, que é efeito desta ideologia, uma vista se dá partir deste lugar da ciência e unifica o dizer possível sobre o real. A geometria interpreta um sentido de espaço; a perspectiva dá visibilidade ao espaço dominante através da discursividade científica. O sujeito então fica historicamente interpelado a ver o espaço, que é da ordem do simbólico, através deste imaginário.

Compreendemos que o espaço é um sentido que organiza fisicamente/empiricamente a produção dos sentidos, e certamente a existência da vista possível se inscreve historicamente na sistematização do espaço e em uma espécie de institucionalização do que deve ser visto, a partir de artefatos (ou construções) ordenadas pela discursividade dominante.

Esta filiação ao ponto de vista e à interdiscursividade da vista-lá impede o sujeito de perceber um espaço, “que não pode ser contido no arcabouço dos sistemas e fórmulas (...) A língua-movimento, volume incalculável, mudança contínua. Metáfora.” (Orlandi & Souza).

Esta compreensão nos permite avançar na análise da imagem do homem ideal da arquitetura, para apontar uma outra deriva que acreditamos, vem da formulação de uma discursividade que também podemos encontrar na imagem de Vitruvius. A questão do ponto central de leitura do corpo deste sujeito no espaço. A análise agora não aponta mais para um jogo de derivas entre imagens, mas entre possibilidades de leitura do corpo do sujeito, que vão sendo organizadas historicamente no ocidente A leitura de Freud, por exemplo, com a presença do id e o funcionamento da libido, como espaços estruturantes, ou a administração do sujeito no espaço público de

maneira a discipliná-lo para a produção econômica, são algumas das possíveis derivas de interpretação deste corpo, que apontamos.

2.1. No Brasil

A partir desta posição de análise, propomos algumas relações com a realidade brasileira lidas a partir deste ponto central.

O Brasil, sifilizado pelos europeus herda este olhar centralizador. Este anseio pela simetria, igualdade, ordem verdadeira e positiva estão presentes em nossa história, assim como na geometria centralizadora de nossa bandeira. No Brasil, a distância entre o funcionamento deste espaço ideal, e a utilização real destas relações de força centralizantes, centrípetas, *régias* como diz Pêcheux, têm traços próprios comumente conhecidos na prática social como machismo e racismo. Mas este espaço central, também funciona como ponto de ancoragem de novas questões.

Sobre a década de 60, nos diz Chauí (1984:230),

"Nos anos 60, mundo a fora, jovens desejaram o impossível. Nos muros das cidades, uma inscrição aparecia: "Sejamos realistas: peçamos o impossível". Pela primeira vez, luta política e reivindicação de liberdade sexual caminhavam juntas. Na Europa, lutava-se contra o poder de todas as formas; na América Latina, contra as tiranias; nos Estados Unidos contra o prosseguimento da guerra do Vietnã. Em cada lugar lutas diferentes e, no entanto, em todas elas estava presente a idéia da liberdade sexual - "faça amor, não faça a guerra" significava, em cada lugar, algo diferente, pois diferentes eram as guerras e nem sempre seria possível não fazê-las. A tentativa do impossível fazia-se pela ironia - "virgindade dá câncer" - e pela

esperança - "a imaginação no poder". Em toda parte a inscrição: "é proibido proibir". Luta contra todas as formas de repressão."

Neste momento é possível perceber o ponto central, ponto de fuga e ponto de entrada, revolução, repressão e possibilidades presentes para a ocupação deste espaço. Este é um dos momentos em que o espaço público dá sentido a estas questões, e que é significado por elas. As reivindicações feitas no espaço público lidam com estas formulações centrais e pontuais presentes em outras superfícies discursivas.

E retomando a imagem de Vitruvius, cito Rapoport:

"O pensamento ordena o espaço, o tempo, a atividade, o status, os papéis e o comportamento, mas é importante dar expressão física às idéias. Codificar as idéias torna-se de grande utilidade mnemônica; as idéias ajudam o comportamento lembrando às pessoas como agir, como comportar-se e o que se espera delas. É importante lembrar que todo meio ambiente construído - construções, povoados e paisagens - é um modo de ordenar o mundo através de um sistema visível de ordenação. O passo essencial portanto é a ordenação ou organização do meio ambiente."(1986:32) .

Então o que seria esperado da década de 60, que se compactuasse com os centros estabelecidos, as linhas já traçadas, as conversas prontas. Mas, não só no Brasil esta entrada se articula... nos EUA durante a década de sessenta houve a banalização da prática do aborto e sua legalização em 1973. Nos EUA e Canadá, durante a década de sessenta a homossexualidade era compreendida como psicopatologia e o esforço era o de redefinir a homossexualidade como não patológica. Muitos grupos considerados desviantes (fora do modelo familiar), ou marginais, começaram a militar. Muitos estigmatizados se "declararam abertamente e sem desculpas para reivindicar os direitos de cidadania"¹⁶, eles rejeitaram as

¹⁶ Cain, Roy. Disclosure and Secrecy among gay men, Chicago press

definições dos outros sobre eles e se **definiram mais como "oprimidos" do que como "desviantes"**. Diferentemente das propostas do discurso da diferença de hoje, a idéia na época era buscar direitos legais e oportunidades sociais através do confronto. Podemos dizer que é um momento de organização das "minorias". A reivindicação da visibilidade social de seus espaçotempos discursivos, e de sua circulação pública.

Ou seja, as relações estabelecidas com práticas de discriminação, censura, silenciamento naquele momento histórico puderam se articular politicamente. O discurso fundador de uma prática política difundindo a circulação, ou alternância do poder central do espaço geométrico, que é real, e a vista, que se dá mais fortemente como língua imaginária, com as falhas e equívocos constitutivos (Pêcheux), mobiliza realidades visíveis sem fim. E politicamente os brasileiros vão tentar deslocar os sentidos do espaço central.

Então o que estava funcionando neste espaço central começa a ser formulado neste mesmo ponto. O silêncio anterior e a força das práticas investidas no mesmo ponto espacializam o sujeito de forma fluida e a vista se desloca no funcionamento do imaginário.

Hoje, eu diria que vários grupos que se significaram ou foram significados como sujeitos oprimidos ou desviantes já produziram a possibilidade de se dizer como sujeito social. Os grupos de guerrilha, os comunistas, os exilados políticos, a comunidade negra, as mulheres, as crianças, os índios, os homossexuais, os portadores de deficiência, os portadores de HIV, etc. De fato, os gestos de leitura de uma parcela do real são ordenados como sentidos de espaço na história, ganham visibilidade, ganham uma superfície de dizibilidade.

Mas o movimento do espaço, a mudança no espaço, resiste a uma organização sistêmica. E, para se livrar da relação com o centro da imagem, surge a necessidade de

articular a diversidade como lugar de projeção histórica. Ora, esta é uma saída, literalmente pela tangente da leitura centralizante do corpo do sujeito. Diversificar, pontuar o centro como entrada de múltiplas possibilidades, ainda é confirmar e estabilizar um olhar central do renascimento sobre o corpo. Seja ele o corpo social, ou o corpo do sujeito. Ponto por onde entram novas tendências, mas ainda assim ponto de irradiação central e projeção de uma imagem homogênea. De um tipo de revezamento na posição central. A proposta da holografia, do corpo sem órgãos, ou de um corpo que só se reconhece em processo são encaminhamentos que superficialmente a meu ver apagam as linhas geométricas de leitura em sua formulação. Caem, como diz Pêcheux, no alçapão da lógica-retórica.

Esta saída portanto não me parece suficiente uma vez que há o espaço histórico de produção de uma leitura régia, sagrada, central sobre as possíveis relações presentes em um corpo em uma dada discursividade, em nossa cultura. Que há uma divisão do trabalho de leitura em nossa sociedade, e que o movimento que articula a leitura do corpo com a superfície discursiva onde esta evidência do corpo de produz não é algo que possamos chamar de espontâneo, ou natural.

A FD (Formação Discursiva) dominante é condição de produção da visibilidade, do funcionamento discursivo que organiza o que pode ser visto pelo sujeito, e o que pode ser visto nele. Ou o que é visível desta ou daquela posição-sujeito. O que está-lá, o que se vê, é um efeito ideológico. Então o sujeito é visível e vê, neste espaço imaginário; e também faz ver. Historicamente inaugura sentidos.

O corpo que eu sugiro ver neste trabalho, portanto, é o corpo produzido a partir das superfícies discursivas que analisamos, que tem suas condições de produção na própria linguagem. O corpo do espaço público, que encontramos em estado saudável e com funcionamento centrípeto de seus sentidos, que é, antes de tudo, a

evidência do funcionamento do interdiscurso naquela região de sentido. E assim podemos compreender sua estabilização e sua pontuação na história daquele sujeito.

2.2. A saúde do sujeito brasileiro: de volta ao SUS

Uma vez que encontramos uma formulação imagética do corpo perfeito, que compreendemos como saudável, e embora não tenhamos encontrado a formulação na língua da noção de saúde. Estamos com uma perspectiva mais refletida do que poderia ser uma formulação discursiva da significação da noção de saúde, uma vez que sua natureza é não estar formulada na língua e funcionar, como já vimos, como um "silêncio constitutivo" (Orlandi, 1995). Então vamos tentar retomar a questão do SUS de outra *perspectiva*.

Diz Pêcheux, que a exposição do termo "sujeito" na exposição teórica [de Althusser] "se caracteriza gramaticalmente pelo fato de que este termo não é nem sujeito nem objeto, mas atributo do objeto." (Pêcheux, Sem e Disc p. 149)

Embora pareça ao mesmo tempo evidente e surpreendente, a saúde sim é um objeto passível de administração. Saúde para o Estado não significa diretamente o estado do sujeito, nem mesmo um objetivo a ser alcançado. Os sentidos de "saúde" funcionam nesta discursividade da lei como justificativa e necessidade de suprir a população dos serviços oferecidos. Ou seja, o sentido de saúde aponta mais freqüentemente para relações de cumprimento dos serviços disponíveis, para uma normatização de serviços. Medições de relações sociais, que neste estudo significam parafrasticamente às linhas verticais e horizontais da imagem de Vitruvius. O enquadramento das ações e serviços possíveis. No enquadramento, a garantia da saúde pelo Estado só pode se dar dentro deste quadro de medidas possíveis de serem

elaboradas. E ao mesmo tempo, essas medidas vão interpelar discursivamente o indivíduo em sujeito em um espaço de relações normativas onde ele necessariamente se constitui. Não se constitui "livremente", mas dentro desta discursividade da necessidade de administrar os serviços de saúde. Dentro da necessidade do Estado se presentificar. O sujeito que surge na formulação deste discurso é um sujeito que é o sujeito passível de ser preservado, cuidado, pelos serviços e ações de saúde do Estado. Um sujeito com necessidades na medida certa para que o Estado possa cumprir seu papel dentro dos limites do quadro administrativo. Este é o espaço institucional interpelando o cidadão brasileiro que utiliza o SUS.

De certa forma podemos compreender o efeito Munchausen, como diz Pêcheux (Sem e Disc1975:157):

"O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como "causa de si", tem como consequência, a nosso ver, a do que se poderia chamar as *fantasias metefísicas*, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia de *duas mãos* que, tendo cada uma um lápis, *se desenhavam uma à outra sobre a mesma folha de papel* e, também, a do salto perpétuo no qual, *de um impulso prodigioso, se saltava pro alto antes de se ter tocado o solo*; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a este efeito *fantástico* - pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito - o nome de "efeito Münchausen", em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*."

Bem, na formulação dos sentidos do SUS, e de seus usuários, é a necessidade da definição de serviços que formula e organiza estes sujeitos. Retomando, e ampliando a questão da tecnologia de linguagem, de uma perspectiva discursiva. É nessa formulação do espaço e do sujeito administrativo que percebemos o

funcionamento discursivo. No caso, a interpelação se dá pela própria natureza das nossas relações de linguagem, mas no entanto, a própria formulação do SUS já mobiliza "tecnicamente" este efeito *fantástico* na sua formulação

Inicialmente percebemos uma lógica institucional circular: porque há o Ministério da Saúde ele precisa instituir tal prática para a população, e porque a população tem um Ministério da Saúde ela deve ter acesso a tal serviço. Um deslocamento interessante, na medida em que entre saúde e serviços públicos de saúde oferecidos atualmente no Brasil encontramos A) um circuito e B) um intervalo.

2.2.1.O circuito

O circuito se estabelece por uma questão institucional. O Estado brasileiro estabelece e regula ações e serviços de saúde no território nacional, que passam a funcionar a partir de sua regulamentação estatal “como se” fossem a evidência de um trabalho do Estado visando à saúde do cidadão. É o gesto do barão para se erguer no ar. Parafrasticamente este mesmo gesto se dá, a meu ver, na discursividade de regulamentação do terceiro setor no Brasil. Ou seja, o Estado não deveria intervir nas iniciativas do terceiro setor¹⁷, mas curiosamente o regula. De fato, discursivamente é possível compreender que a sociedade brasileira sofre um efeito de lembrete ideológico¹⁸ através destes gestos. Lembretes que apontam para o fato de que o Estado está presente e intervindo nas relações sociais. De fato, se houvesse uma escuta para as condições reais da vida social, o Estado estaria no máximo articulando a favor das iniciativas sociais, e não se presentificando burocraticamente através de tantas regulamentações. No entanto este gesto tem seus efeitos discursivos. E vamos trabalhar com estes efeitos mais adiante.

¹⁷ cf. Salm, João, _____

Vejamos o artigo 1º da lei 8080:

‘Art. 1º - Esta Lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.’ (Lei 8.080)

Como já dissemos, não é o objeto "saúde" que sofre regulação, mas ações e serviços de saúde, ações e serviços promovidos e produzidos em sociedade. Discursivamente, vemos que o próprio do objeto "saúde" não joga nestas relações, mas sim algumas das condições de produção da formulação de serviços e ações. Serviços e ações estes que o Estado se apropria discursivamente, em que ele promove a regulamentação para nossa sociedade. Neste sentido é necessário um levantamento abrangente destas ações e serviços por parte do Estado (e uma regulamentação e fiscalização permitem isso), para em seguida circunscrever essas ações ao Sistema Único de Saúde - SUS.

É nesta formulação de uma prática administrativa que discursivamente identificamos o funcionamento de uma tecnologia de linguagem. Uma tecnologia que produz uma dinâmica da significação dos sentidos do SUS e da posição sujeito dos usuários. Um espaço que vai interpelar eficientemente os indivíduos em sujeito, de modo que os serviços existentes serão organizados como sentidos do SUS, e o SUS funcionará porque os sujeitos utilizam os serviços existentes. Ora, a metáfora das duas mãos com lápis se desenhando é cabível neste quadro.

Vejamos na lei:

"Art. 4º - O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta

¹⁸ Cf. Orlandi, exposição reunião Labeurb, Unicamp, 1998

e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde-SUS.

§ 1º - Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para a saúde.

§ 2º - A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde-SUS, em caráter complementar." (Art 4º, lei 8.080)

"No que diz respeito ao SUS, as ações contempladas são as de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, as ações de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica."

Então em um circuito curioso, como uma cobra mordendo o próprio rabo, quaisquer ações e serviços ligados ao poder público são o SUS, e o SUS são estas ações e serviços, que a partir disto são classificados como: dois serviços de vigilância comunitária, dois serviços de assistência comunitária e uma ação de saúde do trabalhador. Começamos a delinear um quadro discursivo que promove antes de tudo a evidência do trabalho do estado, e um quadro de enquadramento e acesso para o cidadão.

Um espaço de interpretação do que é garantir a saúde pública no país. Antes portanto de assegurar a saúde, a lei neste caso vai instituir os sentidos das práticas do que poderá ser considerado serviço e ação de saúde no Brasil. É como o Estado brasileiro lida com a necessidade de garantir a presença deste objeto, "saúde", no país, e como ele lida com a constituição fluida dos sentidos deste objeto.

É um jogo de espelhos, funcionando no espaço administrativo, o que dá uma fluidez razoável aos sentidos de serviços de saúde. Então, além da formulação dos sentidos de saúde funcionar em um silêncio constitutivo, a formulação dos sentidos de

serviços e ações de saúde longe de serem positivas, encaminham sua significação para um batimento com serviços reais disponíveis no país, numa reflexão de imagens induzida entre a instância administrativa e a instância social. É nesta indução que vemos pistas de uma tecnologia de linguagem, que vai elaborar uma posição sujeito que está sempre cuidado pelo Estado (e por mais ninguém - uma vez que o SUS abrange os serviços disponíveis), e um Estado que cuida de todos. Retomando Vitruvius, diria que são linhas horizontais e verticais formuladas numa colagem com as horizontalidades e verticalidades presentes na sociedade. Não são linhas formuladas na instância do Estado. Ou seja não há um quadro de trabalho. É um quadro de apropriação do que já existe, e de produção de evidências administrativas da presença do Estado aí.

B) O intervalo surge na medida em que esta tomada para si do discurso da saúde em um sistema único toca novamente a formulação do que ocorre na prática. A lei define que comunidades caracterizadas espacialmente e comportamentalmente devem sofrer vigilância por risco epidemiológico e pelas suas condições sanitárias, comunidades de indivíduos sem recursos devem receber assistência gratuita, e deve haver ação de saúde do trabalhador. Ora, as duas incidências dos serviços e uma de ações de saúde, dividindo-se em aspectos geográfico, individual e para o trabalho mostram uma cisão presente na origem da estruturação de nosso sistema de saúde. Por um lado ele deve dar assistência gratuita, cobrir as regiões e comunidades carentes ao mesmo tempo que é um serviço cobrado do trabalhador. É gratuito (SUS) e é cobrado (INSS). Neste intervalo material, a conversa administrativa produz tensões.

Em uma primeira leitura são dois ambientes maiores que constituem o ambiente de atuação da saúde, as comunidades sendo atendidas (dentro da noção de

coletividade) no aspecto sanitário e epidemiológico, como também no aspecto individual com a proposta assistencialista, e a de atendimento ao trabalhador.

Nesta cisão, é possível perceber a construção de dois públicos "consumidores" dos serviços e ações de saúde pública, duas posições sujeito: a comunidade assistida e o sujeito trabalhador. Essas duas posições jogam fortemente com os recursos gratuitos e cobrados. E vão produzir sentidos a partir desta tensão.

No entanto, pensando a discussão do espaço na arquitetura, pensamos que a produção deste intervalo é extremamente interessante para a sociedade brasileira.

Neste sentido, penso na descentralização do SUS que chega aos municípios, que se tornaram gestores da saúde de sua comunidade. A descentralização de fato, não funciona de forma a tirar o centro do processo administrativo, mas é a *transferência* (Orlandi, 1998) do quadro de formulação da política de saúde da instância Estatal para a instância dos municípios. Como essa descentralização outras questões podem ser formuladas localmente. E o centro da formulação dos serviços de saúde passa a funcionar com as questões locais.

Em termos discursivos, trata-se de uma estratégia interessante, que cria Münchausens municipais, digamos, e acreditamos que seja necessário acompanhar este processo para compreender como este quadro vai poder ser formulado localmente e a nível estatal.

A saúde, neste caso, é um sentido novo produzido por uma instituição que aprofundou a experiência histórica da administração – o Estado – sem recorrer a prática, mas se articulando fortemente sobre a significação de seu objeto. Aí vemos uma tecnologia de linguagem a serviço da administração pública.

Os sentidos de saúde nesta instância não abrangem a expressão coletiva de um sentimento comunitário, nem a expressão individual ou social de um teórico. O gesto

unificador do Estado (criação do SUS) inaugura a possibilidade de novos sentidos para saúde em nosso território. A partir das evidências estabilizadas pela presença de um Sistema Único de Saúde no Brasil, vemos a fundação de uma superfície discursiva que permite interpretar o interesse da população na relação com o objeto saúde e deliberar, regulamentar, normatizar, e delimitar as relações possíveis entre os profissionais da saúde e a sociedade brasileira, a partir daí. No espaço de interpelação dos indivíduos em sujeitos, são fundamentalmente as posições-sujeito de trabalhador e de indivíduo carente (compreendido no espaço comunitário) que vão organizar o espaço de interpelação da instituição.

"Art. 5º - Dos objetivos do Sistema Único de Saúde-SUS :

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no §1º do artigo 2º desta Lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas." lei 8080

Michel Foucault (em "o nascimento da clínica", p.9) diz que: "A doença, referenciável no quadro, aparece através do corpo. Neste, ela encontra um espaço cuja configuração é completamente diferente: espaço dos volumes e das massas."

No caso do SUS, portanto, é através da elaboração do corpo da instituição que aparece a doença possível e sua formulação para o corpo do sujeito. Aqui são as massas e o volume burocrático que atestam primeiramente a presença do Estado, atestam secundariamente a presença do serviço de saúde, e [saltando o intervalo e com um esforço de dedução falaciosa] enésimamente atestam a evidência da saúde da população. A formação de enquadramento administrativo, que evidencia a presença

saúde no Estado brasileiro. Assim, o corpo do sujeito, o corpo das comunidades, o corpo social é suporte imaginário desta superfície de possibilidades formais de saúde para o brasileiro.

3. a noção de sujeito saudável possível para a AD

Retomando a imagem de Vitruvius, gostaria de trazer a discussão do funcionamento do corpo para a psicanálise, de uma perspectiva da lingüística.

3.1. a conexão com a Psicanálise

Uma outra deriva possível desta discursividade, como já apontamos, está em relação direta com a leitura do corpo do homem que a perspectiva no Renascimento propõe e as possibilidades de leitura do homem que esta discursividade permite. Ou seja, como articular esta leitura central na arquitetura com a proposta da psicanálise?

Diz Argan, que

"Se lo spazio è una forma unitaria od omogenea è anche una forma in cui tutte le parti si distribuiscono simmetricamente rispetto a una linea mediana o *centrica*."(2000:110)

É sobre esta centricidade des-centrada que vamos trabalhar discursivamente, pensando o espaço discursivo em que Freud formula sua proposta. Pesando os efeitos da noção de inconsciente na formulação da Análise do Discurso, diria que o quadro de um sujeito positivo, dono de si, consciente de suas ações no mundo e dono de sua vontade, o sujeito de Da Vinci possivelmente, vai ser redesenhado em Freud com linhas trágicas e um foco central no inconsciente. O sujeito, que nos habituamos a chamar, de descentrado.

A questão que nos toca imediatamente é sobre o nível legítimo da formalização, como Foucault o coloca na arqueologia do saber (p.12-13):

“O problema sobre o qual nos debruçamos é que o nível de formalização concerne a um mundo compreendido como diferentes níveis/estágios de um espaço específico, que pode ser organizado hierarquicamente, assim como tipologicamente, descritivamente, etc.”

E nós sabidamente temos vários métodos para produzir um sentido para isto.

Assim as linhas concêntricas do olhar apontam verdadeiramente para um dizer histórico. Segundo Minerbo (1993:224) trabalhando com a noção de matriz clínica de Mezan:

"A matriz clínica de Freud foi a histeria, e as perguntas que estes casos impunham o levaram a postular um inconsciente sexual. O que estava em jogo inicialmente era a política de instrumentação da libido por mecanismos de defesa específicos. Mais tarde compreende os quadros clássicos como maneiras particulares de resolução dos conflitos edipianos. De acordo com sua metapsicologia, o inconsciente é basicamente um inconsciente sexual, tendo como conteúdo representações recalcadas."

Assim o ponto central se configura, descentradamente, e ainda assim tocando o ponto central da imagem.

É instigante pensar como a dispersão poderia encontrar, ou organizar, o espaço, se ele for pensado como uma unidade. O problema da presença de uma unidade espacial aí é crucial – ela injunge uma posição de leitura central, na discursividade que estamos analisando - esta unidade espacial a nosso ver, no caso da formulação de Freud é o espaço do consultório. As pistas de como essas linhas vão se desenhar no consultório de Freud e nos permitir ver a dimensão do homem aí, nos dão

pistas do sujeito que vai ser produzido nesta prática discursiva, interpelado pela instituição da Psicanálise- se podemos chamá-la assim.

E a pergunta que se presentifica é se a dispersão é possível na posição central do leitor deste sujeito, ou se elas apenas funcionaria na formulação do sujeito a ser lido.

O que quero frisar, se pensamos a partir da Análise do Discurso com a qual estamos trabalhando no Brasil, e principalmente na compreensão sobre o silêncio (Orlandi, 1995), é que é difícil lidar criticamente com as evidências que estabilizam os sentidos a partir da região das matemáticas. Por que elas jogam fortemente e muito naturalmente com a maneira positiva e senso comum de perceber o mundo. As ciências freqüentemente pedem emprestado da matemática, neste caso da geometria, sua maneira de organizar e produzir sentido.

Há um funcionamento que lida com o nível de formalização científico, e este empréstimo permite “apenas” a legitimação que este discurso exato dá. Ora, nossa questão neste trabalho (a)ponha para um espaço de repetição deste princípio de perspectiva geométrico, e simétrico que formula o homem no espaço. E, como, esta mesma imagem, este “texto” (Orlandi 2001) deriva em diferentes regiões discursivas agenciando, indivíduos no espaço, posições-sujeito.

Ou seja a imagem, uma discursividade, que formula as medidas do homem em um quadro. Medidas estas que estão inscritas em uma discursividade de métrica, simetria, quantidade, quadros, diagonais, enquadramentos, pontos centrais e laterais, visão racional, etc. Imagem que propõe uma entrada para leitura deste quadro, a partir de um ponto central. É nesta deriva que percebemos a proposta de Freud.

Se é possível criar um olhar conjunto da superfície de evidências em que ficamos necessariamente mergulhados, e com Saussure, Freud e Marx vislumbrar a

materialidade da linguagem e do sujeito e do silêncio dentro da perspectiva científica, nós poderemos começar a lidar mais cuidadosamente com efeitos da não continuidade do conhecimento, e da divisão do trabalho intelectual.

E a questão que eu trago portanto para este quadro de análise, diz respeito a um operador que permitiu descentrar o sujeito nas ciências humanas: o *inconsciente*. Como o inconsciente de Freud (que é inicialmente definido como um espaço) se historiciza, ou não. E como o inconsciente de Lacan (que é um espaço estruturado como linguagem) mobiliza ou não uma abordagem política da subjetividade, uma vez que se considere "silêncio como o real da linguagem"(Orlandi, 1995). Em outras palavras, a noção do espaço não é também ela uma estrutura, ou estruturada? Através de que janelas este espaço toca a constituição do sujeito no espaço urbano? O olhar, ou a escuta, deste inconsciente não está ele também articulado sob as evidências de uma posição analista? Quais as condições de produção da posição do leitor deste quadro?

Diz Minerbo citando Mezan(idem:224): "O analista kleiniano e o analista lacaniano não escutam a mesma coisa. Esta é a acadiana verdade. E não escutam a mesma coisa porque partem de teses bastante diferentes sobre a natureza do inconsciente, sobre as finalidades do processo analítico, e sobre o que significa escutar."

E perguntamos, o que o espaço compreendido pelo lingüista pode contribuir nesta interlocução? Ou então seria possível pensar na região da lingüística, metodologicamente um espaço público como disperso, aberto, histórico, e neste sentido produzir uma crítica a ideologia da matemática no discurso de legitimação do conhecimento? Seria de fato mudar o sujeito e o espaço de lugar, esta crítica possível aos lingüistas?

Para discutir um pouco este espaço e tempo discursivos onde se constituem sujeito e sentido, diz Pêcheux, (1975:155):

"Na verdade, o que a tese "a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos" designa é exatamente que "o não-sujeito" é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja "sempre-já-sujeito"; ao examinar os diferentes elementos com os quais nos deparamos no começo da segunda parte deste trabalho."

E continua:

"Chamaremos então formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)" (idem:160) .

A partir da noção de formação discursiva, a meu ver é que podemos compreender a "interpretação" que se dá na prática da psicanálise, como demonstra o trabalho de Marion Minerbo, por exemplo, sobre a paciente Bia. e os diferentes diagnósticos possíveis para o mesmo quadro dependendo da linha teórica escolhida. Minerbo estuda a relação psique-mundo tendo como eixo condutor um caso de compulsão a comprar. Sobre os quatro enquadramentos, chamados pela autora de versões, ela diz:

"A primeira enfoca a psique em nível individual privilegiando a noção de conflito, defesa e solução sintomática. A segunda considera os estressores sócio-culturais da cultura do narcisismo e seus reflexos sobre a família edipiana. A terceira entende a psique em sua dimensão simbólica, considerando a sociedade de consumo deste ponto de vista. A quarta aborda

a psique enquanto estrutura inconsciente de uma época. [...] Cada versão produz *uma interpretação diferente* do caso clínico."(1998:507)

Ora, como isso é possível? A paciente é a mesma, o consultório, e a analista. Mas a cada entrada interpretativa, discursivamente se modificam o que pode ser compreendido da paciente, a significação do espaço do consultório e a posição da analista. Diz Minerbo: "Partindo de certa concepção de psique e um certo "recorte de mundo", cada uma [das versões] permite produzir uma interpretação diferente do caso Bia. De uma versão para outra, o conceito de psique, bem como o modo de se compreender o fato psicopatológico em psicanálise, são progressivamente desconstruídos."(idem: 508)

Ou, como diz Pêcheux, "os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes."(Pêcheux, 1975:161)

A possibilidade de recuo, de análise entre estes quadros, e da discussão epistemológica encaminhada brilhantemente por Minerbo, produz um efeito de medusa, sobre o próprio quadro, a desconstrução do fato que é a sua condição de existência primordialno espaço psicanalítico: a psicopatologia.

Trata-se de uma herança evidente do espaço discursivo da medicina, que se organiza, ela também, no estudo do patológico, ou como diz Foucault, "ao nível da espacialização e da verbalização fundamentais do patológico". Discursivamente o que Minerbo, a nosso ver, acaba flagrando é um funcionamento discursivo organizador e presente no método da psicanálise, estabilizado na história da medicina. Ou seja uma particularidade própria ao método da clínica, que sua análise epistemológica elegantemente desconstrói.

Herrmann (1997, apud Minerbo 1998) sustenta que o inconsciente "é inabarcável como um todo; para estudá-lo há que delimitar um campo, um recorte que permita apreender a especificidade da ordem de determinação de algum setor de nossa realidade cotidiana". Ora, da perspectiva discursiva estamos de acordo com o autor, uma análise é impossível sem a formulação de um corpus delimitado pela sua própria área de investigação. No entanto, este campo de investigação considera a *representação* a "matéria prima da vida psíquica, tanto na normalidade quanto na psicopatologia"(idem). Neste sentido precisaríamos considerar os problemas que advém de optarmos pela representação, e não pela linguagem, como matéria prima da vida psíquica. Que se articulam parafrásticamente com a questão do império do código. Para a Análise do Discurso, estes agenciamento de noções de linguagem marcam posições de compreensão das possibilidades de significação, que não compartilhamos. Podemos, no entanto, refletir sobre seus efeitos na compreensão do objeto de análise escolhido, da perspectiva lingüística.

Ainda Pêcheux,

"Compreende-se melhor agora, de que modo o que chamamos "domínios de pensamento" (cf. pp.199 e 124) se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por esta via, como veremos, que todo sujeito "se reconhece" a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso "consenso" intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento". (Pêcheux, 1975:161-2).

Acrescentaria aí que se relacionarmos ao ser, neste caso compreendido como homem, tanto o pensamento como os afetos, ou as percepções, vemos que os processos de formação, de análise, ou anamnese são processos produzidos

historicamente sobre a condição da existência dos próprios "domínios de pensamento" tanto para o sujeito paciente/cliente/ falante/objeto de estudo quanto para o sujeito psicanalista, para o sujeito historiador, ou o para o sujeito lingüista. E que isto não se dá em um espaço qualquer, se dá no espço do consultório, que produz sujeitos e sentidos em uma relação direta com a proposta do método psicanalítico empregado. O que quero ressaltar, é que pensando a partir de uma perspectiva de teoria da linguagem, levando especialmente em consideração o efeito Münchausen, o método psicanalítico pode ser compreendido como uma articulação discursiva, no espaço do consultório, de relações de linguagem indicadas pelo método psicanalítico, que produzem a possibilidade da discursividade das anamneses, transferências, contra-transferências, escutas fluidas, alguns tipos de diagnóstico, e um tratamento. Neste sentido, a noção de saúde possível vai ser funcionar constituivamente na discursividade teórica dominante à qual o analista se filia.

O que é fundamental trazer à discussão neste caso é a questão que explicita, dentro do possível, o espaço teórico em que se organiza a questão da saúde para nós, analistas do discurso. E, também, como esta formulação vai se tornando compreensível, a medida em que a cotejamos com as de outras regiões de conhecimento e com a análise de outros enquadramentos possíveis de formulação desta noção. O que é possível compreender, até aqui, é que a noção de saúde, justamente por se formular no silêncio constitutivo, ela promove uma superfície discursiva em que os sentidos formulados vão se remeter a este silêncio necessário. E que, quando esta superfície se formula a partir de decisões administrativas, como no caso do SUS, ou de um princípio teórico e metodológico, como no caso da psicanálise, é possível identificar os procedimentos que permitem a formulação, estabilização e funcionamento de sentidos e sujeitos, o que nos abre a possibilidade de

chamar estes agenciamentos de sentido e sujeito, produzidos e estabilizados institucionalmente, de tecnologia da linguagem. De fato, a tecnologia de linguagem, como a estamos compreendendo, pode se diferenciar de um processo discursivo corriqueiro neste sentido, porque ela formula e estabiliza posições e espaços discursivos, em um quadro de linhas e pontos de leitura do sujeito que está sustentado institucionalmente.

Ou seja, a descentralização do SUS modifica o espaço possível para os serviços de saúde e para a posição do cidadão que utiliza estes serviços, e isso se dá porque a instituição do Estado sustenta esta formulação. A Neurolingüística, pensada por lingüistas, a seu modo produz um espaço descoincidente do espaço da clínica médica e inaugura um olhar que organiza uma nova posição para o sujeito afásico e um novo espaço para evolução de seu quadro clínico, isto no espaço institucional da academia. A Psicanálise cria teórica e praticamente um quadro que instala sujeito e sentido em estreita dependência com a compreensão e cura da psicopatologia, e o faz de maneira institucional, criando suas escolas.

Aí vemos o funcionamento de tecnologias de linguagem. Mesmo que este lugar de reflexão não seja consenso, e que necessariamente a noção de saúde nestas regiões signifique de forma distinta, é possível, na análise, percebermos condições de produção da discursividade da saúde, na regularidade de alguns funcionamentos discursivos. A presença regular da formulação de um sujeito em um espaço, a regulamentação do possível deste espaço, e por extensão deste sujeito, um ponto de entrada de interpretação neste conjunto, e a presença da noção de "saúde" funcionando no silêncio constitutivo.

Bom, pensando novamente no nosso querido barão de Münchhausen, eu diria que é na afirmação do gesto do barão, na sua pontuação contínua que a noção de

saúde se estabiliza discursivamente. Uma vez que ela funciona como um não dito necessário para que todas as outras coisas sejam ditas, é somente na repetição do efeito Münchausen dos serviços ações, psicoterapias e terapias, que as significações de saúde se estabilizam. Neste sentido penso numa pontuação dos funcionamentos discursivos, que pode vir a sustentar a significação do silêncio, historicamente. E é por isso, para nós, que o silêncio de "saúde" pode significar na história, e não apenas significar "abertamente", mas significar específica e diferentemente, como podemos perceber em nossas diversas análises trabalhadas até agora. É justamente na repetição de seu efeito que o silêncio constitutivo se historiciza.

3.2. "Todo sujeito "se reconhece" a si mesmo": ou sobre a pontuação

" - A que diabo de povinho você se refere? Para você, todo mundo é povinho, com exceção dos quatro ou cinco gatos pingados que você julga estarem a sua altura. Que povinho? Todos? Porque são todos, realmente todos os brasileiros, a que você se refere com este desprezo":

Ribeiro (1984:584)

Então, partimos da questão discursiva. Compreendemos os processos e processamentos de linguagem, como Orlandi, entre a paráfrase e a polissemia, propomos trabalhar, na relação com o sujeito, os processos discursivos que o produzem. Chamaremos de perífrase a possibilidade do sujeito "se reconhecer" a si mesmo em um processo discursivo - processo esse que se sustenta nas possibilidades das relações entre paráfrase e polissemia que Orlandi trabalha em sua obra. Ora, uma

vez que são os pontos de estabilização sócio-históricos que permitem a falsa noção de retorno, de circularidade, de retomada, de re-conhecimento (ou mesmo de resgate) de um si, este pode ser compreendido na materialidade da língua como efeito de uma *pontuação* discursiva(cf. Orlandi 2001) constituída sócio-historicamente. Ou seja, o sujeito é um dos efeitos do processo perifrástico, e na materialidade da língua este efeito da Ideologia geral "se reconhece a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos)" através de uma pontuação do funcionamento da perífrase. A perífrase, compreendida aqui como funcionamento discursivo recorrente na produção da evidência da unidade do sujeito, que permite a estabilização do sentido é portanto fundamental para pensarmos a constituição do sujeito como efeito de linguagem. Note-se que no caso do processo de subjetivação não considero que ocorra repetição, mas recorrência.

Diz Pêcheux:

"Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto "pré-construído" e "processo de sustentação") que constituem no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito."(Pêcheux, Sem & Disc, p.163)

É justamente esta idéia de re-inscrição que ao mesmo tempo que indica o processo perifrástico, evidencia os efeitos da pontuação. É neste sentido que em nosso estudo afirmamos que ideologia e [o sujeito atravessado pelo] inconsciente funcionam em diferentes instâncias do entremeio. Não porque um se relaciona com processos sociais e o outro com processos individuais. Fundamentalmente porque o sujeito é um

efeito da Ideologia geral, um atributo do objeto de reflexão “discurso”, ao passo que a descoberta do inconsciente funciona como evidência do funcionamento ideológico que produz um sujeito. De fato, "sujeito atravessado pelo inconsciente" é um sujeito desnaturalizado de sua positividade, para nós uma história de sentidos que se reconhece na pontuação, processo perifrástico re-inscrevendo o ponto no ponto... recorrendo a si pela materialidade da língua.

Diz Orlandi (1992): "o lugar onde ideologia e inconsciente se tocam é a materialidade da língua". Acrescentemos que esta ancoragem material comum e ao mesmo tempo distinta só é possível de ser compreendida através da Análise do Discurso, e que é importante estarmos atentos ao fato de que embora ideologia e inconsciente efetivamente se encontrem na linguagem (e isto diz respeito ao seu funcionamento), no plano conceitual da AD estas noções pertencem a diferentes instâncias. O equívoco muito comum de considerar discursivamente ambos (ideologia e inconsciente) como teoricamente equivalentes, como pertencentes a um mesmo patamar conceitual (assumir esta igualdade é possível - numa dedução equivocada de um leitor desavisado -sustentado na assunção de que o sítio de encontro destas duas relações estando na língua, ele, simplesmente por isso, estará apto a lidar com o funcionamento de ambas instâncias através de uma noção de linguagem qualquer). Isso, a partir de minha posição de analista, vem normalmente 1) de uma leitura que não respeita a singularidade do entremeio como o espaço de reflexão de excelência da Análise do Discurso. E também 2) da incompreensão que o objeto da Análise do Discurso é o discurso, e de que é a formulação da noção de discurso que permite essa compreensão. Migrar questões da Análise do Discurso para serem "re-solvidas" regia e apenasmente pela história, ou pela psicanálise, ou pela lingüística é abandonar o

entremeio, abandonar a contradição, abandonar o incômodo da reflexão, e buscar a trilha segura da tradição da ciência régia - a produção de conhecimento sem riscos.

É fato fundamental que a metodologia da Análise do Discurso trabalha em constante batimento entre a análise e a teoria. Neste sentido, o encontro de dois diferentes funcionamentos na materialidade certamente não garante sua equivalência de valor conceitual. Há uma especificidade do método.

E várias confusões são originadas quando se trabalha este processo de batimento fazendo-o tender a um plano contínuo, isto permite confusões e inadequações entre relações heurísticas do plano conceitual e relações do plano analítico em AD. De nossa perspectiva, estas aproximações a princípios "sólidos" e "seguros" da produção de conhecimento - tanto do plano conceitual quanto dos procedimentos analíticos da metodologia da AD - são leituras possíveis e desavisadas. Verdadeiramente não tocam o entremeio. E embora elas sejam passíveis de desenvolvimento em uma ou outra instância, não se depreendem da positividade de sua origem - o que não permite nem promove uma reflexão produtiva para um analista do discurso.

Daí, uma das necessidades de nosso estudo: compreender esta distinção para que ela possa nos auxiliar na compreensão das questões de saúde.

3.3. Questões de entremeio para análise do sujeito saudável

Pêcheux diz sobre as condições ideológicas de reprodução/transformação:

"... não há na luta ideológica (bem como nas outras formas de luta de classes), posições de classe "que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas aos diferentes "objetos" ideológicos regionais das situações

concretas, na Escola, na Família, etc. É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os "objetos" ideológicos tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da luta ideológica de classes." (1975:146).

Ora, ao pensar o enquadramento discursivo do sujeito saudável na relação com a Psicanálise, em seu espaço de consultório, consideramos que seja a partir do lugar teórico que ocupa a noção de "família" em Análise do Discurso, que começamos a pensar sobre a produção de sentido da prática psicanalítica Freudiana de uma perspectiva discursiva. Inicialmente, a idéia de família como um desmembramento regional de um objeto ideológico (e não - por exemplo - como núcleo da sociedade) impede a extrapolação da compreensão de uma prática familiar para se pensar a prática social.

Compreendo, em uma proposta de análise estabelecendo derivas de interpretação do modelo de Vitruvius, o sujeito saudável como sujeito de um espaço urbano, e visto compreender como saúde significa e como se constitui no imaginário da discursividade de base de um sujeito urbano, e poderíamos acrescentar neurótico (logo um sujeito saudável na discursividade da Psicanálise). É importante deixar claro que quando me refiro às noções de espaço e de urbano, estas noções estão funcionando em relação direta com o objeto "saúde" que é o que nos interessa compreender neste estudo. Assim, ao longo das análises, o espaço funciona como a discursividade possível de *enquadramento* deste sujeito saudável, e a noção de urbano, como o ambiente mais amplo que a regulamentação social pode abranger em relação às questões que estamos compreendendo como "saúde". De certa maneira são

as significações do espaço e do urbano que se constituem e que são constituídos na formulação silenciosa de *saúde*. De fato, devido à natureza da significação do objeto escolhido, seria impossível tocar a formulação destes sujeitos saudáveis sem recorrer a seu espaço e à sua métrica.

Retomando, a referência a este objeto chamado de psique, é inicialmente compreendida como um recurso de "objetivação" de uma materialidade que evidencia a presença/ou ausência de um sujeito psicanalítico; ou melhor, para nós a noção de psiquê na psicanálise funciona como gesto dominante de interpelação de um indivíduo¹⁹ posicionado no espaço político do consultório.

No Brasil, devido à grande confluência cultural, o sujeito neurótico ideal do método psicanalítico, o indivíduo que é passível de ser interpelado no espaço psicanalítico, não é uma constante. Pensamos nas comunidades indígenas, nas comunidades que vivem em quilombos, comunidades mesmo situadas no interior, afastadas do contato com a "civilização". Ora, na medida em que valores ocidentais que estruturam os processos e instâncias psíquicas que Freud aponta como a discursividade da igreja, a discursividade da biologia e medicina, ou a discursividade dos instrumentos de produção do capitalismo não produzem a superfície neste jogo.

Minha hipótese, como lingüista, é a de que há instâncias onde é necessário "suspender" esses outros gestos de interpretação já antecipados, para dar lugar para uma discursividade própria do brasileiro. Própria aí, na medida em que a religião, a ciência, ou o sistema econômico são elementos constitutivos de nossa época, mas às vezes não de nossa região de filiação. Aí é importante distinguir entre superfície de espacialização e temporalização discursiva do sujeito no mundo e os discursos dominantes em um tempo-espaço. Nossa história de forma particular funciona na

¹⁹ Cf. Orlandi, política de individuação, 2000 (aula Labeurb)

produção dessas superfícies na realidade brasileira, por vezes produzindo "realidades" por decreto ou deixando funcionar sentidos de maneira silenciosa, o que muitas vezes joga fortemente como referência de nossa identidade.

Digo isto, inferindo a partir de meu estudo no Mestrado, fato já apontado por Orlandi (1990) em outro momento, que há um silenciamento histórico dos sentidos do Brasil, por uma relação de forças com a Europa. Essa questão me levou a buscar brechas que nos permitam ver pistas desta memória silenciada, que - em nossa hipótese - vão incidir de forma mais visível sobre as relações sociais brasileiras que não têm par imediato no chamado primeiro mundo - dificultando o processo de transporte²⁰ dos sentidos. É sob este primeiro aspecto que considero possível pensar discursivamente o sujeito saudável no Brasil.

Uma segunda questão que se apresentou para que eu propusesse esta relação, é que ao buscar estudos escritos sobre a constituição dos sentidos do corpo, encontrei análises que sustentam sua "leitura" no paradigma do corpo do rei medieval, e das regras rituais, cerimoniais e de polidez da corte (Haroche, 1998), ou na politização do discurso da biologia com os valores dos nobres (Courtine & Haroche, 1988). Ora o príncipe Édipo veio em associação imediata com estes estudos.

Meu interesse, no caso, é deslocar esta discussão para o domínio da Análise do Discurso, em que esses sentidos possam ser compreendidos como uma das filiações possíveis do que seja a noção de psiquê como organização política, e não como evidência simbólica do que é o psíquico na história do ocidente. É como esta noção está sendo agenciada que nos interessa.

²⁰ Orlandi, 1993,

Este deslocamento é importante, uma vez que se posiciona criticamente contra o efeito de língua-de-espuma²¹ da discursividade da ciência, que historicamente apaga a especificidade de seu objeto (no caso o corpo do sujeito francês atravessado por valores nobres medievais e a psique do sujeito psicanalítico (austríaco?) atravessada por valores dos nobres e da tragédia gregos) em nome de uma universalidade dos objetos da ciência.

Paralelamente, e de forma conseqüente, fazemos um breve deslize para pensar nossa terceira questão, o corpo psíquico do sujeito. Corpo como gesto dominante de um indivíduo posicionado no espaço político. Queremos pensar um pouco esta psiquê como Freud nos apresenta, para discutir a questão do processo do Édipo, em relação à discussão do corpo do rei em Haroche(1998). Efetivamente é possível traçar aí um paralelo, na medida em que o caminho de desenvolvimento/maturação psíquico/a proposto por Freud, é o caminho do filho do rei Laio e da rainha Jocasta, de Tebas, na Grécia, que, de acordo com um oráculo, será rei matando o pai e casando-se com a mãe.

Ou seja a hereditariedade, segundo nossa leitura, é um produto dos valores do Estado Monárquico que interpela tanto o corpo físico quanto o corpo psíquico do sujeito contemporâneo, sob o efeito ilusório de universalidade dos valores medievais das relações familiares.

E que aí temos, de forma sutil, a re-tomada de um processo real pela nobreza na virada do século XIX para o século XX através do processo psicanalítico. Ou seja, o valor do corpo e da psiquê do rei, já não mais acessíveis ao homem comum, são transferidos²² para o espaço político psíquico.

²¹ Orlandi, 1995

²² Orlandi, 1993

Aí, a prática psicanalítica e a compreensão do homem como sujeito abre para a re-conquista do reino interior, e da realeza do sujeito, o que, em última instância retoma as antigas questões das relações de poder sob novo formato: o funcionamento monárquico do desejo do sujeito re-instalado no espaço da vida social como processo de cura da alma que sofre.

Como analistas do discurso em busca do que é próprio do sujeito brasileiro saudável, a discussão do sujeito que se posiciona como rei, ou em relação ao rei, pode ser produtiva, - de acordo com nossa hipótese - a partir de outra ordem²³ simbólica.

Para nós, está aí o ponto fulcral da grande discussão da relação da Análise do Discurso com o sujeito da Psicanálise, e a recusa - ao nosso ver - bastante conseqüente de Pêcheux, em avançar sua discussão para além do "sujeito atravessado pelo inconsciente" no espaço da teoria psicanalítica.

É a consideração do sujeito biológico, já discutido em nossa dissertação, a consideração de uma organização monárquica do corpo ou de uma organização monárquica do Estado dos sentidos (do que se sente²⁴) - que visamos trabalhar criticamente.

Essas possíveis filiações a diferentes sentidos da psiquê, como sabemos, devem ser mediadas pelo Analista do Discurso através de uma metodologia de análise. Os efeitos de realidade do objeto de análise não devem efetivamente fazer parte do corpo teórico e metodológico de um procedimento analítico que se dispõe a trabalhar história, ideologia e memória de forma crítica. Justamente neste ponto, vemos a importância de nosso projeto: deslocar discursivamente estas "evidências" da psiquê.

²³ Orlandi, 1996

3.4. Superfícies discursivas saudáveis

"Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências "subjetivas", devendo entender-se este último adjetivo não como "que afetam o sujeito", mas "nas quais se constitui o sujeito": "(Pêcheux citando Althusser 1975:152-153).

De fato o lugar de administração do corpo e da psiquê do sujeito, para nós passa pela micro-geografia²⁵, pelo governo do Estado-corpóreo, neste caso como governo monárquico. Por outro lado, "organismar"²⁶ o corpo é a medida que permite o funcionamento da instância jurídica, via discursividade da medicina. O lugar de consenso possível para a constituição da psique e do corpo de um cidadão é 1) a junção do valor do discurso da ciência, compreendida como verdade empírica, com 2) a prática de uma espacialização política do corpo e da psique através de sentidos historicamente considerados nobres. Ou seja, o consultório é um espaço da nobreza, é um espaço que interpela a nobreza em sua psicopatologia.

A reflexão sobre a discursividade da saúde urbana como contraponto desta espacialização da psicanálise permite que a compreendamos (a saúde urbana) como um espaço de prática e constituição da cidadania (prática própria da cidade). Ou seja, o deslocamento de um espaço de consultório da nobreza, para uma dimensão urbana, para além e para além deste espaço produzido metodicamente por Freud, a nosso ver pode interpelar o indivíduo em um diferente funcionamento discursivo.

²⁴ Orlandi, 1999 (aula IEL)

²⁵ Foucault, 1979

²⁶ Wanderley, 1999b

Neste sentido, procuramos o que é da ordem do político na noção de saúde, que sustenta os sítios discursivos que constituem os sentidos de saúde, doença, e, em última instância, como se constitui o consenso dos sentidos de vida e morte para o sujeito urbano – através da discursividade da saúde.

Sendo assim, em um confronto com o quadro do espaço urbano, que estamos propondo, percebemos que a proposta de Freud sobre o funcionamento do complexo de Édipo faz jogar com a região “Família”, uma situação concreta, o processo de luta de um príncipe com seu destino de ser rei, que - discursivamente - chamaremos de complexo de aparelhos ideológicos do Estado monárquico. Ora, ainda em Pêcheux ,

“...a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transfomação que constitui a luta ideológica de classes.” (p.147)

Podemos ler em Freud:

“No entanto, de vez que todos, e não apenas os neuróticos, experimentam esses sonhos pervertidos, incestuosos e assassinos, podemos concluir que as pessoas que são normais, atualmente, percorreram um caminho evolutivo que passou pelas perversões e catexias objetais do complexo de Édipo, que este é o caminho do desenvolvimento normal e que os neuróticos simplesmente nos mostram, de forma ampliada e grosseira, aquilo que a análise dos sonhos nos revela também em pessoas sadias. ”

(Conferência XXI - O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais)

De fato, quando Freud interpreta o sujeito neurótico (no espaço do consultório) como estruturado por um drama típico da monarquia, ele faz funcionar metaforicamente e diferentemente o aparelho ideológico do Estado monárquico em

um "objeto" ideológico regional, a Família, criando aí, como diz Pêcheux, "novas relações de desigualdade-subordinação" ²⁷ "(idem) . Ou seja, Freud produz "artificialmente" em seu consultório, esta regionalização do funcionamento afetivo do sujeito, o que se transformará em ferramenta para o psicanalista realizar sua própria prática clínica. Consideramos que esta metodologia do Freud é uma tecnologia de linguagem. Tecnologia esta que produz um processo de "subjetivação" em Laboratório, ou seria melhor dizer no consultório? É que é nesta produção do texto e do sujeito a partir desta método baseado na linguagem, desta tecnologia, que é possível pensar psicanaliticamente.

Neste sentido o sujeito, que é rigorosamente um atributo do objeto discurso, e não um sujeito ou um objeto teórico para a Análise do Discurso, vai se constituir aí como efeito de uma prática psicanalítica. Neste sentido a compreensão do sujeito pela psicanálise e a compreensão da noção de sujeito na Análise do Discurso se diferenciam grandemente. É importante notar que a proposta da Análise do Discurso de trabalhar no entremeio provoca tais obscurecimentos, e só mesmo uma atitude positiva poderia propor aí um consenso, uma estabilidade, uma solução objetiva.

Freud diz também:

" Embora a maioria dos seres humanos passe pelo complexo de Édipo como uma experiência individual, ele constitui um fenômeno que é determinado e estabelecido pela hereditariedade e que está fadado a findar de acordo com o programa, o instalar-se a fase seguinte preordenada de desenvolvimento. Assim sendo, não é de grande importância quais as ocasiões que permitem tal ocorrência ou, na verdade, que ocasiões desse tipo possam ser de algum modo descobertas."

²⁷ Por uma transformação destas subordinações na luta de classes: por exemplo, por uma transformação da relação entre a *escola* e a *política*, relação que, no modo de produção capitalista, é uma relação de

E aí retornando a discussão para Freud, recorre para nós a questão da pontuação do funcionamento edipiano. A perífrase obrigatória de Édipo, a partir de Freud, por uma hereditariedade necessária socialmente, e nem sempre desejada, real ou formal, em termos individuais nos leva a perguntar até que ponto a necessidade de estabilizarmos respostas na cultura ocidental nos coloca na estranha posição de fazer do sujeito um ponto de ancoragem obrigatória de uma família real, e rota.

Na medida em que isto começa a funcionar em âmbito mais geral na sociedade, com slogans do tipo “psicanálise para todos”, ou quando o atendimento psicológico faz parte do SUS e dos recursos disponíveis para a população, o espaço de subjetivação e identificação trabalhados pela política pública de saúde posicionam os lugares de identificação do sujeito fora da história, na assepsia e neutralidade proposta do quem ideal, consumidor administrado e príncipe herdeiro de um drama grego.

Então, como seria possível perceber o corpo e a psiquê de nosso “príncipe”, deste sujeito brasileiro que nem sempre pode, ou quer, se reconhecer no consultório de Freud?

Para problematizar a questão, analiso um processo em uma região não familiar, relativa à saúde do trabalho.

4. A saúde no espaço administrativo: análise de um processo

§ 3º - Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores,

disjunção (denegação ou simulação), baseada no lugar 'natural' da escola, entre a família e a produção econômica.

assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde-SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde - SUS, da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentem riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e a empresas sobre os riscos de acidente de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração, a colaboração das entidades sindicais;
e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

4.1. A constituição da instância jurídica e o processo

A nosso ver, a instância jurídica se constitui em três funcionamentos diferentes imbricados: processo, direito/justiça e indivíduo. Esta imbricação deve atender aos fins sociais da lei (temporalidade ideal infinita) e às exigências do bem comum (espacialidade ideal infinita). Para tanto, é necessário criar o que, a nosso ver, é a articulação destas três diferentes instâncias - que durante o processo parecem indistintas. Com o auxílio teórico e metodológico da AD, acreditamos ser possível compreender a constituição do espaçotempo jurídico e do sujeito saudável.

Em uma primeira leitura propomos, assim como Lagazzi Rodrigues uma temporalidade, a temporalidade do processo, que é compreendida como processo, julgamento e execução, é aí onde as “espacialidades” se conjugam. A espacialidade de conjugação deste evento é a dos Órgãos da Justiça, criados pela União no DF ou Estados, onde as temporalidades se conjugam. As posições-sujeito, ou os indivíduos, possíveis são: somente pessoas físicas capazes, e posições-sujeito administrativas. É a presença deles que permite o efeito de realidade da prática jurídica.

Nossa proposta nesta análise é compreender como para a instauração de um processo, é constituído um “tipo” de posição-sujeito nesta conjugação, que só é possível se inscrito na espacialidade Estatal, e na temporalidade de um processo abstrato de direito, e como a noção de saúde se configura discursivamente aí. Ou melhor, esta posição híbrida, constituída em um lugar do Estado e com o ritmo de um processo, só se realiza com a presença inscrita do sujeito, o terceiro elemento. E esta combinação permite que se constituam superfícies discursivas que dão visibilidade ao

funcionamento administrativo, e à administração do sujeito pelo funcionamento institucional. É a presença material do sujeito que dá o efeito de realidade da prática jurídica, ao se assujeitar, e se subjetivar, na espacialidade do Estado e na temporalidade processual. E é justamente neste gesto do sujeito, que é possível percebermos a ancoragem de sentidos real na relação com um processo. É nesta superfície que buscamos as condições de produção de sentidos e sujeitos saudáveis.

Trago neste caso uma posição administrativa em termos de política de prevenção - se opondo radicalmente à prática de prevenção à AIDS - a prevenção à deficiência auditiva.

Imediatamente são duas práticas bem distintas, tanto pelo objeto causador da deficiência, quanto pelas suas conseqüências no espaço público. O que é completamente curioso e faz esta comparação estar presente neste trabalho é a completa ausência da prática de prevenção à perda auditiva em nosso país. E o contraste com os esforços internacionais envolvidos na prevenção à AIDS. Em termos de organismos e recursos, é invisível a existência de qualquer órgão público que promova a saúde auditiva.

E aí várias questões podem ser levantadas para a discussão, mas o que eu gostaria de trazer é realmente a desigualdade do funcionamento do discurso de promoção de saúde para o cidadão e para o trabalhador.

Ao passo que há uma enormidade de cartilhas para doenças sexualmente transmissíveis, câncer de mama, dengue, etc., não há, em nenhuma das cartilhas do MS, a atenção ao excesso de pressão sonora para a região auditiva do cidadão. Muito menos um programa de controle de pressão sonora no ambiente de trabalho.

Em geral, ambientes como as casas que vendem CDs-DVDs com música tocando em alto volume, os trio elétricos, as orquestras sinfônicas, as práticas de tiro

na polícia e exército, os ambientes de obras, etc. são ambientes que podem lesar a audição do indivíduo. A lesão é mais freqüente no caso do trabalhador que tem sua prática profissional neste ambiente de risco.

O que nos leva a mais um paradoxo administrativo: em tese, a saúde do trabalhador seria o alvo imediato dos serviços de saúde do Estado. Afinal, garantir a saúde do indivíduo, e necessariamente as condições salutaras do ambiente de trabalho, seria garantir prioritariamente sua produtividade profissional. Essa lógica ganha força, quando pensamos globalização, e a necessidade de produtividade econômica. No entanto veremos que o funcionamento dos sentidos vai numa direção diferente.

Vamos analisar um caso de perda auditiva por um músico de orquestra sinfônica, que teve que entrar na justiça para poder escapar de uma situação de risco de perda auditiva. Perda esta que não foi prevenida, e já estava na fase de comprometer completamente sua capacidade auditiva. A solução jurídica presente no processo 081.001058-98, por iniciativa da junta médica foi aposentar este trabalhador, e não oferecer condições (como utilização de material de segurança, estudo acústico, etc.) para que o trabalho pudesse continuar a se realizar num ambiente que não propiciasse ameaça a sua capacidade auditiva. Ou seja, a possibilidade de prevenção e cuidados para reinserção do trabalhador não foram práticas cogitadas pela instituição (que é pública), pelos advogados, ou pelo próprio juiz. Assim, começamos a tocar diferentes níveis de funcionamento da discursividade da saúde.

Quando interpretamos inicialmente "promover saúde", não pensamos que isso pode significar em alguma instância promover a ausência de um servidor de seu trabalho. Vejamos:

A realidade processual que vai se configurar é a de um músico de orquestra sinfônica, que devido às suas péssimas condições de trabalho em uma orquestra

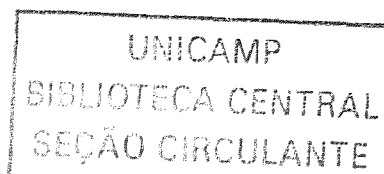
sinfônica perde completamente a audição do ouvido esquerdo e parcialmente a audição do ouvido direito. O curioso aí, é que mesmo sendo comprovado que ele perdeu sua audição por exposição a níveis sonoros elevados no ambiente de orquestra, o processo em momento algum aponta para a necessidade de corrigir ou sanear o ambiente de trabalho da orquestra. De fato, este processo vai diferir em muito do senso comum, ou do que se esperaria de uma instituição pública que vem a tomar conhecimento que está proporcionando a seus funcionários um ambiente de trabalho propício à perda auditiva. A realidade instalada neste processo se configura com um olhar que vê apenas o funcionamento da máquina administrativa e tem como ponto cego a própria questão da saúde desta rede de funcionários sobre a qual ela se dobra.

Streck (1999) levanta questões em que o sistema jurídico tem dificuldades para trazer uma resolução, por exemplo, como uma invasão dos sem terra, ou uma revolução. Estes eventos não são possíveis de serem resolvidos na instância jurídica, porque há uma incompatibilidade espaçotemporal. Entre espacialidades simbólicas, no primeiro caso, por exemplo, onde não se considera a legalidade da posse da terra do latifundiário, mas a realidade das necessidades espaciais dos sujeitos sem terra. Ou como no segundo caso, em que há uma incompatibilidade entre temporalidades simbólicas, uma vez que o tempo de uma revolução não seguirá o ritmo processo, julgamento e execução. A presença do sujeito aí só traz dificuldades hermenêuticas e discussões; não é possível que o Direito dê conta destas questões porque o real do Direito, como diria Pêcheux, não pode ser de outro modo.

No caso que trago para análise, surge também um impasse fundamental, que é: o sistema administrativo do processo aponta exclusivamente para uma re-adaptação do funcionário, que foi lesado em seu ambiente de trabalho, sem apontar a necessidade da salubridade deste ambiente (de responsabilidade deste mesmo sistema

administrativo). Ou seja, a questão da espacialidade do ambiente de trabalho deste músico, e da temporalidade processual, que permite que a lesão se agrave, não só neste sujeito, mas em todos potencialmente expostos a este ambiente nocivo não está contemplada. O que está contemplado é um fio de condução do problema da saúde, como um limite físico de um sujeito individual que deve ser deslocado. Este recurso infelizmente é muito comum em nossa tradição de subnotificações de acidentes de trabalho, uma troca digamos da doença (institucional) pelos sintomas (individuais): o processo de individualização de um problema, que é fruto de falta de condições de trabalho salutareis para toda uma classe de músicos.

Brevemente, faço uma síntese do processo número 081.001058/98, que analisamos. Um funcionário público, Bacharel em Música, Músico de carreira, concursado, da Orquestra Sinfônica em Brasília, que chamaremos de AFFA (suas iniciais), em que a evidência de sua surdez vai levantar a necessidade de readaptá-lo a um outro ambiente de trabalho que não apresente riscos de perda auditiva. Grosso modo, o processo administrativo vai tentar realocá-lo na função de arquivista, onde ele não correrá o risco de perder completamente sua audição. Ora, visivelmente isto não resolve o problema da falta de condições de trabalho a que estava submetido este músico, e a que estão submetidos seus colegas. Também não permite que os outros profissionais que trabalham em ambiente de orquestra possam se prevenir da perda auditiva. Muito menos lida com o fato da lesão auditiva funcionar aí praticamente como uma ruptura no espaço identitário deste sujeito, que é Músico por opção, e por dupla negligência administrativa se vê interpelado na posição de sujeito incapaz de exercer suas funções. O processo avança, e por não haver cargo equivalente ao de músico de orquestra sinfônica no poder público para realocá-lo, AFFA é enfim aposentado por invalidez.



Assim, eis nossa proposta de reflexão para buscar as noções de saúde neste corpus.

4.2. Nossas questões sobre saúde e o trabalhador

"A Abolição não aboliu a escravidão, criou novos escravos. A República não aboliu a opressão, criou novos opressores. O povo não sabe de si, não tem consciência e tudo o que faz não é visto e somente lhe ensinam desprezo por si mesmo, por sua fala, por sua aparência, pelo que come, pelo que veste, pelo que é."

Ribeiro (1984:607)

A reflexão sobre o funcionamento discursivo das relações jurídicas e administrativas nesta combinação nos proporciona um espaço de questionamento sobre o "tipo" de materialidade dos sentidos do espaço jurídico, e sobre alguns efeitos desta discursividade em relação à noção de saúde.

A questão da materialidade (Orlandi, 1999) aí, para nós, é fundamental, na medida em que possibilita um movimento crítico face ao pensamento idealista, assim como ao materialista que não considera o simbólico. Como diz Orlandi, "O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana." (idem:15). E o espaço jurídico, seja como instância de elucidação política (Foucault, 1979:62), como jogo de paz burguês (Miaille, 1980), como espaço de reflexão e mudança administrativa e social (Streck, idem) participa fortemente da constituição da existência do sujeito ocidental hoje. Mas quais as condições de existência de um sujeito saudável interpelado em um processo? Qual o enquadramento discursivo que

organiza o sujeito no espaço de saúde? Retomando a imagem de Vitruvius, as linhas e medidas do espaço processual são linhas desenhadas pela instituição orquestra. Uma orquestra que não leva em consideração a especificidade da profissão de músico, e lida simplesmente com seus funcionários, digamos, de forma indistinta..

Neste caso em que estamos trabalhando, o sujeito lesado funciona como um elemento que dificulta a apagamento da insalubridade de seu ambiente de trabalho, e a decisão de re-adaptá-lo e depois de aposentá-lo sem tocar na questão das condições de trabalho dos músicos reforçam nossa hipótese.

Nossa pergunta analítica é qual a noção de saúde que surge neste jogo processual entre administração pública, funcionário e a instância jurídica? Neste caso estou pensando a noção de saúde, em termos discursivos, como o funcionamento do discurso que organiza as práticas e relações de força em um dado espaçotempo-discursivo, e produz sujeito e sentido. Se pensarmos que não apenas uma, mas várias instituições sustentaram a produção destes sentidos de saúde, poderíamos afirmar que existe uma tecnologia de linguagem presente aí. E ela produz sentidos para a posição de funcionário e orquestra, para a patologia e sua "(re)solução". Produz sentidos de "saúde" neste espaçotempo discursivo, e formula silenciosamente o quadro do seu "sujeito ideal" para esta situação: os sentidos possíveis nesta discursividade para o sujeito saudável.

O funcionamento que organiza este processo é um tipo de manutenção da homeostase institucional. Explico: a saúde visada neste processo é a tentativa de não refletir sobre, ou não modificar os parâmetros de administração do espaço da orquestra. Este é o grande esforço que se apresenta na combinação entre o processo, a justiça e o indivíduo, que aparentemente discute a alocação de um funcionário que

sofreu um "acidente de trabalho", mas de fato se esforça em apagar a existência e as evidências da própria prática administrativa, para "manter tudo como está".

No caso do Direito, a nosso ver, os recursos de reflexão utilizados para compreender a “essência” da lei, da justiça, ou do Direito, são fortemente idealistas; como diz Miaille: “Tout est bâti sur une notion d’Homme universel et de Société abstraite.” (373). Ou seja, as condições materiais de base do conhecimento em que se desenvolvem historicamente os arquivos sobre o Direito, e a prática do Direito, são idealistas. Daí, neste caso, nossa necessidade de passar pelo mundo jurídico ideal e pelos seus efeitos, para poder trabalhar, no entremeio, a compreensão de nosso objeto na Análise do Discurso: a noção de saúde. E nos interessa compreender como esta noção de saúde vai funcionar neste espaço de inscrição do indivíduo em um processo, como estas relações de sentido permitem visualizar outras superfícies que significam “saúde”.

A vantagem de se trabalhar no entremeio, como sabemos, é poder deslocar o olhar histórico do homem do ocidente sobre si mesmo e sobre o mundo, e compreender que a memória e a posição de interpretação permitem diferentes tipos de real como lugar de constituição material. E aí, não é que vale tudo em termos de sentido, mas simplesmente que a história, a alteridade, a heterogeneidade, e o acontecimento participam mais fortemente do nosso mundo “semanticamente estável” do que estamos acostumados a pensar. Ou, como diz M. Pêcheux, “Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior” (1975:167).

Ora, levando em consideração estas observações, que nos permitem propor uma reflexão sobre o caráter da subjetividade, que seja crítica tanto ao materialismo

quanto ao idealismo, perguntamos onde, e como, se posicionam discursivamente as autoridades que participam da constituição deste processo. E, supondo que é possível responder esta, nossa questão subsequente seria que sentidos participam da constituição da noção de saúde, neste processo que surgiu em torno de uma doença adquirida ou contraída no trabalho.

Curiosamente, na direção contrária da evidência de que quanto maior o nível de instrução e de refinamento da atividade, mais os sujeitos estão a par dos riscos de sua profissão, o processo de AFFA da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, mostra comprometimento total da audição social (sua capacidade de ouvir dentro do espectro em que se encontra o som da voz das pessoas) em seu ouvido esquerdo e perda auditiva leve em seu ouvido direito, em vista da falta de prevenção a elevados níveis sonoros em seu ambiente de orquestra.

4.3. a posição-sujeito administrativa e a posição-sujeito jurídica

Ao fazer um levantamento nas orquestras sinfônicas do país sobre as práticas de prevenção à surdez, tive como resposta que 99% das orquestras (com exceção da orquestra da USP) não promovem nenhuma prática de prevenção à surdez ou mesmo de prevenção à LER (Lesão por Esforço Repetitivo) para propiciar um ambiente de trabalho saudável para os músicos e/ou funcionários de sua orquestra.

Esta análise aponta para várias questões que podem ser elucidativas sobre o funcionamento da noção de saúde no espaço administrativo. A posição-sujeito-administrativa e jurídica que vão estabilizar a noção de surdez como deficiência deste funcionário público, e não de seu ambiente de trabalho. São, na ordem de aparecimento no processo: 1) Chefe da Divisão Médica do Departamento de

Administração de Pessoal da Subsecretaria de Recursos Humanos, na Secretaria de Administração do Gov. DF; 2) Otorrinolaringologista; 3) Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Diretoria Executiva da ONTCS, Fundação Cultural do DF; 4) Chefe da Divisão Pessoal da Fundação Cultural do DF; 5) Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Diretoria Executiva da ONTCS, Fundação Cultural do DF; 6) Procuradora da Fundação Cultural do DF (jur); 7) Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Diretoria Executiva da ONTCS, Fundação Cultural do DF; 8) Chefe da Seção de Cadastro Funcional da Fundação Cultural do DF; 9) Chefe da Seção de Cadastro Financeiro da Fundação Cultural do DF; 10) Advogada de AFFA;(jur) 11) Juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública do DF(jur); 12) Assessora da Secretaria Executiva Fundação Cultural do DF; 13) Chefe da Divisão de Pessoal da Fundação Cultural do DF; 14) Diretor do Dep. De Administração Geral do DF; 15) Funcionário do Gabinete do Diretor Executivo do DF; 16) Funcionário da Seção de Doc. e Arquivo; 17) Diretor Executivo da FCDF; 18) Chefe de Gabinete da FCDF; 19) Procuradora do DF(jur); 20) Procuradora Geral Adjunta(jur); 21) Chefe da Divisão Pessoal do FCDF; 22) Chefe da Divisão Médica do Departamento de Administração de Pessoal; 23) Chefe da Divisão de Pessoal; 24) Funcionário do Departamento de Administração Geral; 25) Secretária da Secretaria de Cultura; 26) Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde da Fundação Hospitalar do DF; 27) Diretor do Departamento de Recursos Médicos-Assistenciais da FHDF; 28) Médica da DHMST-DRH-FHDF; 29) Diretor do Departamento de Administração Geral FCDF; 30) Chefe da Seção de Tesouraria da Divisão Financeira da FCDF; 31) Diretor do Departamento de Administração Geral FCDF; 32) AFFA - o próprio funcionário; 33) Otorrinolaringologistas (3) FHDF, 34) Chefe da Divisão de Pessoal; 35) Secretária da Cultura; 36) Procuradora Chefe da 1ª SPR (jur); 37) Subprocuradora Geral do DF;

(jur) 38) Procurador Geral do DF ; (jur) 39) Chefe de Gabinete da Secretaria da Cultura do DF; 40) Secretaria de Cultura do DF; 41) Assessora da Coordenação de Planejamento de Provimento de Recursos Humanos; 42) Chefe da Divisão de Pessoal; 43) Secretaria de Cultura; e 44) Chefe do Núcleo de Recursos Humanos da Secretaria de Cultura.

Nesta ordem de circulação e passando por todas estas posições sujeito , é curioso perceber como um ambiente que é considerado de risco para a perda auditiva, em momento algum sofre qualquer tipo de levantamento de riscos ou investigação, mesmo evidenciando o surgimento de uma patologia que é passível de prevenção no ambiente de trabalho. Todas estas posições-sujeito, que tomaram ciência deste caso e participaram do processo, produziram sentidos na direção de estabilizar o ambiente de trabalho e deslocar o sujeito portador da patologia na própria instituição.

Ou melhor, como pensar que a notícia de que um funcionário perdeu sua audição em um ambiente de trabalho considerado de risco não gera em nenhuma destas instâncias a preocupação ou mesmo a curiosidade pela análise do ambiente? Como evitar cogitar a necessidade de um levantamento do grau de risco de outros funcionários - colegas - sofrerem problemas semelhantes? Não há qualquer sugestão em todo o processo para se fazer um levantamento dos níveis de pressão sonora, nem mesmo para a instalação de barreiras acústicas, não há sugestão alguma para que os músicos utilizem equipamento de segurança para o trabalho, nem vemos quaisquer iniciativas de promover, ou mesmo propor práticas educativas de prevenção à surdez para estes profissionais da orquestra.

A relação com a higidez auditiva destes funcionários expostos a um nível de pressão sonora acima do suportável é completamente apagada no processo, e o litígio se estabelece na direção de tirar daquele ambiente de trabalho nocivo um funcionário

que evidencia a falta de salubridade mantida pela instituição. A saúde que se evidencia nesta discursividade é a do ambiente de trabalho, que estava "bem" até este funcionário entrar na justiça.

A "quantidade" de posições-sujeito-administrativas que desconhecem questões de saúde no trabalho, que parecem evidentes a quem está de fora, é desconcertante. Isso pode apontar para um funcionamento da máquina administrativa que retorna sobre si mesma, de tal forma que apaga a questão real do sujeito e se dedica a realizar encaminhamentos administrativos à revelia da questão posta. Uma eficiência "cega", que exclui o sujeito, e sua questão, do próprio processo.

4.4. A aporia de um processo jurídico-administrativo

“... buscar resolver o problema precisamente onde sua solução é radicalmente impossível, ou seja, tomando como ponto de partida aquilo que chamamos a “forma-sujeito”, a qual – como pensamos ter mostrado – é, de fato, um efeito e um resultado, isto é, precisamente tudo menos um ponto de partida. (...) Esse verdadeiro ponto de partida já se sabe, não é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc., mas, ainda uma vez, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.”

(Pêcheux, 1975:179-180)

Assim, em busca deste elemento impossível, encontramos no corpus do processo, uma marca pela qual desenvolvemos nossa leitura: a assinatura do respectivo texto. Ou que sujeito é esse que participa desta prática de saúde no trabalho, quais são as relações de produção deste processo? Ou melhor, como se produzem as linhas desta imagem processual do homem saudável, que o espacializam como funcionário, na medida ideal?

O que nos chama a atenção é que os pronomes pessoais, neste caso, não funcionam efetivamente como pessoais, mas de forma administrativa. Ou seja, os sujeitos aí são funcionários e não pessoas: o funcionário, a Diretora de Recursos Humanos, o Secretário, o Médico, o Procurador, etc. Fato curioso, na medida em que é possível distinguir o funcionamento da “filiação da subjetividade” neste caso.

Cabe aqui trazer uma questão, que Foucault (1979:51) nos aponta,

“(...) uma das questões é a que existe entre a plebe não proletarizada e os proletários. Uma das contradições importantes, na qual a burguesia viu por muito tempo, e sobretudo depois da Revolução Francesa, um dos seus meios de proteção; para ela o perigo maior contra o qual devia prevenir-se, o que ela tinha a todo custo que evitar, era a sedição, era o povo armado, eram os operários na rua e a rua investindo contra o poder. E ela pensava reconhecer na plebe não proletarizada, nos plebeus que recusavam o estatuto de proletários ou nos que estavam excluídos dele, a ponta de lança do motim popular.”

Hoje, pensando especificamente a questão dos sentidos de saúde, eu diria que a questão não está na relação direta com a posição de proletário, mas de fato com uma produção de sentidos autônoma. Nesta época de prestígio da informação, o processo de autoria é o grande espaço de ameaça para "elite intelectual e tecnológica". Afinal, se todos são capazes de interpretar, ao fim e ao cabo não há uma urgência crítica para fazer circular informação. Não há necessidade de redes ou tecnologia da informação. A independência intelectual funciona como desejo presente, mas necessariamente impossível de ser realizado. Uma castração necessária para sustentar a necessidade de tecnologias que fazem circular a informação de autoria alheia. O motim hoje, possivelmente seria realizado pelo povo armado com a autoria investindo contra o poder.

E a pergunta que surge, neste caso, é até que ponto pertencer a uma profissão, ou ser profissionalizado, organiza um lugar de subjetivação que sustenta o próprio sistema jurídico-administrativo? E como seria possível trabalhar e aprofundar a condição discursiva deste sujeito saudável, digamos, administrativo, para compreender melhor a prática discursiva jurídica. Condição discursiva aí, pensada como autori(d)a(de) funcionando para espacializar o jogo de paz burguês.

Este sujeito administrativo, como estamos chamando, trabalha na primeira pessoa, na medida em que sua função permite realizar tal tarefa administrativa – um eu funcional, ou funcionário - ex.: Eu, ____, Escr. Subscrevi. , ou utiliza a terceira pessoa quando não se trata de sua função, ex.: O MM. Juiz...MANDA. Já no caso da utilização do imperativo, há sempre referência em terceira pessoa ao sujeito ligado àquela prática, ex.: “Publique-se, Oficie-se”, “Requisitem-se informações...” “Cumpra-se... por ordem do MM. Juiz de Direito”.

Assim, a princípio vemos a posição do juiz, assim como outras posições-sujeito-administrativa, fazer parte, como diz Pêcheux, d’ “[...]as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” do processo, através do Poder Judiciário. No jogo entre as posições possíveis para este servidor no espaço administrativo articulado por esta combinação entre processo, julgamento e execução, citamos o que surge espaço-tempo discursivo próprio da instituição, por exemplo no jogo argumentativo do processo:

“o quadro audiológico do paciente torna-o incapaz para o exercício de sua atividade profissional em orquestra sinfônica - que comprovadamente acarreta perda auditiva (Referências bibliográficas 1 a 9). Face ao acima exposto recomendamos sua aposentadoria por invalidez, tendo em vista o

risco de agravamento do ouvido direito que já apresenta PAIR incipiente"(fls2)

"no sentido de que o servidor não deve ser exposto, continuamente, a ambientes ruidosos, devendo ser readaptado funcionalmente em uma atividade afim."(fls6),

"... entendemos que o músico AFFA não poderá retornar às atividades normais da orquestra"(fls 9);

"o servidor [...] deverá retornar às atividades nesta fundação cultural, no Setor de Arquivo Musical - única área afim compatível com as funções de um músico - de acordo com o parecer da junta médica às folhas iniciais."(fls13)

"... esta entidade não instaurou nenhum processo administrativo onde o servidor AFFA devesse ter o direito de defesa como alegado e que a lotação ou remoção de servidores é ato de conveniência, oportunidade e eficiência administrativa, podendo o órgão público fazê-lo, como lhe aprouver, sem a aquiescência do servidor interessado."(fls 15 e 16),

"deverá Vsa. Exercer suas funções no Setor de Arquivo da ONTCS a partir do recebimento deste. Esclareço ainda que o não comparecimento acarretará em corte de ponto."(fls23),

"...sou músico contrabaixista - para isto prestei concurso público -não posso entender como, sem que me fosse garantido o mais mínimo direito de defesa - não fui sequer ouvido em qualquer processo administrativo"(fls24)

"o requerente é humilhado e punido por ter ficado surdo em decorrência de sua atividade profissional. É um total absurdo!"(fls 27)

"transparece evidente a inexistência de afinidade de atribuições entre o cargo que o requerente tem e o cargo que "na marra", tenta-se ilegalmente impor."(fls 31);

Ora, aceitando a hipótese de Mialle²⁸, que propõe a Razão , a Lógica, e o sentido de Igual, no Código Civil, como instrumentos da paz burguesa, vemos o espaço do processo estar constituído sobre um valor puramente administrativo (onde alocar o servidor?), e não moral, ou ético, ou estético, ou religioso, ou mesmo saudável, etc.. Mas de uma perspectiva discursiva está sendo produzido efetivamente aí um espaço tempo para contemplar um problema de saúde, então há uma discursividade sobre saúde que se estabelece neste processo. E um sujeito ideal que se estabelece na formulação deste espaço.

Assim, o processo administrativo pode ser considerado como uma sustentação, por parte do Poder Judiciário, da constituição do indivíduo em sujeito histórico, capitalista, neo-liberal, universal. Ou seja, a “forma-sujeito” do reclamante não “reconhecendo” os resultados da força-material da ideologia sobre a prática de um outro consigo, recorre à Instituição para sustentar seu espaço de subjetividade, de prática política, e para obter um reconhecimento do outro e de si pelo Sujeito. Neste caso, o desenvolvimento do processo remete o sujeito reclamante à posição de indivíduo assujeitado à "conveniência, oportunidade e eficiência administrativa", o que de certa forma o reconhece como funcionário sem o reconhecer como músico, e cria um efeito discursivo corrosivo sobre a prática do profissional. De certa forma, podemos dizer que se trata de uma quadro de medidas que apaga o sujeito, sua presença, seu processo. E instala um processo que versa principalmente sobre uma instituição incomodada com a presença de um funcionário em seu ambiente de trabalho.

Um processo de lesão irreversível da audição deste funcionário por incompetência administrativa, devido às medidas encaminhadas neste espaço jurídico-

²⁸ “Si l’idéologie dominante de la classe esclavagiste fut, en Europe occidentale, une idéologie

administrativo, passa a significar a realocação de um funcionário "rebelde". O que culmina em sua aposentadoria. Outra problemática, outra posição sujeito, outro quadro são construídos a partir das linhas do espaço jurídico. A questão inicial é substituída, e apagada neste outro enquadramento.

Pêcheux (1975:170) nos explica:

“ Vê-se, assim, que o efeito do real sobre si mesmo, na medida em que ele produz aquilo que chamamos a “forma-sujeito”, fornece-impõe a “realidade” ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento, forma da qual a ficção – tal como a examinamos há pouco – representa a modalidade mais “pura”. Não causa surpresa o fato de que – em função do que precede – esse desconhecimento seja fundado sobre um reconhecimento, caracterizado por L. Althusser como:

“reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo”.”

Então, a nosso ver, a prática processual jurídica sustenta materialmente a realidade da forma-sujeito político-administrativa, e permite que o indivíduo realize uma perífrase. Uma pontuação distinta da pontuação proposta pela psicanálise por exemplo. Neste caso, o indivíduo se reconhece cidadão (ou proletário? servidor?), no caso funcionário “portador” de direitos e deveres, interpelado por um órgão público que funciona “como lhe aprouver, sem a aquiescência do servidor interessado.”. Enfim este sujeito que se reconhece funcionando ideologicamente como cidadão de uma República capitalista semanticamente estável, onde as relações de produção estão idealmente asseguradas, é colocado no processo no espaço de formulação institucional que o interpela como servidor com deveres a cumprir, com um principal: sair da cena do teatro das consciências do espaço administrativo. Um “sujeito saudável”.

religieuse, l'idéologie de la classe bourgeoise est une idéologie juridico-politique.” - citação do

Nesta relação, a produtividade possível deste servidor é a de não afetar o espaço administrativo, e sanitário de seu ambiente de trabalho. Não estar mais lá, não se presentificar como uma pista da má administração, mudar de profissão e de função na própria instituição para apagar quaisquer vestígios. Não sendo possível realizar este apagamento dentro da instituição, a aposentadoria vai funcionar como solução para produzir esta ausência necessária.

4.4.1 A prática discursiva do Juiz

O papel do juiz aí é - como já propusemos - uma posição-sujeito-administrativa de poder na hierarquia jurídica. Trazemos uma imagem pertinente de Foucault (idem), da disposição da justiça popular, para posicionar o juiz que trabalhamos aqui.

“Uma mesa; atrás dessa mesa, que os distancia ao mesmo tempo das duas partes, estão terceiros, os juízes; a posição desses indica primeiro que eles são neutros em relação a uma e a outra; segundo, implica que seu julgamento não é determinado previamente, que vai ser estabelecido depois do inquérito pela audição das duas partes, em função de uma certa norma de verdade e de um certo número de idéias sobre o justo e o injusto; e terceiro, que a sua decisão terá peso de autoridade. Ora, creio que essa idéia de que pode haver pessoas que são neutras em relação às duas partes, que podem julgá-las em função de idéias de justiça com valor absoluto e que as suas decisões devem ser executadas vai demasiado longe e parece muito distante da própria idéia de justiça popular.”(p.45)

Para refletir sobre a posição discursiva desta posição de juiz, trabalharemos com o texto de Miaille. E esperamos compreender em que sentido a Análise do Discurso tal como a desenvolvemos no Brasil pode auxiliar a análise da prática jurídica, entendida aí como prática discursiva.

Nos diz o autor,

“Ces deux prises de position, apparemment irréductibles et fréquemment présentées comme telles, nous renvoient cependant à une conception purement et profondément empiriste de la connaissance: la science du droit être extraite, tirée de “faits” qui sont extérieurs au sujet-qui-connaît, que ces “faits” extérieurs soient constitués par Dieu, la Raison, la Nature ou la Société.”

(285)

Miaille nos conta, ao longo de seu texto, como o sentido de ordem historicamente organiza a origem do Direito, e se desloca de Deus, para o Homem (a Razão), paralelamente para a Natureza, e enfim para a Sociedade. Segundo o autor, tratam-se de fontes autônomas, que asseguram de alguma maneira a origem da prática jurídica, sem explicar o seu porquê. Ora, sabemos que a busca pela origem é uma prática do conhecimento idealista, e aí vemos um batimento intrincado entre a discursividade religiosa e a científica nos sentidos de Deus e Natureza, Homem(Razão) e Sociedade.

Explicamo-nos: na compreensão de mundo cristã, e até onde sabemos o conhecimento no Ocidente é fortemente marcado por esta discursividade, a Natureza representa as criaturas de deus, que é o criador. Com exceção do homem, que tem a Razão, ou o arbítrio, todas as criaturas de deus seguem sua lei. No caso da Sociedade, que é “criação” humana (já que o deus cristão fez dois indivíduos, e não criou uma Humanidade²⁹), e da Razão, também exclusivamente humana na discursividade religiosa, tudo pode funcionar em um outro tipo de ordem. É uma outra lei possível,

que será religiosa (se tiver sua origem em Deus), lógica (com origem no Homem), natural (pela observação da natureza) ou social (pensando a noção de solidariedade que o autor aponta). A noção do que seria saudável em cada uma destas tomadas de posição discursiva certamente se modifica.. Aqui pensamos parafrasticamente na relação com o trabalho de Marion Minerbo, que a partir de diferentes leituras epistemológicas do quadro de uma paciente psicanalítica, desconstrói a noção de psicopatologia. O enquadramento da questão proposto pela posição do juiz aí por uma ou outras vias, semelhantemente ao recurso teórico ao qual o trabalho da Psicanalista apresenta, muda completamente o encaminhamento do processo, e os sentidos do processo como um todo. A posição que o juiz adota neste caso é favorável à homeostase administrativa e promove o afastamento do sujeito, aposentando-º

O que vemos aí é uma relação tensa entre propostas de sociedades divinas, ou ordenadas pela Norma fundamental de que nos fala o autor, originadas em Deus ou nas leis da natureza (um efeito de Deus), e sociedades humanas, ou ciências jurídicas, originadas na Razão humana ou na Sociedade (em última instância, um efeito da Razão). A proposta da sociedade administrativa, originada na instituição, buscando como norma fundamental a manutenção do *status quo*, não foi cogitada pelo autor. Mas no caso deste processo de saúde no trabalho, é ela que se apresenta silenciosamente como saúde possível para estes sujeitos.

4.4.2. Deslocamento

A nosso ver, o autor em sua caminhada histórica se mantém preso ao efeito de realidade das discursividades em questão, na medida em que a crítica não se desloca

²⁹ no máximo podemos dizer que ele propôs a dois indivíduos uma célula da sociedade (família.).

do espaço de conhecimento ideal. Daí insistirmos, no início, que a condição de produção material do conhecimento jurídico e da prática jurídica é o pensamento ideal. E neste caso o ideal é se livrar do sujeito, que ao longo do processo vai se materializando como evidência de um ambiente insalubre, insalubridade esta apagada continuamente para se construir o teatro da relação da instituição com um funcionário incapacitado. O motivo desta incapacitação, como já apontamos, fica cuidadosamente de fora do processo.

Insistimos que, na Análise do Discurso, nosso esforço está em deslocar a propriedade desta questão e trazer para discussão uma crítica de entremeio.

Diz Mialle: "c'est précisément sur la nature de ce "lieu" où se trouve le droit, caché à l'oeil "naïf", que vont diverger les courants doctrinaux" (285). E aí lemos que há um Direito que atravessou a história, que a discussão se dá sobre o que ele é, e não se pergunta em momento algum SE ele realmente é. Para nós, achar que algo existe além e independentemente trata-se de um efeito ideológico elementar e necessário, do qual podemos nos servir para levar adiante a discussão crítica através da AD. Aqui o pensamento idealista chega a uma aporia. E nós continuamos junto com o Barão de Münchhausen. Continuamos a buscar compreender no silêncio que se cria para evidenciar a noção de Direito funcionando historicamente. Mialle propõe que o que está escondido ao olhar incauto é a noção de Direito. Para um analista do discurso é a possibilidade de pensar uma noção "escondida" o que salta aos olhos. A imagem do Barão se erguendo das águas pelos cabelos retorna para contemplarmos uma tecnologia de linguagem que se sustenta na relação histórica, para que Direito seja legítimo no tempo, e signifique no silêncio. Assim, percebemos que não é só com a noção de saúde que podemos utilizar a compreensão discursiva de tecnologia de linguagem. A noção de "direito" também se apresenta discursivamente no mesmo

quadro de formulação silenciosa. O que abre a perspectiva de compreender a formulação no silêncio de noções, que funcionam popularmente, e em geral, como sentidos evidentes a todos, espacializando sujeito e sentido. Mas que de fato têm uma fluidez e maleabilidade em sua significação difíceis de serem apreendidos fora do espaço discursivo de análise.

Nos diz Pêcheux, “Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. (1975:160).

E justamente a partir do hábito, a formulação pode se dar no espaço e com o sujeito que significam no silêncio. Penso neste caso a noção de “retomada do jogo”, como Pêcheux a utiliza, em relação com a metáfora do jogo de xadrez em Saussure, e a partir das linhas da imagem de Vitruvius, diria que realmente é na formulação lingüística que está o dispositivo de retomada do jogo, mas é no silêncio constitutivo que se posicionam e significam sujeito e tabuleiro. A espacialização do sujeito (retomando Vitruvius) na língua, só é possível nesta relação de valores em virtude da presença silenciosa do tabuleiro de xadrez, e de um jogador silencioso que retoma o jogo a cada formulação. Assim nosso trabalho, se delineia como uma busca deste tabuleiro e deste jogador nas significações possíveis de saúde. Uma busca no silêncio, pelo silêncio do sujeito e do espaço das discursividades analisadas.

“o que não é, não é. “
(Eleatas)

O Direito, assim como a Justiça, ou a Saúde, não é. Não é uma entidade, ou um ser. Há no entanto uma abertura para considerá-lo, dependendo da pergunta do analista, como sentido, como dado ou como fato. O Direito, no nosso caso, pensando

a partir da tecnologia de linguagem como a estamos compreendendo, é uma noção fruto do efeito Münchausen, efeito sustentado, hoje, pela instituição jurídica do Estado, prática discursiva que constitui sujeito e espaço próprios, legítimos, ideais.

Compreendemos as noções de Direito, ou Justiça, práticas que se sustentam fantasticamente como a imagem das duas mãos que desenham uma a outra e permitem assim, de acordo com nossa leitura, a constituição das linhas do tabuleiro em que é possível se configurar o papel da “retomada de jogo” político, como diz Pêcheux.. E, justamente por se tratar de uma retomada de uma recorrência, o efeito de realidade da noção se estabiliza, o que permite compreendê-la historicamente como polissêmica, com um funcionamento de significação específico no silêncio. Assim no caso do jogo político retomado neste processo, a direção é a de estabilizar as práticas administrativas, e não de zelar pela salubridade do ambiente de trabalho desses músicos. A nossa questão, como dissemos, procura compreender a constituição deste espaço-tabuleiro, linhas, contornos e sujeito produzidos no silêncio, na constituição discursiva da noção.

O Juiz de Direito, para Miaille, é uma posição-sujeito, que propõe uma hermenêutica, que tem seus princípios internos, suas linhas e normas próprias, um autor capaz de criticar o sistema jurídico. Miaille pergunta: “Qu`est-ce que les auteurs antiques entendent par justice?” (295/296). E pergunta o que se deve entender por justiça hoje. E como entender o encaminhamento jurídico deste processo? De que posição esta forma-sujeito administrativa dá sentido ao mundo e é significado por este mundo constituído neste espaço-tempo do processo? Na medida em que um autor não é um ponto de partida, mas um efeito histórico, seria talvez mais produtivo, já que atravessamos esta aporia do idealismo, perguntar de que posição Miaille lê o arquivo dos autores antigos e sua noção de justiça. E transversalmente

perguntar qual a noção de funcionário neste exemplo analisado? Qual a possibilidade real de saúde para este funcionário instalado nas FDs deste processo?

Miaille diz ainda, “Ce n’est pas à partir de l’expérience de la nature tant physique que sociale que le droit sera decouvert et défini, mais à partir de la nature humaine, “mère du droit naturel”. Le droit naturel émane des principes internes de l’homme.” (298) e isso habilita o juiz, o cidadão, a sociedade (que é humana) a pensar o Direito, concordar, discordar, opinar sobre ele. Votar a respeito de artigos, votar por uma nova constituição, etc. E Pêcheux nos lembra, que é a “Dupla face de um mesmo erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como idéias e não como forças materiais e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas “constituem indivíduos em sujeitos”, para retornar à expressão de L. Althusser.” (Pêcheux 1975:129).

É aí que para nós a posição-sujeito do Juiz de Direito deve ser crítica e refletir sobre si mesmo. A Razão a-histórica, a Natureza aberta ao bom observador sincero, o respeito à moral, às regras de Deus, ou mesmo a função prático-social do Direito são apenas efeitos da filiação a discursividades que fazem parte da memória do Ocidente, e se constituem em relação tensa ao dar sentido ao que estamos chamando de prática jurídica.

Neste sentido o trabalho de Michel Pêcheux abre um espaço conflituoso para a reflexão em que é possível deslocar a aporia histórica destas questões, efeito do idealismo, para uma reflexão materialista que considera o espaço simbólico aberto, na relação de produção, e permite que a história faça sentido e flua.

4.5. Crítica de entremeio

"Não se trata aqui de evocar, em geral, "o papel da linguagem" nem mesmo "o poder das palavras" deixando incerta a questão de saber se se trata do signo, que designa alguma coisa para alguém, como diz J. Lacan, ou se se trata do significante, isto é, daquilo que representa o sujeito para um outro significante (ainda J. Lacan). É claro que para nossos propósitos, é a Segunda hipótese que é boa, porque nela é que está a questão do sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é "preso" nessa rede - "nomes comuns" e "nomes próprios", efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. - de modo que o sujeito resulta desta rede como "causa de si" no sentido espinosano da expressão."(Pêcheux, 1975:156-157)

Uma proposta crítica interessante, a nosso ver, seria constituir um lugar de entremeio de discussão da prática discursiva que é a prática jurídica na relação com a noção de saúde. Na medida em que for possível deslocar filosoficamente e cientificamente estas questões para um campo discursivo.

Neste estudo, percebemos que podemos considerar a posição dos sujeitos participantes de um processo como uma forma-sujeito administrativa. Lemos em Miaille, por exemplo, uma evidência desta constatação: "Autre chose est de critiquer, le droit positif au nom d'un droit idéal: en ce cas, le juriste abandonne le terrain scientifique sur lequel il doit se placer et redevient citoyen." (322). Neste caso percebemos um jogo entre duas formas-sujeitos, sustentadas por diferentes instâncias, a do cidadão e a do juiz. E se é possível deslizar de uma subjetivação para outra, como diz o autor, estamos certamente trabalhando sobre filiações de subjetivação.

No caso deste processo a insistência do requerente em se dizer músico da Orquestra Sinfônica, em tensão com a discursividade do processo que o considera funcionário da Fundação Cultural do DF, é o que abre o espaço de litígio e a nossa

entrada analítica. São as linhas horizontais e verticais que dão a medida deste sujeito em seu espaço profissional que estão em litígio. Qual a medida, qual o espaço, qual o sujeito efetivamente em questão?

O processo culmina na aposentadoria do funcionário e no evidenciamento da incapacidade profissional do músico exercer sua profissão neste espaço institucional. Ou seja, percebemos que a instituição vai fazer significar o "funcionário", mas não o "músico". A instituição não suportou lidar com a posição fundante do processo, que é a posição da perda auditiva por excesso de pressão sonora em ambiente de trabalho voltado para a produção *musical*; os sentidos ligados às condições necessárias para manter e melhorar as condições de trabalho de uma equipe de músicos são apagados. Todos são interpelados na posição indistinta de funcionários públicos. Uma tomada de posição que evidencia uma falha nas relações administrativas para com as necessidades do ambiente da orquestra. Uma interlocução que se mostra insuportável para a instituição pública. Uma tensão entre posições-sujeito.

No entanto, é necessário ficarmos atentos ao espaço de interpretação, uma vez que este deslize entre as posições-sujeito não é nem uma mudança exata, nem um deslocamento premeditado. Pêcheux diz, "O poder de mise en scène, o efeito "poético" que faz assistir à cena, tem, pois, como base a condição implícita de um deslocamento das origens (do "ponto zero" das subjetividades), deslocamento do presente ao passado, acoplado ao deslocamento de um sujeito a outros sujeitos, que constitui a identificação." (Pêcheux 1975:168). A discursividade jurídica – como o exemplo de Miaille – se sustenta, e sustenta sua prática sobre este efeito de identificação, que, para nós, é possível romper no processo de análise – com a metodologia da AD.

Embora nossa proposta não seja trabalhar sob o efeito "do ponto zero das subjetividades", cremos que seja importante levá-lo em consideração e deslocá-lo,

para que a produção intelectual dos analistas do discurso seja produtiva para os profissionais destas áreas afins e para a compreensão de um trabalho pelas superfícies discursivas disponíveis. Trata-se de um esforço de compreensão da posição discursiva da noção de saúde na relação administrativa e da interpelação ideológica que a constitui.

V. Da natureza da noção de saúde

1. história dos encaminhamentos

Em nossa proposta de reflexão buscamos compreender o processo discursivo de produção das superfícies do discurso sobre a saúde, articulado fundamentalmente com as relações entre a produção de conhecimento, a divulgação, a política de saúde e a indústria do consumo, pensados como efeito discursivo de noções formuladas no silêncio. Tomando inicialmente a hipótese de que a ciência, na cultura ocidental, realiza a mediação de sentidos entre o Estado e a sua população, ou seja, exerce um trabalho político, chegamos à percepção de que há uma circulação pública que promove um conhecimento do que possa vir a ser "saúde" no espaço social. Circulação relativamente difusa, que se torna possível em vista da natureza de significação deste objeto. Uma vez que "saúde" significa no silêncio.

De fato, a escolha metodológica de analisar discursivamente uma *noção*, nos projeta para instâncias de análise distintas das análises que têm seu objeto enunciado, o que permite a análise de sua formulação e derivas de suas ocorrências. O esforço de analisar uma noção abre toda uma dimensão de relações de sentido em funcionamento, e são estas as relações que viemos observando e analisando nas discursividades da lei do SUS, das TIs, da Neurolingüística, da Arquitetura, da Psicanálise, das TLs, e do Direito até agora. A possibilidade de lidar com as dependências funcionais da significação de "saúde" e suas concatenações abriu um espaço de compreensão do funcionamento discursivo fundamental, na medida em que pudemos compreender a dinâmica do que chamamos de "tecnologia de linguagem". É

nosso interesse aprofundar esta discussão das dependências discursivas funcionais, sendo este estudo um esforço inicial na direção de operacionalizar esta discussão.

Nesta circulação, que em última instância pode ser compreendida como o efeito do espaço - e da "métrica ideal" deste espaço - compreendidos discursivamente, formulados em consonância com a formulação do sujeito, posta no jogo de valores da língua, é importante compreender como funciona o discurso da saúde, ou melhor, os discursos de saúde que interpelam o indivíduo no Brasil hoje. Ou, de uma perspectiva mais ampla, quais as condições de produção dos sentidos da noção de saúde, e de "subjetividades saudáveis".

Para tanto, a discussão sobre alguns efeitos das políticas públicas relacionadas à saúde consideradas internacionalmente como modelares realizadas no Brasil se apresentaram para a análise de maneira pertinente. Principalmente quando vemos um intervalo no jogo que se estabelece entre o que acontece aqui e o que é dito lá fora. Esse efeito de formulação "para inglês ver", como dizemos comumente, aponta para um jogo de formulações que se distingue do espaço efetivo de significação das noções de saúde. Então, além da produção do sentido dessas noções funcionar constitutivamente no silêncio, temos um recobrimento de significações no silêncio, em que o espaço de relações de força promove a censura dos sentidos próprios ao bem-estar dos brasileiros. Um silêncio silenciando o outro.

Nossa discussão se encaminhou para o estudo discursivo que nos permitiu formular o que seriam as tecnologias da linguagem. O que reflete sobre recursos discursivos de estabilização de uma noção no espaço público, a partir de um esforço de compreensão e adaptação do que seria, neste caso, uma proposta do estudo da propaganda (1975) como Pêcheux a propõe, considerando, no entanto, a possibilidade de formulação dos sentidos no silêncio.

Ocorre que como nossa proposta inicial era produzir uma reflexão sobre o imaginário de saúde da discursividade da prevenção à AIDS, buscamos compreender as filiações aos sentidos de ciência e de sociedade em jogo na campanha de prevenção [da AIDS], compreendida aqui como “discurso didático” (cf. Orlandi). No entanto, o fato incontornável de que não há noção de saúde formulada, que esteja disponível nas campanhas de prevenção nos fez rever nossa posição e partir para a empreitada de analisar as condições de significação de saúde no silêncio. Parafraseando Ana Targina (2000), em sua análise do funcionamento dos centros de saúde nas comunidades do interior, “a saúde não existe”.

Mesmo sem existir positivamente, há uma circulação difusa desta noção, que só é possível de ser percebida quando nos debruçamos sobre diferentes análises, como o fizemos. A tarefa se assemelha à de Sísifo para um lingüista que se baseia em ocorrências na língua. Nosso herói condenado a empurrar uma pedra da planície para a montanha, vê a pedra rolar de volta quando chega ao cume, e o trabalho precisa recomeçar na planície novamente. No caso de nosso lingüista, preso teoricamente a uma filiação exclusiva ao espaço de formulação, no momento em que tocaria realmente as questões da significação do que poderia ser compreendido como o não-dito, vê sua reflexão retornando para seu corpus “tangível”, em vista da força de seu quadro teórico. E, impossibilitado pelos seus operadores formais em manter a discussão neste patamar, ele é obrigado a retornar para o espaço da formulação.

Graças ao trabalho de Orlandi (1995), é possível realizar análises que situam sua questão em significações silenciosas; e é completamente plausível para um analista do discurso trabalhar com questões desta natureza. O que vemos como ganho imediato é a compreensão de que os silêncios podem ser analisados em sua materialidade, e que o estudo dos processos de significação são possíveis através desta

teoria e metodologia. Quando Pêcheux diz que o não-dito precede a asserção, ou quando Orlandi formula as noções de silêncio fundador e silêncio constitutivo, esta possibilidade se presentifica e funciona em nosso texto. E vemos, ao longo de nossas análises, uma aproximação real do que consideramos grosso modo "intangível", a partir da teoria e metodologia da Análise do Discurso.

Consideramos assim que a possibilidade dos sentidos de saúde são amplas e presentes como nos aponta a lei 8080, e que estão funcionando na significação discursiva de espaços e sujeitos. Assim, nossa hipótese de trabalhar com a noção de saúde no espaço público, muda completamente de figura. Inicialmente formulada como um trabalho do tipo: IA(A), IA(P), IA(B), onde “A” é a posição-sujeito que propõe uma prática de prevenção, “P” é a imagem da prevenção, e “B” é a posição-sujeito que deve se prevenir e permanecer saudável. A análise passa a se organizar para compreender a ausência da formulação nesta discursividade. O que é um ponto de impasse muito delicado: ou enfrentar que seu objeto não está formulado, e tentar produzir um caminho para compreendê-lo, ou se debruçar sobre o que está já presente e acessível no corpus.

Na medida em que pensamos a discursividade da prevenção como uma intervenção na constituição dos sentidos da prática da cidadania brasileira, ou quando a discursividade da campanha mobiliza tão fortemente a prática social, não é possível simplesmente referir-se à neutralidade científica, ou ao marketing. Neste ponto, os instrumentos teóricos se mostraram fundamentais. Nosso objeto de reflexão portanto se configura na direção de compreender a prática política proposta pela campanha de saúde, nesta circulação difusa, característica de um discurso de saúde *default* (utilizo a noção *default* aqui como operador analítico, que evidencia no corpus a presença de sentidos no silêncio).

A questão latente a este trabalho, como já dissemos tem sua raiz no meu trabalho de Mestrado, que depois de lidar com sentidos de prevenção, doença e pandemia, me interessou compreender quais seriam os sentidos de saúde. Assim, a análise que pretendíamos, que seria encontrar os sentidos de saúde presentes na campanha de prevenção à AIDS se mostrou inicialmente inviável. De fato, a análise só se tornou possível depois deste percurso, uma vez que as questões foram se organizando em uma direção de sentidos própria. E um esboço desta compreensão, ou deste desejo de compreensão realizado com os operadores formulados ao longo deste percurso, se encontra como excerto deste estudo.

É explícito que não há campanhas de saúde, há campanhas de prevenção a doenças. E a discursividade da prevenção, como não poderia deixar de ser, gira em torno das condições de produção da doença, em geral. Assim, assumi que seria possível trabalhar com **o estudo da constituição de superfícies discursivas**. Comecei a buscar esta constituição discursiva e me deparei com diversas campanhas públicas que apontam para uma discursividade do bem-estar do sujeito. E elas têm um traço comum, que é não formular este objeto como objeto. Mas sim trabalhar seu funcionamento a partir de evidências de lembretes, "lembretes ideológicos" como diz Orlandi.

Particularmente o que me chamou a atenção foi uma "campanha", que não se configura formalmente como campanha de saúde, mas que tem traços fortíssimos deste objeto: a campanha para consumo de tecnologia de informação que nos avassala atualmente. De fato, pensei a "campanha" a favor do consumo das tecnologias da informação como um "avesso" da de prevenção à AIDS. Enquanto uma diz previna-se, é sua vida em questão, a outra diz consuma é sua chance de se sentir vivo. Assim, vemos os traços de universalidade, de "epidemia" e de urgência em ambas.

Curiosamente, as tecnologias de última geração nos dois casos advém da mesma região econômica. No avesso da doença há a produção discursiva de um espaço de circulação de sujeitos *default*, que analisamos na perspectiva discursiva, a partir da compreensão do "informacionalismo" de Castells.

Na tensão com a formulação das Tecnologias da Informação, propus uma noção chamada Tecnologia de Linguagem. A partir daí, a direção deste estudo muda de foco epistemológico e passa a se debruçar sobre o que é possível compreender discursivamente sobre o processo de significação de sujeito e espaço "saudáveis", e estabilização dos sentidos de saúde. Neste esforço, o encaminhamento da necessidade de articulação - e por vezes de formulação - dessas noções e operadores teóricos a partir da Análise do Discurso vai se mostrando como uma necessidade formal que permite avançar a discussão.

Diferentemente de uma conclusão que fecharia este estudo, esta abre a discussão. Com um percurso de reflexão que já nos permite formular alguns parâmetros do que poderíamos compreender como significação de "saúde", com a teoria e metodologia da AD, trazemos em seguida um jogo de contrastes. Como é perceber uma tecnologia de linguagem que agencia sujeito e espaço "saudáveis" de uma das perspectivas que o estudo do discurso permite. As direções possíveis, para o desenvolvimento desta análise contrastiva, são tantas quantas forem as perguntas do analista. As minhas questões, ao longo do trabalho, foram se configurando: "o que é saúde?", "como saúde significa?", "como operacionalizar uma análise discursiva da noção de saúde no silêncio?", "qual a formulação possível para "saúde" (ou para o discurso *default*), a partir do estudo da teoria e metodologia da Análise do Discurso?", "como podemos contribuir com o estudo da linguagem para outras áreas de conhecimento?". A análise contrastiva que proponho vem justamente para dar a ver

as distinções entre as formulações e as utilizações das noções de "língua" e "linguagem". Porque embora estejamos todos falando da mesma "coisa"("língua"), este objeto é outro dependendo de seu agenciamento teórico-metodológico e da direção da pergunta do cientista. Retomando, portanto, a questão da análise contrastiva, a minha questão principal aí é como deixar clara a distinção entre a compreensão discursiva da linguagem, com a qual trabalhamos, e o agenciamento realizado por estas outras regiões de saber em que a linguagem participa, mas com um papel epistemológico distinto. Em outras palavras, como trazer para o debate o fato de que não estamos falando do mesmo? Que embora a operacionalização teórica e técnica seja outra, ainda assim falamos, de certa forma, do mesmo? A proposta da análise contrastiva surge aí.

Assim, proponho em seguida algumas maneiras de compreender a questão das Tecnologias de Linguagem no ambiente eletrônico, com uma proposição de compreensão discursiva da produção do espaço e sujeito saudáveis, em contraste com o ciber-sujeito e o espaço virtual, tão em voga hoje, das Tecnologias de Informação. Mais adiante trago novamente a noção de Tecnologias de Linguagem propondo compreender como poderíamos pensar discursivamente espaço e sujeito saudáveis em contraste com as tecnologias que formulam paciente e consultório em Freud. Como excerto, apresento uma busca da compreensão discursiva do funcionamento do sujeito saudável no espaço eletrônico.

1.1. Tecnologias de Linguagem e Línguas Imaginárias

As novas tecnologias, as tecnologias da informação, ao serem consideradas meras transmissoras de informação apagam a materialidade das relações de linguagem presentes.

Entre as propostas deste estudo estamos deslocando a compreensão do ambiente eletrônico da internet da perspectiva da tecnologia da informação para a perspectiva discursiva de uma tecnologia de linguagem. Para nós, as novas tecnologias, todas fortemente ligadas à idéia de "transmissão de informação" estão relacionadas necessariamente à proposta que Pêcheux, 1975, traz quando diz que o discurso científico (das ciências da computação, da química e farmacologia, da psicologia, etc.) produz um discurso técnico (objetos tecnológicos, fármacos, computadores, pagers, pacientes), discurso esse que poderá funcionar historicamente como instrumento de administração dos sujeitos. Ocorre que o espaço além de ser linguagem, sofre os efeitos desta circulação de sentidos em massa. Como vimos ao longo do trabalho, o que modela o dizer possível nas superfícies discursivas de saúde do espaço público, que produzem este senso-comum de práticas de saúde, são as noções de saúde funcionando no silêncio. As noções, sustentadas institucionalmente, elaboradas a partir de tecnologias de linguagem.

Em um sentido mais amplo, justamente por não se dizer neste espaço, as tecnologias de linguagem interpelam o indivíduo em uma espaço-temporalidade que chamo de **superfície pública da discursividade da saúde**. Digo superfície pública, uma vez que o consumo e utilização das tecnologias da informação se espacializa sem se restringir, por exemplo, ao espaço do consultório, ao espaço acadêmico, à relação com um processo jurídico, etc.. Trata-se de uma prática que se espacializa exclusivamente na relação com o investimento econômico, na direção dos sentidos de

acesso e troca de informações, o que em nossa sociedade pode ser considerada uma dimensão pública neste momento.

Ao pensar as tecnologias a partir da Análise do Discurso, é necessário pensar a relação do sentido da discursividade científica, seus desdobramentos administrativos e a circulação das evidências dos sentidos e de suas práticas publicamente. Neste caso tudo isto precisa ser pensado em relação a dois silêncios, um imposto pela nossa história de colonização, e outro próprio à natureza de nosso objeto.

Desta forma compreendemos a produção tecnológica disponível hoje como uma linguagem do espaço público. Não é o caso de dizer, no entanto, que a "tecnologia da informação" é esta linguagem. Pelo contrário, é justamente o apagamento recorrente da presença da língua na "informação" que temos um efeito de produzir no espaço público, a falha do simbólico, digamos, como o grande sintoma da discursividade contemporânea sobre tecnologia em geral. Desde a tecnologia dos cosméticos, e emagrecedores, dietéticos, diuréticos, academias, spas, etc. como nos mostra Minerbo em "A empadinha", "Creme e castigo", etc., apontando para um corpo perfeito e impossível, também as tecnologias da informação apontam para uma comunicação total, presente, em que nenhuma informação "se perde", onde tudo está disponível. Ora esta perfeição, gerada no efeito do Barão, como já dissemos, tem como principal efeito, nesta nossa abordagem dos funcionamentos dos sentidos de saúde, a produção do efeito da perífrase no espaço público.

Um discurso administrativo difuso circulando no espaço público que constitui e ao mesmo tempo interpela em *quantidade* (cf. Orlandi), produzindo uma prática discursiva que organiza historicamente uma posição possível para o sujeito urbano saudável. Assim, o dicionário, a arquitetura, a pintura, o wap, a internet, a psicanálise, os eletrodomésticos, os cosméticos, os produtos diet e mesmo a constituição do

sentido de natureza como matéria prima são discursos que apontam para uma tecnologia de linguagem, que produzem superfícies discursivas, que estão na história, que nos interpelam e nos constituem na relação de sentidos no possível de nossa realidade. Assim, diríamos, compreender o sujeito saudável no mundo, a partir de uma perspectiva da lingüística, é compreender como se dá este efeito de sentido na prática das tecnologias de linguagem. A perífrase no espaço público tangencia a discursividade do marketing para significar em silêncio, e no efeito fantástico de estabilização de formulações, produz discursivamente recorrências destas significações intangíveis. É neste espaço silencioso que o cidadão se filia para significar. É a partir destas evidências, lembretes ideológicos, funcionamento perifrásticos que o sujeito pode se dizer "cidadão", "integrado", "moderno", um sujeito saudável circulando no espaço público. É aí, na circulação dos sentidos no espaço público, que encontramos de fato o espaço de formulação do sujeito ideal "em quantidade".

Quando a Análise do Discurso se debruça sobre os efeitos do conhecimento científico, sua produção, seus instrumentos e métodos, as políticas públicas que daí decorrem, a produção tecnológica, as condições de produção dos sentidos do espaço público, etc. o que é possível compreender? A partir do entremeio, sem trabalharmos sob a evidência da "tradução" de um discurso a outro, pensando a partir de uma disciplina da interpretação, a tecnologia da linguagem se coloca para nós como o efeito de estabilização do que compreendemos como língua imaginária. Nos diz Orlandi, sobre as línguas-imaginárias, "são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias." (Orlandi & Souza, 1988:28). Portanto, a tecnologia de linguagem é, de fato, uma engenhoca discursiva

produzida pelas línguas-imaginárias, que permite que sujeito e espaço "saudáveis" signifiquem.

Ora, as novas tecnologias (tecnologias da informação) visivelmente são produto de línguas imaginárias (linguagem de programação) funcionando em materialidades de silício, de energia, e em rede. Elas estabilizam os sentidos de informação e da necessidade de ter acesso à informação, em quantidade. O investimento dos Estados Unidos (instituição) na produção de línguas imaginárias, e de seus suportes eletrônicos (computadores, celulares, eletrodomésticos inteligentes, etc.) que vão estabilizar mundialmente a noção de informação tem um efeito sobre o real. Produzem silenciosamente espaço e sujeitos, linhas de medição e de formulação deste quadro ideal. Saúde pública.

Essas línguas-imaginárias como uma norma, por exemplo, presente nas gramáticas, circulam em diferentes teorias lingüísticas em diferentes modelos. Nos atendo ao nosso exemplo, a gramática pode ser um livro na estante, uma referência de consulta, um tesouro do conhecimento sobre a língua, um programa utilitário para computador, uma evidência histórica da unidade identitária nacional, um artefato da política lingüística, um elemento detectável no tecido cerebral, um processo cerebral não localizável, uma intuição inerente ao ser humano, um processo que evidencia saúde mental, etc. Enfim, os objetos de estudo sobre a normatividade lingüística se constituem como efeito de evidência da interpretação realizada em cada caso, se fixam e partem daí, da própria materialidade da posição da norma, situada na pergunta do pesquisador, para uma discussão sobre a natureza da "norma" como objeto real já ancorado na instituição que este funcionamento discursivo produz.

Isto nos leva a considerar que o lugar da materialidade (Orlandi 1999) do sentido é um tipo de real, a partir do qual a ciência, os administradores, a sociedade,

ou mesmo o sujeito urbano podem organizar e produzir conhecimento, análises, artefatos, que mais tarde poderão funcionar na evidência das campanhas de saúde no espaço público. Fundamentalmente os silêncios presentes aí vão constituir os espaços, e os sujeitos possíveis para esta discursividade e, ao considerarmos este fato em um funcionamento que poderíamos compreender como uma língua imaginária silenciosa, é possível perceber que os silêncios de fato modelam o espaço público em uma direção de sentidos. E que também modelam a filiação possível para o cidadão, da perspectiva da saúde. Modelam a possibilidade de compreender e de se mover no espaço de saúde.

É exclusivamente neste retorno à materialidade do silêncio como a filiação possível para os sentidos de espaço e sujeito que podemos compreender a formulação "tecnologia de linguagem". O estudo das dependências funcionais discursivas que permitem o processo silencioso de significação da noção de saúde é fundamental, na medida em que nos habilita a encontrar, a partir das pistas discursivas do funcionamento desta noção, as significações "saudáveis" que produzem as evidências de uma dada discursividade.

Para nós, analistas do discurso, pensar a passagem de um sujeito-carbono, um sujeito biológico, um sujeito-social, ou de algo semelhante para sujeito-silício, ou sujeito-energia elétrica, ou sujeito-linha-telefônica, ou sujeito-fibra-óptica, ou o sujeito-ciber, ou sujeito-web ou wap, enfim um sujeito já-lá afetado pelas novas tecnologias não é um caminho produtivo. Mais diretamente isso significa que discutir como um cotidiano já-lá se modifica quando o sujeito "adentra" o mundo ciber, como o tempo já-lá acelera, ou como a geografia sub-sumida afeta de forma contraditória a prática já-lá anteriormente possível, traz de imediato como evidência a presença incontornável deste -lá.

Em Análise de Discurso, compreendemos metodologicamente o já-lá como memória, que não é - neste caso - o objeto central de nossa reflexão. Eu digo que, de fato, são superfícies discursivas que estão sofrendo deslocamentos parafrásticos historicamente, e que podem ser percebidas em sua evidência a partir do trabalho de produção de tecnologias de linguagem. E, no silêncio, a recorrência de sentidos vai organizar mais uma possibilidade discursiva de espacialização e subjetivação. De fato, não percebemos o surgimento das tecnologias da informação como algo inédito, ou mesmo um passo evolutivo da humanidade; para nós trata-se de um processo discursivo, produzido por uma tecnologia de linguagem, funcionando em massa, em "quantidade". Processo este que precisa ser objeto de reflexão de cientistas da linguagem. Não apenasmente de maneira a agregar o conhecimento já desenvolvido em nossa área aos objetivos da região da computação, do gerenciamento de informações, da produção de softwares, de tradutores automáticos etc. Para este seguimento de desenvolvedores de tecnologia da informação nossa participação nesta empreitada a princípio, seria o que chamo "a participação do bom amigo", que vai na direção de produzir efetivamente esta "língua universal", cada vez mais potente, mais abrangente, mais global. A exclusividade deste tipo de atitude, pensando a divisão do trabalho intelectual que se apresenta no espaço acadêmico, cria um efeito sobre as práticas de reflexão na região da linguagem. Que é o de buscar incessantemente recursos teóricos que permitam a constituição desta rede de transmissão de dados ideal, onde a língua não seja obstáculo. Ora, não é da natureza do trabalho do Linguísta realizar a disponibilização teórica para a produção de aplicativos, que produzam a evidência da ausência da língua, no ambiente eletrônico. Transformando as frestas, gretas, saliências, rachaduras da linguagem em uma parede lisa, intocável, achatada e patenteada, para dar a ver as informações (que, segundo esta

discursividade, precisam ser trocadas a qualquer custo). É lógico que interessa ao estudioso da linguagem participar desta discussão e mexer nestas relações, porém, é importante se distanciar do que eu chamaria de efeito "Poliana": Este que, por razões sejam econômicas ou históricas, o interpela a participar ingenuamente na construção de um mundo melhor, em que a comunicação em massa e "sem fronteiras" - logo a produção e consumo de produtos eletrônicos em "quantidade" - soa como o grande objetivo a ser alcançado. E a participação refletida do Lingüista é fundamental nesta grande obra técnica, que hoje se coloca - aparentemente - como um dos grandes desafios da produção de conhecimento do ocidente.

A reflexão sobre tecnologias da informação que propomos se posiciona a partir do estudo da linguagem, na relação com as condições de produção de sentido das novas tecnologias, e o funcionamento e evidências dos produtos dessas línguas-imaginárias tão em voga hoje. Assim, nosso interesse é entrar na discussão, de uma perspectiva discursiva. E propor também questões a estas evidências que discursivamente se apresentam de maneira inquestionável. Nossa posição, portanto não é a de negar esta empreitada, ou mesmo de defender a língua "natural" na contra-mão da produção exaustiva de modelos de língua "franca" e "politicamente correta", questões tão familiares ao ambiente eletrônico. Nosso interesse é manter a discussão de modo que ela permita refletir discursivamente, sobre as condições de produção e dependências funcionais do discurso e da prática das tecnologias de informação.

Retomando, de acordo com nossa compreensão, desde os computadores caseiros, a internet, o wap (wireless application protocol), ou os iMode japoneses, editores de textos, de música e de imagens eletrônicos, enfim a tecnologia de significação, vêm se diversificando e ampliando sua capacidade em duas direções

dominantes, i) a de criar o sentido de realidade com recursos eletrônicos, ii) aumentar a produtividade. Vamos pensar discursivamente estas questões:

1.2. Modelar a realidade, as línguas imaginárias

Isso é possível com recursos eletrônicos ou quaisquer outros materiais lingüísticos, na medida em que a materialidade do sentido funciona interativamente, eu diria, se justapondo ao sujeito. Ou seja, diferentemente da TV, que é resultante de uma tecnologia de linguagem, que tem como objetivo a transmissão de informação, o lazer, e que trabalha em blocos de sentido que se repetem, a qual Orlandi (Rua: 1998) chama de língua-metálica. As novas tecnologias têm como um de seus funcionamentos fundantes a noção de interatividade, a prática de justaposição de sistemas, e não a "transmissão de informações", ou seja a justaposição, a pontuação recorrente e metafórica de sujeitos e sentidos, (chamados de inter – ativos) é condição de existência desse novo objeto de linguagem. A possibilidade silenciosa da perífrase, pensada como justaposição lingüística, em uma pontuação discursiva.

Não é mais a informação que circula, nem é o sujeito e seus sentidos que navegam, como propõem os analistas que trabalham sob evidências do imaginário. O sujeito e os sentidos circulam à sua maneira por sites (lugares), fazem uma lista de seus lugares de conexão favoritos, conversam fiado (chat) com outros sujeitos navegantes, trocam correspondências, e podem montar sua página-casa (home-page) ou seu lugar neste espaço (site) gratuitamente, e isso são evidências. Este espaço público, da ordem do individual, é uma das superfícies disponíveis para a circulação dos sentidos e do sujeitos urbanos.

Ora, como sabemos não há sem-terras na interatividade, o sujeito precisa se estabelecer em um computador, e precisa circular. Ele precisa estar lá e não estar; é necessário se justapor continuamente, porque é no gesto metafórico de funcionar em diferentes regiões de sentido que este sujeito moderno pode se dizer. Então estamos chegando à construção de uma prática metafórica individual, através da compreensão discursiva de TLs. Uma prática “saúdável” no ambiente eletrônico, da perspectiva discursiva. O sujeito ideal, neste caso, é o que se justapõe continuamente, a cada novidade, a cada novo software. O consumo, se apresenta como atualização, e permite maiores quantidades de “plug-ins”, de justaposições deste sujeito e de seu espaço. A constituição deste ambiente ideal aponta silenciosamente para a noção eletrônica de um aplicativo chamado “plug-in”. Grosso modo, este aplicativo é feito para fazer um programa “conversar” com outro, ele permite que um software “aproveite” as formulações (espaços e ferramentas disponíveis) do outro. Ou seja quanto mais recursos este sujeito puder acionar, quanto mais abrangente for sua circulação e sua capacidade de formulação justaposta, mais integrado ele estará no ambiente eletrônico. E o ambiente por sua vez parecerá cada vez mais mais homogêneo e contínuo.

O espaço eletrônico não é um problema na economia que a língua-imaginária das novas tecnologias produz. Pensamos justamente na outra direção: as novas tecnologias, a nosso ver, produzem sujeito e realidade, como um fim em si mesmo (que é um fim lingüístico): a possibilidade cada vez maior de justapor metáforas e permitir assim que o sujeito se diga, se signifique “multiplamente”. Alguns detalhes deste funcionamento de ser fluente em diferentes versões e aplicações, sobre/em esta língua imaginária, aparecem como secundários ao analista que olha diretamente para o usuário do computador, e não para a superfície de linguagem que o constitui.

- A) Para este sujeito se manter "existindo", para que ele possa se dizer, é necessário pagar os custos de atualização de programas (o que não deixa de ser um processo compulsivo de justaposição metafórica), computadores, celulares, tocadores MP3, ou seja, gastos com a tecnologia viram parte integrante do orçamento, sob a pena de não se encontrar mais praticidade, ou produtividade em sua vida aqui compreendidas como a possibilidade histórica da metáfora moderna.
- B) O espaço de interatividade consome tempo e a atenção dos sujeitos, estabiliza uma relação estática na frente da máquina com a promessa da velocidade. Isso significa que para correr, surfar, navegar, receber notícias, ou recados, velozmente a inscrição do sujeito na língua-imaginária se aprofunda, e temos a recorrência, a perífrase de corrida, do ritmo moderno, permitindo que o sujeito se reconheça a si mesmo nesta superfície, que se formula no processo de justaposição. As recorrências da justaposição promovidas eletronicamente, como evidência de uma fluência eletrônica poliglota.
- C) É uma retomada do mundo, e do sujeito, semanticamente estáveis, em época de mudanças históricas tão fortes, onde está aparentemente à disposição do sujeito a possibilidade de ele se dizer em várias novas versões simultaneamente, com mais velocidade, e um novo ambiente a cada instante, é o jogo de justaposição metafórica produzindo identidade, sob o efeito de eficiência tecnológica. Um jogo de linguagem sobre a linguagem.
- D) Este jogo funciona sob a evidência da garantia de que a mudança só pode ser para melhor, um novo programa só pode ser melhor do que o anterior,

com mais recursos, mais capacidade – o que de fato é incrível, mas que simbolicamente pode ser compreendido como este jogo estruturante de justaposição metafórica entre "objetos" como a condição de produção da identidade moderna.

E) Dominar esta língua-imaginária-mãe do virtual é ter boas chances de ser bem sucedido no futuro desta dominância, não do ponto de vista do especialista da linguagem amarrado em um saber hegemônico, mas da perspectiva da fluência nos recursos disponíveis para, na justaposição, produzir múltiplos espaços perifrásticos de identidade e então poder se dizer de maneira cada vez mais rápida e metafórica. Poder virtualmente se assemelhar a qualquer um que domine e seja fluente nos jogos de justaposições destas línguas imaginárias.

A partir de uma compreensão lingüística, eis portanto algumas das condições de produção dos sentidos de um sujeito saudável, na circulação das tecnologias da linguagem, no espaço público.

1.3. A produtividade discursiva das TLs

A repetição e recorrência desses objetos potencializados pela explosão tecnológica nos interpelam nas relações de produção, nas relações pessoais, enfim, mostram o campo das práticas do sujeito contemporâneo por uma diferente perspectiva modelada pelas línguas imaginárias. É neste espaço de evidências que afirmo que as campanhas de saúde são formuladas no espaço público e a partir de tecnologias de linguagem. Por que é, como já dissemos, a partir da circulação destes discursos que será possível constituir sujeito e sentido em quantidade. Assim podemos

compreender a espacialidade da produção das campanhas de saúde como as superfícies discursivas do espaço público.

Retomando Orlandi (idem) "Assim a língua imaginária tem um retorno sobre o real: modela-o."

É aí, justamente nesta injunção, que - a nosso ver - o analista do discurso deve trabalhar metodologicamente. A política tecnológica investe fortemente na metáfora de uma extensão mais produtiva do mundo semanticamente normal do sujeito contemporâneo, imagens como cérebro eletrônico, babá eletrônica, janelas (windows), indicam a necessidade de naturalizar instrumentos produzidos a partir da língua imaginária.

Em termos simbólicos, fica explícita a necessidade de vulgarização de recursos tecnológicos para que o sujeito possa funcionar neste espaço de justaposição metafórica, e se afirmar neste novo ambiente que só o torna visível na medida em que lê produz conexões justapostas metafóricas. É na produção destas conexões recorrentes que o sujeito se realiza e pode se sentir bem, se sentir vivo, indefectível. O sujeito saudável brasileiro e uma de suas perífrases possíveis em relação às novas tecnologias.

2. Tecnologias de Linguagem: proposta de psique saudável

Nossa perspectiva, considerando a língua como o "lugar material do encontro entre inconsciente e ideologia" (Orlandi, 1988), se propõe a discutir alguns funcionamentos da constituição de objetos de linguagem a partir da compreensão do funcionamento de superfícies discursivas no espaço urbano.

Trazemos a discussão para o lugar do procedimento histórico que se apresenta como memória à produção científica quando a ciência produz – mesmo que de maneira difusa - uma noção de saúde para o homem.

A possibilidade dos estudos da linguagem proporem uma compreensão para fenômenos relativos à noção de saúde está, como já disse, intimamente ligada às condições de produção de sentido.

A questão do sentido é uma questão de interpretação e uma questão ética (Cf. Orlandi, in *Ética e Significação*). O cientista da física, da ciência da vida e o analista do discurso, ou o psicanalista, se posicionam diferentemente em relação ao que pode ser chamado de conhecimento. Para nós, é uma leitura de arquivo atravessada pela memória, e para eles, certamente, a ciência organiza outros sentidos. Nossa pergunta fundamental aí, é: como a produção do conhecimento faz circular uma noção de saúde para o sujeito? Como é agenciada, pelas instituições acadêmicas, o que estamos chamando tecnologia de linguagem.

Para avançar um pouco na questão da psique, da mente, da racionalidade, do processador de símbolos, e a relação deste objeto com a Análise do Discurso e a Psicanálise, proponho uma leitura. A leitura do texto “*Freud e Lacan*” de Louis Althusser que, hoje, nos auxilia a organizar questões teóricas para a reflexão em Análise do Discurso. Nossas perguntas se articulam em função de uma compreensão histórica da produção do conhecimento, e da constituição – também histórica - de uma prática (Pêcheux) intelectual quiçá à revelia de sua proposta teórica.

Assim, proponho através desta interlocução com o texto de Althusser, questões sobre o estatuto das noções possíveis para saúde, na formulação de um sujeito psicanalítico, na compreensão de Althusser e sobre a noção de linguagem utilizada nesta formulação. Estes elementos devem nos ajudar a compreender o que

estamos chamando de tecnologia de linguagem desenvolvida para produzir e promover a “cura” do paciente. Trata-se de um esforço, preocupado em buscar a superfície discursiva de constituição de um sujeito formulado pelo saber psicanalítico - o paciente do consultório de Freud - a partir da ciência da linguagem. Trata-se de uma necessidade de formulação de como poderíamos pensar discursivamente o funcionamento *default* de sentidos de saúde e sujeito, na perspectiva discursiva, sem desconhecer a produção de conhecimento da psicanálise e sua eficácia.

A tradução de “Freud e Lacan” com a qual trabalhamos é feita por Walter José Evangelista³⁰, o texto originariamente foi publicado em uma edição de “La nouvelle critique” de dez.jan, na passagem entre 1964 e 1965.

Em 2003, com a metodologia da Análise do Discurso, pensada fundamentalmente por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, vamos arregimentar noções que nos permitam lidar com a descoberta de Freud, mais precisamente com a noção de inconsciente e de língua da Psicanálise, de maneira que possam ser compreendidas e mobilizadas pelo Analista do Discurso em sua prática.

O texto de Althusser é especialmente interessante já que na Análise do Discurso várias noções têm como ponto de partida a formulação deste autor. A leitura tanto de Althusser, como de Freud, ou Lacan, de um diferente campo teórico (AD), e de um diferente momento histórico vai modificar o discurso disponível (cf. Orlandi) para a prática de leitura do texto. É sobre esta mudança que gostaríamos de trabalhar aqui.

No início do texto, Althusser diz que para compreender a descoberta revolucionária de Freud é necessário ir além dos preconceitos ideológicos que nos separam de Freud. Sua descoberta, foi “reduzida a disciplinas que lhes são, em sua

essência, estranhas (Biologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia)(...)” (p.48). Althusser diz que retornar a Freud impõe um trabalho tríplice de crítica ideológica: 1)recusar a camada ideológica de sua exploração reacionária, 2)evitar cair nos equívocos sustentados pelos prestígios de algumas disciplinas; 3)consagrar-se a um trabalho de crítica histórica para identificar a “verdadeira relação epistemológica existente” entre conceitos e conteúdos pensados por eles, em Freud.

Althusser nos diz o que é Psicanálise, através de Lacan: “Uma ciência nova, que é a ciência de um objeto novo: o inconsciente.”(p.55). E Lacan retorna a Freud para encontrar sua maturidade, como diz Althusser, encontrar a “teoria suficientemente avançada e instalada na vida (inclusive na vida prática) para haver construído aí sua morada, produzido o seu método, engendrado a sua prática.”(p.56) As “linhagens imaginárias de adoção, com poderes bem reais” com as quais a Psicanálise compactua, ou em outras palavras, a compreensão da Psicanálise como mais um item pertencente ao paradigma das ciências e dos mitos da Razão Ocidental é uma recaída na infância teórica, segundo o autor.

Sabemos das dificuldades em manter um exercício de reflexão rigoroso, e das facilidades que um instrumento teórico tem – por sua efetividade – para se transformar em objeto de consumo.

Retomando Althusser, “a técnica é subordinada à teoria”, que encerra em si tanto a técnica quanto o método. Então, nosso interesse é justamente o lugar teórico onde se constitui o objeto de conhecimento chamado inconsciente, as técnicas de linguagem para a construção da superfície discursiva do inconsciente e sua espacialidade e temporalidade. A técnica, o método, e a maneira pela qual ela se subordina à teoria.

³⁰ ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P.47-74

Para Althusser, a linguagem do inconsciente que Lacan promove é, em última instância, “Witz, trocadilho, metáfora”, e com seu trabalho dá à obra de Freud conceitos teóricos, “o inconsciente e suas “leis”, que constituem todo seu objeto”.

Chamo a atenção nesta relação, do papel da metáfora, do trocadilho como funcionamento do inconsciente. Espaço descentralizador, de-subjetivador, da função subjetiva. O princípio da metáfora que articula questões na Psicanálise, também ressoa fortemente na superfície discursiva das Tecnologias da Informação no jogo de justaposição, nas conexões e janelas possíveis, o que afeta conseqüentemente a percepção de sujeito urbano saudável. Ora, a questão metafórica e o funcionamento parafrástico, digamos, organiza os estudos de linguagem, funcionando como operadores teóricos em diferentes instâncias na relação com os textos. O que difere fortemente aí é o espaço onde estas discursividades significam.

Certamente, é possível começar a ver aí não mais a pontuação rasa do código universal, mas a recorrência de um funcionamento metafórico, que organiza a perífrase dos sentidos, estabilizando funções, seja na superfície do objeto da lingüística, seja na prática psicanalítica, seja no espaço público de consumo tecnológico. Um funcionamento recorrente que circula em diferentes instâncias de formulação da discursividade urbana.

Althusser nos diz também que a técnica analítica deve ocupar-se dos “‘efeitos’, prolongados no adulto sobrevivente, da extraordinária aventura que desde o nascimento até a liquidação do Édipo, transforma um **animalzinho engendrado por um homem e uma mulher numa criancinha humana**”(p.61), em um sujeito (grifo nosso).

Aí formulamos focos de reflexão necessários de serem trabalhados a partir da Análise do Discurso: 1) As noções de consciente, inconsciente e pré-consciente,

herdadas da filosofia, permitem a relação da constituição do sujeito com uma prática cognitiva(?), ou permitem postular para “criancinha humana” um sujeito filiado à discursividade da Razão Ocidental. 2) O pressuposto de que o estado biológico é anterior ao estado de humanidade (se podemos dizer assim) é parte do imaginário da biologia. É a presença justamente deste intervalo de passagem histórica da espécie humana de uma instância a outra, significada na micro-história do sujeito, que apresenta várias dificuldades de ordem histórica e ideológica, quando pensamos sujeitos históricos. 3) O que Freud e Lacan vão considerar, naquele momento histórico, linguagem (a lingüística estrutural), se diferencia deste objeto pensado hoje através da Análise do Discurso, por exemplo. O que vai poder ser considerado “cura”, na época, precisa ser posto em discussão com trabalhos como o de Coudry, ou como o de Minerbo, por exemplo.

Ora, é claro que os “mecanismos” (p.62) da Psicanálise são de uma ordem diversa dos mecanismos (segundo a enumeração de Althusser) sobre os quais a biologia, a neurologia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia se debruçam. O inconsciente e seus efeitos são certamente um objeto específico, que não temos intenção de questionar. Nossa reflexão incide sobre os instrumentos disponíveis para lidar com este então novo objeto, na história do conhecimento ocidental, e algumas possíveis conseqüências históricas do “empréstimo” selvagem de conceitos para formular este novo objeto, que nos interessariam para trabalhar melhor estes elementos discursivamente. Assim, em Freud, vemos a utilização de noções da filosofia, e da biologia. Em Lacan, vemos a Lingüística (estrutural).

Segundo Althusser, “Freud já dissera que tudo dependia da linguagem; Lacan precisa: “o discurso do inconsciente é estruturado como uma linguagem” ”. Temos aí uma combinação curiosa entre inconsciente, linguagem e um sujeito onde

isto se dá. Nossa pergunta neste ponto é, pensando as Formações Ideológicas, quais os efeitos de sentido que constituem a prática da Psicanálise quando, ao tratar de linguagem, esta ciência considera a Linguística estrutural, a Biologia evolucionista, e a Filosofia de um sujeito de conhecimento para abordar seu objeto, que é o inconsciente e suas leis. O conhecimento que permitia a formulação destas questões então era este. Se pensarmos em uma prática científica que não acumula conhecimentos, uma prática de entremeio (cf. Orlandi), podemos trabalhar no espaço de deslize, de equívoco, de falha, que a história permite uma vez que percebemos uma “cristalização” da descoberta de Freud e da teorização de Lacan como um dos efeitos de uma tradição científica que acumula conhecimentos, uma *tradição positivista* (cf. Orlandi).

Pensar discursivamente a descoberta de Freud, e a teorização de Lacan é uma necessidade para podermos desenvolver um esboço de reflexão sobre estas questões. Ou seja, nos concentrarmos no funcionamento dos sentidos, primordialmente na recorrência destes funcionamentos, e não em suas funções. Propomos uma passagem, como propõe Pêcheux em AD69, da observação do efeito das relações de sentido, entre sujeitos, posto na língua, para a compreensão de um funcionamento de sentidos históricos que constitui sujeito e realidade, que se materializa na língua. A superfície discursiva, a política de subjetivação possível e os gestos perifrásticos que estabilizam sujeito e sentido para este sujeito.

Certamente, estamos trabalhando a linguagem estruturada de forma aberta, uma vez que ela se constitui mediada por uma materialidade histórica e por um real que se impõem constitutivamente. Trata-se da possibilidade de jogos na língua e sobre a língua, a inevitabilidade de falhas, de equívocos, de deslizes, efeitos metafóricos, etc. na linguagem. Além disso, as novas tecnologias dão uma distinta materialidade a

este funcionamento, estendendo mais fortemente o princípio metafórico também como prática necessária para o desenvolvimento do sujeito urbano e da territorialização do espaço público, pensado a partir dos sentidos de saúde. Outras práticas, como a do processo jurídico analisado, que jogam fortemente na distinção de posições sujeito administrativas, sem permitir deslocamentos, paráfrases, com tanta facilidade. Também, mais estranhamente para quem está preso às evidências do que é formulável, há os espaços de significação, de produção de sentidos e sujeitos no silêncio, como vemos presente na história dos brasileiros. Há os espaços em que, também em silêncio, mas em uma ordem diferente, alguns discursos só podem se constituir na medida em que não estão ditos, como as superfícies que dão sentido à noção de saúde que analisamos neste estudo.

Teoricamente, portanto, estamos deslocando a noção de língua – da Psicanálise - da Lingüística Estrutural para o Discurso, pensado fundamentalmente por Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Afirmando (na contramão histórica) a formulação da Análise do Discurso do Brasil, ou a AD como nós a compreendemos e praticamos aqui. Desta forma, podemos compreender a formulação de Lacan como “a linguagem do inconsciente é da ordem do discurso”, lembrando que de acordo com nossos estudos “o real do discurso é o silêncio”(Orlandi 1995).

Para nós, analistas do discurso, a questão interessante é que, ao tratar o inconsciente como discursividade, é possível trabalhar a constituição histórica do sujeito no âmbito individual. E logo é possível compreender a constituição de uma realidade, também histórica, da materialidade deste sujeito. Aí está uma distinção forte, porque na posição de cientista da linguagem não é nosso interesse trabalhar na direção de uma “cura” social ou individual, mas sim refletir sobre estas questões de linguagem.

Retomando a leitura, Althusser diz que a descoberta de Lacan é “A passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho de homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da Ordem que eu chamarei de Lei da Cultura, e que essa Lei da Ordem se confundia, em sua essência formal, com a ordem da linguagem.”(p.64). No entanto, no Discurso, estas questões necessariamente se colocam em uma outra instância. Consideramos, como já dissemos, a “existência biológica” uma construção de sentidos histórica, que não se refere diretamente ao real do sujeito, mas que dá sentido ao fato de que há “a materialidade presente do sujeito, as evidências simbólicas disponíveis que asseguram a um sujeito, inscrito historicamente e sujeito a falhas, que ele vive agora” que chamamos de sujeito *bios*³¹. Esta “existência biológica” a que chamamos, na Análise do Discurso de sujeito *biológico*, é uma função do imaginário, ocidental, com sua organização de sentidos promovida fortemente pela discursividade da biologia. É uma filiação que dá sentido à materialidade do sujeito, um sentido histórico, que individualiza o sujeito em uma realidade corpórea. Vemos aí mais uma superfície discursiva que vai articular um outro real a partir das noções institucionalizadas no espaço público como verdade, contando com a posição da academia na divisão social dos dizeres.

Estamos afirmando nesta análise, portanto, que a corporeidade do sujeito é da ordem do imaginário. Não é o caso de dizer que o sujeito não possui materialidade, mas de compreender que o dado que se constrói a partir daí chama-se corpo, e que neste caso este sentido está fortemente filiado à discursividade da biologia, e possivelmente compreendido em seus sentidos a partir desta unidade intangível que é o inconsciente. É claro que esta noção também pode estar funcionando discursivamente em outra ordem de constituição dos sentidos. Seu peso na compreensão do fenômeno lingüístico funciona mais diretamente na relação com a

³¹ Formulação que propus em *O paradoxo da prevenção*, dissertação de Mestrado, 1999

pergunta do analista, e com a direção dos processos analíticos. Pensarmos que os sentidos de uma FD, tem por si só um vínculo “natural” com seu operador analítico (o imaginário, o simbólico, a enunciação, o texto, etc.), é novamente cair no alçapão de que Pêcheux nos fala da lógica-retórica. Daí nossa proposta de desenvolver reflexivamente estudos ligados ao que chamo de *política de subjetivação*.

É deste modo que a passagem que Freud e Lacan propõem, que podemos ver funcionando em diferentes instâncias de formulação, nos interessam, uma vez que são passagens que se realizam – neste caso - em um funcionamento imaginário, pensando a inscrição histórica constitutiva destas formulações e o espaço simbólico do sujeito como bios, como vida.

De fato, o interessante aí, para nossa reflexão, é a possibilidade histórica de fazer esta passagem, esta paráfrase, entre animalzinho e criança. Então a questão não precisa se situar imediatamente na discussão de toda a problemática que é fazer esta passagem quando consideramos o domínio da linguagem, da história, do político etc. Pensando este gesto como um gesto inaugural de estabilização de sentidos para o sujeito compreendido psicanaliticamente, nossa pergunta é como, neste deslize, se fizeram as conexões entre uma superfície discursiva e outra. Nesta janela, que faz o encontro entre o animalzinho da biologia e a criancinha da psicanálise o que nós podemos compreender da organização deste novo objeto, o sujeito psicanalítico? Que história podemos perceber quando paramos para contemplar o lugar mesmo da paráfrase, do deslize dos sentidos, a janela que propicia um encontro entre estas duas discursividades?

Mas voltando à passagem no domínio da linguagem, discursivamente não formularíamos esta questão como: havia um animal e depois um humano. Para a Análise do Discurso há sempre, como diz Paul Henry, “fatos que demandam sentido”.

O que temos é a materialidade de um sujeito histórico, sujeito a falhas, que o constitui simbolicamente agora, em uma evidência de vida real: a presença de um sujeito *bios*. E esta presença, este sujeito vivo agora, uma vez inscrito na cultura ocidental vai ser significado, e se significar, a partir deste imaginário do animal-homem nesta filiação.

É aí que podemos pensar – como Orlandi³² quando trata do sujeito na história e no simbólico - na interpelação pela ideologia, e na individualização pelo Estado. Neste primeiro movimento³³ constitutivo do funcionamento da subjetividade, segundo Orlandi: a “interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia afetado pelo simbólico”, o animal-homem de que falamos, ou “indivíduo bio-psico”, é uma formulação histórica constitutiva do sujeito capitalista. E é o caso de perguntar se a “cristalização” do objeto de reflexão de Freud não teria como efeito o desenvolvimento de uma “prática de cura” estabilizadora da subjetividade capitalista. Ou melhor, não seria o espaço de cura do consultório e o sujeito a ser curado formulações necessariamente filiadas à subjetividade capitalista?

Em *Análise do Discurso*, “há uma determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos que tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais.”(idem), daí nosso esforço em compreender “a ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento” (ibidem) em um trabalho que considere discursivamente as relações de sentido apontadas na construção do objeto compreendido como inconsciente. Mesmo funcionamentos compreendidos como “atemporais” têm suas formulações necessariamente inscritas na história, têm sua temporalidade e historicidade na vida urbana, e isto é o que faz a diferença para o analista do discurso.

³² Do sujeito na história e no simbólico, in *Escritos n4*, Labeurb - Unicamp, mai 1999

³³ O segundo movimento, de que Orlandi nos fala, “corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado (cf. os trabalhos de M. Foucault)”(p.24)

Quando Lacan fala da Lei da Ordem, e Althusser da Lei da Cultura, que opera a passagem de animal para humano, estão tratando de uma passagem histórica imposta pela própria formulação emprestada da biologia, que em seu imaginário deve lidar com os dois elementos separadamente: o animal e a cultura. Ou melhor, deve lidar com o animal-homem e o animal-homem-participante-de-uma-“ordem”-social. Ora, para nós, pensando a materialidade histórica não há sujeito fora da história, ou fora da língua, ou fora da realidade. Realidade e sujeito são uma injunção, um se dobra sobre o outro, assim é pouco produtivo pensarmos um sujeito sem língua, sem história, sem realidade - um sujeito que não é sujeito enfim. Um sujeito que antes não era sujeito e agora é, e sujeito este inscrito em uma realidade que não era humana, mas agora é. Não há suspensão da injunção histórica, não há lugar, tempo, prática, em que o real não toque os sentidos. Para o analista do discurso este recuo não é possível. No entanto é possível compreender estes encontros de superfícies discursivas e perceber que mesmo no efeito da cientificidade da produção do conhecimento, os sentidos deslizam, se deslocam e promovem conexões, janelas, justaposições de sentido, e que têm seu efeito real sobre o que está sendo dito.

Como nos explica Althusser, quando a Lei da Ordem (ou da Cultura como ele a chama) se confunde em sua essência formal, com a Ordem da Linguagem, compreendemos que a questão das instâncias de sentido (Pêcheux 69), que a reflexão através da metodologia que a Análise do Discurso nos permite trabalhar, são fundamentais para trabalhar a compreensão da descoberta de Freud e do trabalho de Lacan, na Análise do Discurso. Sem dúvida a ordem da língua permite a passagem de diferentes estágios de realidade, permite visualizar estas conexões, e (no contraponto) também permite derivas para a *pasteurização* do sentido (como diz Orlandi) que, por exemplo, simplificam aparentemente este quadro, reduzindo linguagem a código, e

propondo instaurar mudanças de práticas sociais através de programações e reprogramações, como já vimos aqui.

Historicamente, o sujeito vivo há pouco tempo, situado no imaginário como criança humana é interpelado de uma forma própria, que – sabemos - se modifica historicamente. A passagem do pré-édipo, ao édipo resolvido, a nosso ver é (voltamos a nossa questão) uma metáfora que diz respeito a um funcionamento histórico de inscrição do sujeito capitalista em sua espacialidade e temporalidade - contemporâneas da referência de civilização européia (herdeira de uma tradição de pensamento greco-romana) de Freud e Lacan. É uma metáfora do trabalho realizado na constituição identitária do sujeito, a interpelação pela ideologia e a individualização pelo Estado, como diz Orlandi (idem). Os funcionamentos, no caso, são mais interessantes do que a formulação em si – que pode ser outra na medida em que o imaginário disponível seja outro

A relação com prática metafórica é fundamental para nós, uma vez que é justamente aí que é possível pensar que se dão as pontuações e recorrências do processo perifrástico que retomam a própria unidade do sujeito numa relação de justaposição e paráfrase rítmicas. Assim, a tendência lógica poderia apontar para o espaço da narrativa, por exemplo, como um lugar de organização deste sujeito em sua unidade. Mas para nós, o processo perifrástico está sendo compreendido discursivamente, é ele que produz de maneira recorrente conexões, janelas para com diferentes superfícies discursivas, e é este funcionamento discursivo que permite que o sujeito se reconheça. Não como uma unidade fechada (como funcionaria no espaço imaginário da narrativa), mas como um objeto de linguagem (um sujeito) que pode se reconhecer e ser reconhecido a partir de uma circulação por posições de ancoragem discursivas recorrentes. As condições de produção do sujeito, pensando este *atributo*

do objeto discurso (como diz Pêcheux), se difere na produção de sentidos de outros objetos de linguagem justamente pelo funcionamento perifrástico. A tecnologia de pontuação, como a compreende Orlandi, pensada discursivamente no caso da constituição do sujeito, é que vai produzir necessariamente o funcionamento perifrástico. Diz Orlandi (2001:112): "A pontuação abre sobre a interpretação remetendo a formulação à constituição, a atualização à memória, face ao papel estruturante do esquecimento.". Para nós, na medida em que os sentidos e o sujeito são "remetidos" à constituição, à memória, como diz Orlandi, se produz um movimento parafrástico de re-significação do sujeito sobre si. No efeito de "sempre já estar lá", o sujeito se reconhece através desta pontuação. Mas uma vez que estamos pensando em uma pontuação discursiva, que desliza, deriva, equivoca, falha, não podemos afirmar que seja simplesmente uma pontuação que faz o sujeito reconhecer o mesmo. Mas sim uma pontuação que recorre ao "efeito" Münchausen, para se dizer o mesmo, de maneira parafrástica. Como trata-se de um processo de recorrência, de um efeito de circularidade nas relações de sentido porque elas precisam retornar sobre o sujeito, para reafirmá-lo, para estabilizá-lo em sua unidade imaginária, compreendemos que a noção de perífrase é a mais adequada e possibilita uma melhor elaboração do processo discursivo a que nos referimos.

Neste sentido, a relação entre a lei da ordem e a ordem da linguagem pode ser compreendida como o eixo da formulação da identidade, o intradiscorso funcionando na constituição da subjetividade. Assim como a formulação dos sentidos obedece a uma ordem da língua, a formulação da subjetividade obedece a uma ordem da história de significação deste sujeito (e vice-versa). No entanto o imaginário constrói um sujeito particular, com privacidade, particularidades, com uma intimidade inviolável, e esta construção ao nosso ver de um lugar imaginário para o adulto se dizer é o

funcionamento do qual Freud e Lacan tratam: a filiação à discursividade dominante que constitui a posição de sujeito ocidental civilizado, que não se permite ser histórico³⁴, pelo seu desejo de universalidade. O sujeito sempre já lá, nosso querido Barão. Este sujeito de Freud e Lacan, recuado de si mesmo no imaginário da biologia, a nosso ver é um sujeito, esquecido (esquecimento no 1 de Pêcheux) de não ser origem dos sentidos – da humanidade, da cultura – e esquecido de estar na ilusão da relação entre palavra e coisa (esquecimento no 2) – tomado pela realidade do pensamento. Embora estes esquecimentos sejam necessários para a constituição do sujeito, é necessário lembrar que o sujeito se dá, assim como a realidade, na relação de sentidos posta historicamente.

O fato de ocorrerem esquecimentos, silenciamentos, falhas, equívocos, próprios do processo identitário, é exatamente o funcionamento que nos interessa como analistas do discurso, pensando a constituição da unidade ilusória que é o sujeito. Este funcionamento de particularização (identidade) é uma ilusão da diferença, na unidade constituída no imaginário. E ela se sustenta na recorrência dos processos discursivos. Pela perífrase discursiva este si é organizado e se organiza.

Diz Althusser,

“Lacan mostra a eficácia da Ordem, da Lei, que espreita, desde antes de seu nascimento, qualquer homenzinho que vai nascer, e se assenhora dele desde seu primeiro vagido, para lhe designar seu lugar e seu papel, logo, sua destinação forçada.”(p.66).

Aí vemos a interpelação do sujeito pelos sentidos, que - se nos destacamos do imaginário da biologia: não força um animalzinho livre a uma ordem, mas – constitui materialmente um sujeito e uma realidade em batimento com o real. Esta história

³⁴ ver Pêcheux, sobre o mito psicológico, “Sobre contextos epistemológicos da Análise de Discurso”, in *Escritos no 4*.

aberta, assim como contraditória e sujeita a falhas tem uma ordem que constitui a realidade e o sujeito. É importante compreender, insisto, que a Análise do Discurso não compreende o sujeito como origem, não há um sujeito anterior que vai ser “circunscrito” à ordem da língua ou da sociedade. São as relações de sentidos na história, as condições de produção da subjetividade e da realidade imediata que jogam fortemente na constituição do que é real.

Diz ainda Althusser,

“Por aí começa, já começou, desde sempre, mesmo sem nenhum pai vivo, isso que é a presença em ato do Pai (que é Lei), logo, da Ordem do significante humano, que dizer, da Lei da Cultura: este discurso, condição absoluta de qualquer discurso, este discurso presente de cima, ou seja, ausente em seu abismo, em qualquer discurso verbal, o discurso dessa Ordem, esse discurso do Outro, do grande Terceiro, que é essa Ordem mesma: o discurso do inconsciente.”(p.67).

Sem dúvida, pensando a partir da lingüística, para nós em AD, a “condição absoluta de qualquer discurso”, ou o real do discurso é o silêncio (Orlandi 1995). Com Pêcheux, aprendemos que o sujeito passa por dois esquecimentos para estar na língua. Com Orlandi aprendemos que o silêncio fundador, o constitutivo e o local são o que permite que as palavras façam sentido. O discurso do inconsciente nada mais é senão a inscrição discursiva de modo perifrástico de um objeto lingüístico, um sujeito, em uma das superfícies do silêncio fundador, um processo de constituição de uma subjetividade e de uma identidade (e não da realidade). Uma interpelação do indivíduo em sujeito por procedimentos de linguagem – a perífrase – categoria esta historicizada em nossa civilização como tecnologias de linguagem, que funcionam como condição discursiva de produção do sujeito tal como ele é compreendido em nossa tradição de conhecimento.

Mas, na discursividade da psicanálise, lembramos que não se trata de um silêncio fundador qualquer, é o silêncio de um terceiro arregimentado na região ideológica familiar, não se trata de um terceiro "absoluto", digamos. Diz Orlandi: “É assim que podemos compreender o silêncio fundador como o não-dito que é história, e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) da língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade.”(1995:22)

Ora, o Édipo, de acordo com nossa leitura, é efeito de uma leitura de arquivo (Pêcheux) que constitui o imaginário da civilização greco-romana ocidental, que foi alçado como espaço de interpelação do sujeito na prática psicanalítica e historicamente se constitui hoje, ao nosso ver, como uma discursividade trabalhada numa das regiões que propiciam os conflitos e lutas de classes, que é a familiar . E que, naturalmente, estando a serviço da modulação histórica deste sujeito a partir da discursividade psicanalítica, não trabalha a contradição dos dois esquecimentos necessários como a AD trabalha. Justamente, como eu entendo a prática psicanalítica, ela mobiliza estes esquecimentos (sem conhecê-los em termos conceituais) para produzir no sujeito a possibilidade da transferência. Jogando efetivamente com uma região ideológica e produzindo aí uma interpelação do sujeito no espaço do consultório.

Diz Pêcheux,

“(...) a relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista), que inevitavelmente ficaria misteriosa na pseudo-solução estruturalista de T. Herbert, começa, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos: [...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua

submissão... (Althusser in *Aparelhos Ideológicos do Estado*, p.104). Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal -, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan: : “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.”(1995:133-4).

A nosso ver, esta relação está para a constituição do sujeito e da realidade, como pares que funcionam historicamente em nossa discursividade sobre o homem e o mundo. Assim é possível o processo de individualização do sujeito por um tipo de funcionamento discursivo, um tipo de tecnologia de linguagem, o funcionamento discursivo perifrástico, assim como é possível o processo de interpelação do sujeito por outro tipo de funcionamento discursivo. De fato, um funcionamento discursivo dá condições para constituir o efeito de realidade, e o outro dá condições para que se constitua a subjetividade, o para fora e o para dentro. Eles estão materialmente ligados, uma vez que constituem pares com a mesma materialidade histórica, embora funcionem em diferentes instâncias (sejam elas teóricas, ideológicas ou metodológicas) , e portanto seja impossível confundí-los, já que na *Análise do Discurso* trabalhamos fundamentalmente com análise de funcionamentos discursivos, e não sobre funções discursivas através da interpelação de sujeitos visando sua "cura".

Neste sentido, na região da psicanálise, os trabalhos de Marion Minerbo, ou o de Fábio Herman, são muito elucidativos na medida em que tomam a direção de

explorar esta instabilidade da condição histórica e estruturante do sujeito em um recuo efetivo do plano teórico. O que permite um espaço de reflexão mais cuidadoso, pela perspectiva discursiva. São espaços de reflexão convergentes, e interessantes de serem explorados conjuntamente.

Nos diz Althusser que

“Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu” (“moi”), na consciência” ou na “existência” – quer esta seja a existência do para-si, do corpo-próprio, ou do “comportamento” -, que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um “centro” apenas no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se “reconhece”.”(p.71)

Aqui podemos situar o funcionamento perifrástico, discursivamente no plano das Formações Ideológicas. E pensar que para a AD, o interessante no trabalho de Freud é a compreensão possível de como funciona no discurso a identificação do sujeito, seu reconhecimento identitário no ambiente do consultório. Como são produzidos, a partir da tecnologia da anamnese e da relação psicanalítica proposta por Freud (que é uma tecnologia de linguagem, de acordo com nosso estudo), as significações possíveis para o espaço do consultório, paciente e analista.

Ou seja, as questões que se desenrolam em outras espacialidades e temporalidades ficam necessariamente de fora desta proposta. Neste sentido, a “colagem” do sujeito a um funcionamento imaginário – como a passagem pelo Édipo, por exemplo - dificulta a reflexão, embora seja útil como prática de “cura” de uma subjetividade (capitalista, ao nosso ver), ou como prática de sustentação das “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, como

diria Pêcheux. É o esforço por uma teoria não subjetiva da subjetividade (Pêcheux 1995) nos mobiliza, como analistas do discurso, na direção destas reflexões.

2.1. Tecnologia, linguagem e sujeito

Desta maneira, em termos discursivos afirmo que o sujeito é, como qualquer objeto do mundo, efeito de uma tecnologia de linguagem, articulada fundamentalmente na instância das FIs (Formações Ideológicas). Utilizo a noção de "tecnologia de linguagem", neste caso, como o conjunto de recursos de linguagem estabilizados através da prática psicanalítica Freudiana, que produzem as condições de significação do analista, do espaço do consultório e do sujeito paciente. Ou seja, busco compreender como se constitui a significação do ambiente clássico da prática psicanalítica: o consultório (às vezes com um divã), o paciente, e o psicanalista. Ora, este quadro se constitui em uma superfície discursiva que arregimenta os sentidos propostos por Freud em sua obra, e que se institui socialmente com as Escolas de Psicanálise. Trata-se de um enquadramento teórico-metodológico, uma proposta "acadêmica", digamos, que se organiza em uma prática reconhecida socialmente. Assim, a língua-imaginária que produz esta superfície da prática clínica, pressupõe um analista e um paciente e aponta caminhos (de linguagem) a serem percorridos por este par em busca de soluções. Trabalho neste estudo, especificamente, os princípios discursivos desta tecnologia proposta por Freud, que subjetivam o paciente do consultório. Os sentidos que permitem, no efeito de nosso Barão, que o paciente psicanalítico seja sempre já paciente, desde antes de ter adentrado um consultório pela primeira vez.

Como compreender discursivamente os sentidos que organizam a posição do paciente na clínica freudiana? Eis nossa proposta.

O *bios* é interpelado, e o *biológico* se filia a um funcionamento administrativo específico de sua energia vital, que vai ser chamado pela psicanálise de libido - noção que podemos mobilizar pela AD, a partir de Hume. O termo empregado na época de Hume (séc. XVIII) para essa "espécie de instinto ou força mecânica que age em nós sem que o saibamos" (1800:23) é "paixão". No seu *Enquiry*, Hume diz que "Nossa autoridade sobre nossos sentimentos e paixões é muito mais fraca do que a que temos sobre nossas idéias; e mesmo esta última autoridade está circunscrita a fronteiras muito estreitas"(1975:68). Assim, Hume vai chamar, o que consideramos um gesto discursivo de (se) significar no espaço público, de *intenção*. Intenção aqui compreendida diferentemente do que é utilizado normalmente no senso comum. Apontamos para esta noção, uma vez que é de nosso interesse desenvolvê-la discursivamente mais adiante. Por hora, retomemos a discussão da saúde.

Édipo e Electra podem ser compreendidos como espaços de narrativas, que ilustram o funcionamento da região ideológica familiar, que dão pistas do caminho trilhado pelos sentidos do sujeito ocidental urbano - como direção mesmo -(da energia de vida) que vão constituir especificamente subjetividades ocidentais judaico-cristãs.

Como o funcionamento discursivo destes processos de constituição deste sujeito compreendido pela Psicanálise não está elaborado inicialmente, qualquer deslize destes caminhos implicaria em incompreensão (não filiação à "organização dominante" das relações de sentidos para este processo de subjetivação). Fato este que, para a racionalidade de médico de Freud, gera sofrimento. A cura pela linguagem proposta inicialmente, re-estabelece as trilhas tradicionais (indicadas nas narrativas) para os sentidos se colocarem em relação nesta ordem de subjetividade ocidental.

De nossa perspectiva lingüística, jogando discursivamente sobre o decalque do Édipo organizado por Freud para ser trilhado no ambiente do consultório, qualquer processo lingüístico no espaço público que permita a visibilidade, ou a experiência da recorrência dos sentidos e sua metaforização pelo sujeito, dá a possibilidade para que o sujeito se reconheça e seja reconhecido. Nesta experiência ele pode se organizar e ser organizado. Este seria um sujeito saudável na minha perspectiva, pensando suas condições de produção de si, a partir de uma relação com a linguagem.

Minha hipótese é que na medida que o sujeito se reconhece, se pontua, realiza a perífrase neste circuito discursivo, ele deixa de sofrer e passa a ter visibilidade de seu processo de significação. Ou seja, discursivamente o fundamental é que este sujeito tenha condições de se significar e ser significado e para tanto possa recorrer a funcionamentos discursivos no espaço público, que vão pontuar sua relação com sua própria produção de sentidos em sua história. E isto, como já disse, não está necessariamente atrelado a uma formulação per si, ou a enunciação disto ou daquilo, mas joga vigorosamente sobre estas questões a partir do momento que são os funcionamentos historicizados da prática recorrente deste sujeito se significar no mundo, e de ser significado, que vão produzir o efeito de reconhecimento.

Na psicanálise o “sofrimento” cessa, pois o funcionamento que constitui as relações de sentido possíveis, a partir desta memória ocidental, se estabiliza pela tecnologia do deslocamento de sua própria organização (para ser organizado na narrativa familiar), que também é uma memória, do ocidente. Assim, a filiação a este ou aquele sentido, depois de algumas recorrências organizadas no consultório, volta a “funcionar bem”, acaba a dor. Aí estamos no senso comum, na igreja, na família novamente. Felicidade. É um esforço de re-agrupar os sentidos do sujeito em regiões administráveis socialmente, e historicamente presentes em um modelo psicanalítico.

A região ideológica familiar vai funcionar para esta tecnologia de linguagem, como o grande lugar de formulação e solução das questões do sujeito. E novamente ficam apagadas as outras instâncias que se colocam em confronto com o espaço familiar. Outras regiões ideológicas. Isso não significa que os assuntos abordados no consultório estejam limitados à temática familiar. Nem mesmo que a transferência e contra-transferência se organizem diretamente em relação às questões familiares. De certa forma, podemos dizer sim que o agenciamento discursivo dos sentidos destes sujeitos vão estar atrelados a problemática trágica de um príncipe, e que a resolução possível neste ambiente passa necessariamente por reconhecer o paciente nesta posição.

É possível perceber a partir desta leitura que é como um esquecimento (um ponto cego) na proposta psicanalítica a compreensão de que os "si"s são atributos do discurso, são produtos de tecnologia de linguagem, e são históricos. Em termos de tecnologia da linguagem, minha posição é a de que o processo metafórico articulado como chave de leitura do sujeito na prática psicanalítica, através da modulação do drama familiar, corre o risco de reduzir o universo constitutivo deste sujeito a uma única região, e silenciar (retomando Pêcheux) Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, e suas tensões, contradições, conflitos na constituição da realidade e sujeito etc.

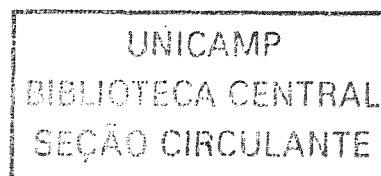
Assim, nossa crítica seria não apenas à compreensão dos sentidos que os constituem, mas fundamentalmente - pensando a psicanálise - à **maneira** pela qual os sentidos se organizam na constituição do sujeito. Que apaga as outras instâncias, e conseqüentemente as próprias relações de força envolvidas nesta trama, as relações de desigualdade e de conflito, e o que há de político nestas relações.

Isto é, a Psicanálise trabalha na tentativa de compreender e utilizar a memória de uma tecnologia de administração das relações de sentido dos si's judaico-cristãos, de maneira metafórica. E aí vejo um lugar para pensar a política na psicanálise pela AD, uma política que organiza os sentidos que constituem sujeitos, e tudo o mais que daí decorre.

Na minha proposta de tomar o sujeito como objeto de linguagem, a experiência chamada “sofrimento” pode ser formulada como a impossibilidade da metáfora, da paráfrase, do deslize, e com isso a impossibilidade de levar adiante o processo perifrástico. Pois creio que o funcionamento que permite que o sujeito signifique sentidos que estejam “intangíveis”, a partir desta memória ocidental, também deve ser capaz de se estabilizar pelo alçamento do próprio funcionamento discursivo. Assim, a filiação a este ou aquele sentido não é mais tão fundamental. As coisas não se dão, neste caso, na relação direta com o plano enunciativo.

O fundamental é que no espaço público o sujeito possa se significar e ser significado (cf. trabalho de Orlandi com os grafiteiros, e o trabalho de Coudry com os afásicos). A partir do momento que estes sentidos se historicizam socialmente, as práticas de linguagem constitutivas se reestabelecem, as recorrências se tornam “visíveis” para o sujeito, e ele se estabelece novamente como um objeto de linguagem constituído pela injunção a significar. Esta é uma compreensão do que poderia ser um processo de interpelação dos sentidos de saúde na organização de um sujeito de linguagem, pensando a prática discursiva.

Assim mantendo a distinção, penso que o paciente (este si) da psicanálise não é exatamente um sujeito, porque ele é organizado a partir de uma maneira específica de significar, ele é a região familiar do sujeito. Ele é a organização dos sentidos que



constituem a subjetivação a partir da proposta da prática psicanalítica, que é - insistimos - histórica.

Então o que Freud efetivamente propõe como prática de cura, pode ser compreendido como a administração das relações de sentido dos si's, através de uma tecnologia de linguagem que trabalha a partir de efeitos de interpelação do paciente no espaço do consultório, na relação um a um, chamada psicanálise. Esta prática tenta deslocar a organização de sentidos dos si's pacientes (sofrimento) para uma organização de sentidos dominante formulada neste ambiente do consultório: as significações do "bem estar" possível para este paciente (que necessariamente devem estar formuladas dentro do quadro teórico-metodológico proposto pela Psicanálise, e funcionar discursivamente dentro da "dizibilidade" do espaço do consultório). Esta tecnologia, que constitui dois sujeitos desenvolvendo uma prática clínica e o espaço do consultório, usa a linguagem (de Saussure), como instrumento central de trabalho. Como tecnologia. Assim o que se pode a partir deste campo de saber ser compreendido como problema psíquico – que seja efetivamente curável pela psicanálise - poderia ser compreendido lingüisticamente como uma organização perifrástica outra do si, que recorre às marcas lingüísticas da região familiar, reproduzindo-a pontualmente “em laboratório” - no espaço do consultório.

Temos portanto neste estudo a elaboração de três grandes pontos de contato e de distanciamento. 1)a tecnologia da psicanálise vista como prática discursiva, modificadora de processos de subjetivação restritos à formação discursiva familiar (cura pela linguagem); 2)a noção de si - como lugar do processo edipiano, que em AD talvez seja o lugar de subjetivação, o real do sujeito -, como ponto cego das psis, que tomam o processo de "amadurecimento", metaforizado pelo Édipo, e por Electra, como universais, neutros, per si (automáticos – a região familiar) e não históricos,

errantes, dissidentes, etc.. Enfim, em AD consideramos a materialidade anterior ao organismo (que já é o *bios*), e também a materialidade anterior aos processos de maturação psíquica (que é, para o analista do discurso, o sujeito). No fundo, para a psicanálise o sujeito é um indivíduo "família" antes de ser um sujeito histórico 3) A psicanálise compreendida pela AD como o estudo da organização dos sentidos durante o processo de subjetivação na região familiar, e sua terapia como deslocadora de organizações outras destes sentidos para uma "organização dominante" formulada no espaço do consultório.

A psicanálise, neste sentido, propõe/promove uma organização dos sentidos do si, mas justamente por não se dobrar sobre a linguagem, perde de vista os funcionamentos discursivos. O trabalho do psicanalista, pensando a AD, seria portanto organizar de forma específica estes sentidos contando com os limites constitutivos de sua prática, o que produz, como efeito colateral necessário desta, a promoção de filiações a esta ou aquela superfície discursiva familiar.

Para propor uma mudança de olhar a partir da lingüística, o trabalho de Eni Orlandi nos autoriza a visualizar que "as palavras respiram silêncio" (idem) e que no Brasil é mais do que necessário levar adiante esta reflexão iniciada por esta Analista do Discurso, que funda uma referência de compreensão de questões da linguagem, da história, do sujeito e da discursividade científica (como constituição, formulação e circulação), que antes seriam impossíveis de serem mesmo "formuladas".

Ironicamente, é a própria metodologia de trabalho sobre/no silêncio, como real do sentido, que permite que hoje estejamos praticando um dizer especializado, sob as constrições dos efeitos históricos dos esquecimentos que nos fazem crer origem dos sentidos e serem linguagem/pensamento/mundo equivalentes (Pêcheux 1969), em sentido contrário, também em resistência, como os brasileiros vão significar saúde.

Isto é, ao meu ver, a belíssima contribuição da Análise do Discurso realizada no Brasil hoje: dar visibilidade ao lugar de encontro material entre ideologia e inconsciente (Pêcheux 1975), que é a língua(gem) (Orlandi).

VI. Janela de perífrase sobre o texto, ou conclusão provisória

"[...] No quadrado branco, vídeo, papelão

Eu era o enigma, uma interrogação

Olha que coisa mais, que coisa à toa, boa boa boa boa boa [...]"

Caetano Veloso

Por considerar a necessidade específica da natureza do trabalho acadêmico em criar um efeito de fechamento, proponho um gesto perifrástico, de recorrer aos sentidos do texto, e considerar este gesto uma conclusão provisória. Assim, ao recorrer à pontuação discursiva, esperamos fazer funcionar de uma maneira particular as justaposições, conexões, concatenações de maneira a criar o efeito Munchausen para nosso estudo, estabilizá-lo semanticamente no efeito de unidade. É importante salientar que esta retomada é uma versão possível entre incontáveis maneiras de ler este texto, e/ou recorrer a ele. E que esta pontuação não tem uma função deliberativa em relação ao que vem anteriormente, nem aponta normativamente para uma "tecnologia de leitura" do trabalho. Trata-se meramente de uma versão, uma paráfrase, uma recorrência. Um efeito discursivo esperado em relação ao jogo da sala de conferência/teatro em que este trabalho se inscreve - por ter suas condições de produção no espaço acadêmico brasileiro.

Assim, parafrasticamente recorreremos a uma das maneiras de interpretar o nosso percurso de compreensão da formulação dos sentidos de *saúde*: objeto de reflexão e análise deste estudo.

Diferentemente da perspectiva de compreender saúde em relação a uma doença, e ativar o par normal/patológico, ou saúde/doença, minha proposta foi evitar uma reflexão na dualidade, e pensar a produção dos sentidos de saúde de maneira

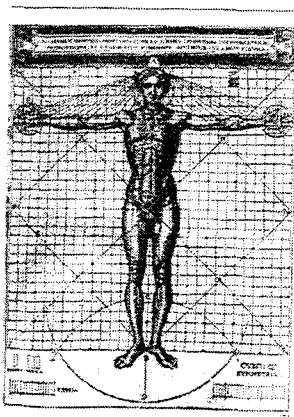
"independente" do jogo dicotômico que normalmente marca esta noção. Com a teoria e a metodologia da Análise do Discurso (AD), pensada principalmente por Pêcheux e Orlandi, buscamos as condições de produção deste objeto em diferentes regiões discursivas.

Começamos pelo discurso da lei fundadora do SUS (Sistema Único de Saúde). De fato, como vimos, esta lei significa saúde como um serviço prestado à população brasileira pelo Estado, um direito e um dever do cidadão. É um deslocamento forte pensar saúde como um serviço público, e no entanto este deslocamento não pareceu suficiente para responder a questão inicial. Em seguida, trabalhamos com as cartilhas dos programas deste Ministério, que aprofundam o detalhamento sobre a natureza dos serviços. E embora o material do Ministério da Saúde seja riquíssimo, ele não apontou para uma formulação, que parecesse responder a questão "o que é saúde?".

Entre a Medicina e a Lingüística, encontramos aí sim uma tensão entre duas formulações no discurso sobre os afásicos do que seria "mais saudável" no que diz respeito aos resultados de tratamento e ao quadro clínico, tensão esta que apontou um caminho contrastivo bastante interessante. Um espaço de contraste bastante produtivo para análise. E assim, incorporamos no trabalho o princípio do contraste na análise. No entanto ainda neste caso são formulações produzidas no âmbito acadêmico (o que não pode ser considerado diretamente o espaço público): a formulação de um parâmetro de saúde a partir do espaço da medicina, em tensão com uma formulação para a prática clínica que compreendemos funcionar na lingüística como uma formulação de saúde. Ao longo das análises a pergunta sobre saúde, que instala este texto, mostrou-se mais abrangente. E portanto ela se manteve.

Ainda sem alguma resposta, compreendemos que os diferentes sentidos de saúde se constituem e significam no silêncio, o que demanda um aprofundamento da discussão dos funcionamentos discursivos em questão.

Bom, duas perguntas passaram a funcionar no trabalho, a primeira mais na direção analítica, "o que significa saúde no âmbito do Ministério da Saúde do Brasil", e a segunda mais relacionada à metodologia da AD "quais as condições de produção dos sentidos de saúde no silêncio". Para responder à segunda questão, foi necessário produzir uma tipologia de investigação discursiva da significação de saúde no silêncio.



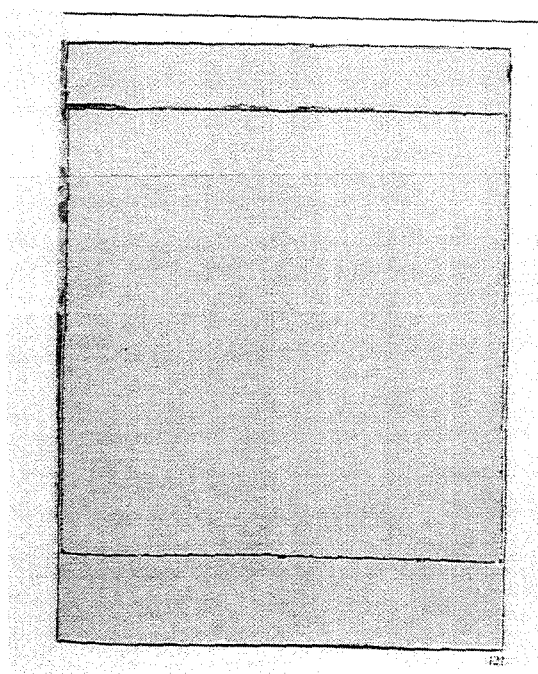
Na análise do discurso da arquitetura sobre o homem perfeito, a discursividade da imagem de Vitruvius permitiu que produzíssemos uma tipologia para compreender a formulação desta noção no silêncio. E ela se organizou na direção de perceber um enquadramento necessário para a formulação tanto dos sentidos de saúde quanto do sujeito saudável, que neste trabalho teve suas condições de produção fortemente pautadas na superfície discursiva. A imagem permitiu visualizarmos (nos silêncios) linhas, métricas, parâmetros, normas, que nestas análises foram se configurando de forma própria a cada discursividade analisada.

Com o auxílio da imagem, a produção desta tipologia nos permitiu compreender a formulação de um sujeito que se constitui na medida de sua relação direta e imediata com normas, dentro de um enquadramento, uma espacialização institucional. Uma posição que se configura no silêncio, e com limites muito

definidos, que significam sujeitos e sentidos a partir de uma formulação, que convencionamos chamar de institucional.

Assim, a análise da formulação da imagem do homem ideal na arquitetura, e suas derivas, nos permitiu elaborar operadores (teórico-metodológicos) que nos auxiliam no estudo das significações de saúde no silêncio. Alguns operadores analíticos funcionam em relação com a estrutura da imagem: o enquadramento, as linhas de medida do sujeito, o sentido de fazer este quadro (no título), as normas e medidas utilizadas, o próprio sujeito que surge nesta formulação, e os sentidos *default*.

Estes operadores, por sua vez, apontam para a existência de uma tecnologia de linguagem mão dupla, tecnologia esta que metodologicamente permite 1)a realização da análise e 2)a compreensão de como se estabilizam discursivamente sujeito e sentidos *default* no silêncio.



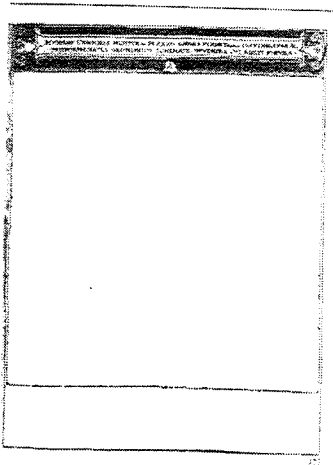
A questão do SUS foi retomada, e compreendida discursivamente como um enquadramento institucional (uma instituição do Ministério da Saúde) que organiza os serviços e ações de saúde regionalmente. De fato, neste âmbito não há formulação de um sentido de saúde, mas a administração dos sentidos já existentes. Sendo que esta administração se regionaliza no Estado até o âmbito do

Município.

Assim, os sentidos das ações e serviços de saúde são agregados por região geopolítica, e isso produz os sentidos de um sistema único de saúde. A formulação do

SUS aponta para uma tecnologia discursiva que organiza sentidos já existentes (sobre os serviços de saúde) e instala a visibilidade de um discurso Estatal para o que já existia de forma dispersa. Um jogo de relações de sentido que integra, ao mesmo tempo em que descaracteriza as ações e serviços locais. Uma **administração discursiva dos sentidos de serviços e ações de saúde**, que vai significar institucionalmente como a promoção de saúde no território brasileiro. Ou seja uma tecnologia de linguagem, uma administração de sentidos já existentes, que inaugura

uma nova presença e eficiência do Estado brasileiro no cotidiano dos cidadãos.

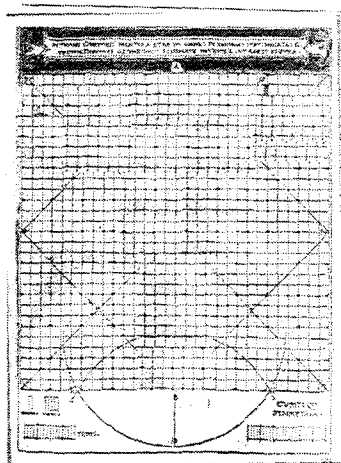


Entre as ações e serviços integradas pelo SUS, está a garantia da saúde do trabalhador. A análise do discurso de um processo jurídico sobre a saúde de um funcionário público, permitiu avançar nesta discussão. Os sentidos de saúde presentes no processo de um músico, aposentado por surdez adquirida em seu ambiente de trabalho insalubre (orquestra sinfônica TNCS), apontam fundamentalmente para uma dominância da circulação do próprio discurso administrativo. De fato a necessidade de encaminhar burocraticamente a questão é um dos sentidos mais presentes neste processo. Os sentidos da saúde do trabalhador são apagados pela necessidade de manutenção da prática administrativa de seu ambiente de trabalho.

Assim é a "**saúde**" da **máquina administrativa do empregador** que vai ser privilegiada neste processo. Neste enquadramento institucional, há a promoção de um espaço de administração e apagamento dos sentidos da saúde do trabalhador através da circulação dos sentidos da instituição empregadora e da instituição jurídica na

ordem burocrática. Assim a tecnologia de administração e apagamento dos sentidos de saúde do trabalhador se dá no funcionamento burocrático, que acolhe a questão na medida em que a esvazia com uma alta *quantidade* (cf. Orlandi) de encaminhamentos

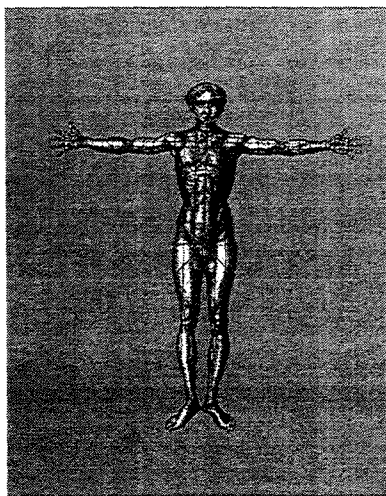
que produzem significações difusas para os sentidos de saúde no processo.



Este percurso, como dissemos, produziu uma tipologia analítica que permitiu o encaminhamento da análise da questão da saúde, no silêncio. E como a prática analítica retorna sobre a teoria, este quadro de trabalho foi colocado em relação com algumas questões da Análise do Discurso.

No intuito de nos auxiliar a compreender discursivamente alguns elementos relacionados à saúde, investigamos sentidos de saúde presentes no discurso da psicanálise freudiana. Esta relação se dá, na medida em que o sujeito para a Análise do Discurso é atributo do objeto discurso, segundo Pêcheux, e que o sujeito na

Psicanálise se organiza em um diferente quadro teórico.



Neste sentido, quando nos referimos à noção de "sujeito", muitas vezes esquecemos (apagamos) o espaço discursivo que o constitui, que o interpela. Este retorno à formulação teórica que fazemos permite um esboço do que poderia ser uma crítica à utilização da noção de inconsciente na Análise do Discurso sem

uma mediação reflexiva a partir da própria AD. (Uma crítica à importação da noção de inconsciente sem a observação de fronteiras epistemológicas.)

Ainda nos mantendo em nosso quadro de trabalho, o que fica silenciado neste caso são as medidas, as linhas de formulação destes sujeitos (o sujeito pensado por Pêcheux, filósofo, e o sujeito pensado por Freud, médico). De fato, manter a ambigüidade entre noções desses espaços teóricos (como a noção de inconsciente), pode ser bastante produtivo, no sentido de não deixar a própria questão do discurso, do sujeito, (ou mesmo da figura da interpelação) se fechar na segurança de um aparato teórico estabilizado, que por vezes pode ser tratada de forma positiva (ou mesmo normativa). Por outro lado, há uma necessidade de reflexão sobre o objeto discurso, que a compreensão discursiva da noção saúde permite.

Assim, nosso trabalho delinea uma compreensão da noção de saúde em Freud, e procura montar um quadro contrastivo e discursivo que dê visibilidade para o funcionamento desta noção no silêncio. A partir da tipologia desenvolvida para compreender as significações de "saúde" no silêncio, discutimos uma relação possível entre estes dois quadros. Ocorre que, na análise do discurso, temos as relações entre sujeito e sentido, mas não temos o que equivaleria a noção de um sujeito saudável.



Discursivamente, uma vez que trabalhamos normalmente por contraste e paráfrase, propusemos uma formulação do que seria um sujeito "saudável" da perspectiva discursiva. Esta formulação se mostra bastante funcional, no caso da discussão da formulação freudiana, uma vez que o aparato teórico de Freud é constituído, grosso modo, na direção de produzir uma "cura".

No caso da AD, visar uma cura é ir contra a natureza política da prática das ciências humanas, algo que não desejamos. O que propomos como formulação, a partir de um texto de Althusser, é, a reflexão sobre as condições discursivas de

produção destes espaços, sujeitos e práticas. Segundo Hume³⁵ (1975:6) quando lidamos com a mente humana é necessário "[...]com uma investigação minuciosa examiná-la a fim de encontrar os princípios que regulam nossa compreensão, excitam nossos sentimentos e nos fazem aprovar ou censurar qualquer objeto, ação ou comportamento específico."

Nosso trabalho se afiniza com esse intuito de compreensão de Hume, que soou subversivo no início do séc XIX, por não induzir o leitor à prática das virtudes. Dois séculos depois, na relação com a noção de saúde, buscamos (não tão positivamente) compreender o modo pelo qual "saúde" significa e organiza instituição, espaço, sujeito, enfim qual a dinâmica de sua significação. Sem propor virtudes, curas, normas, correções, buscamos princípios discursivos de seu funcionamento. E para tanto, consideramos importante formular na relação com a psicanálise e com as tecnologias da informação, como seria o funcionamento discursivo de sujeito e sentidos nestas regiões de significação. Sempre em relação direta com a discursividade analisada.

Sem o intuito de que estas formulações signifiquem de forma positiva ou normativa, elas se apresentam de maneira funcional nesta reflexão, uma vez que permitem compreender alguns efeitos das discursividades analisadas, além de dar visibilidade a algumas distinções entre os quadros epistemológicos, que sustentam estas discursividades. Embora a formulação de "objetos discursivos" não seja uma prática freqüente no procedimento analítico, ela se mostrou muito produtiva no encontro reflexivo com outros campos de saber. Porque a história da formulação dos sentidos de saúde não é apagada.

A nosso ver, em algum momento a abstração necessária para a compreensão de uma noção, como a de sujeito, por exemplo, é convertida em parâmetro formal, em

³⁵ Hume, David. *An inquiry concerning human understanding*. Ed. L. A. Selby Bigge, Oxford, 1975

norma, em escala de medidas. E é justamente aí que a discursividade da ciência perde sua capacidade de articulação. Mas a história da produção de sentidos se mantém, quando uma noção passa a funcionar como medida ou padrão, na discursividade administrativa. Esta é uma passagem incontornável. De um funcionamento reflexivo de sentidos do discurso, para o administrativo. A natureza do objeto muda, e uma noção, ou uma compreensão refinada, quando importada para a região administrativa se transforma em uma espécie de norma institucionalizada. Como produtores de conhecimento, nós lidamos com os efeitos destes funcionamentos silenciosos em nosso cotidiano. Este incômodo, ele também, é produzido por uma tecnologia de linguagem. A prática administrativa, quando importa para sua região uma noção, promove sua institucionalização, e a achata porque a coloca a serviço dos sentidos da instituição e não mais funciona como um operador reflexivo para a questão que a formulou. Trata-se de uma tecnologia do discurso administrativo, a de gerenciar os sentidos da produção intelectual, produzindo superfícies discursivas.

Enfim, com um quadro de trabalho relativamente delineado, a compreensão desta tecnologia, que funciona discursivamente, é utilizada para discutir a distinção entre tecnologia da informação e a recém mobilizada tecnologia de linguagem.

Com esta distinção, propomos uma formulação do que poderíamos considerar como um sujeito saudável em rede (o sujeito da discursividade da prática saudável *default* na rede) através da AD, agenciando a tecnologia de linguagem no ambiente da tecnologia da informação. Neste caso já se trata de um esforço de aplicação do instrumental analítico desenvolvido, para compreender o funcionamento silencioso do que poderia ser uma prática saudável no ambiente web. Com esta compreensão, colocamos em questão através da AD o apagamento da presença da linguagem no ambiente eletrônico. E, para tanto, formulamos no contraste direto com esta

discursividade uma possibilidade de uma relação discursiva com o ambiente web. Por se estabelecer uma relação parafrástica entre modelos, a formulação pela AD se torna necessária. (é importante salientar que considero essas formulações na relação específica com a análise proposta, e que não me parece adequado abstrair-la de suas condições de produção de análise, para utilizá-las de maneira régia).

Sendo assim nosso texto se retoma, e se abre imediatamente para dois Excertos que estão, também eles em relação de concatenação com o estudo apresentado. O primeiro "*Uma proposta de compreensão da superfície discursiva do espaço público a partir da noção de saúde*", que foi elaborado ao longo desses cinco anos de trabalho, para dar visibilidade ao sujeito do discurso eletrônico (área de reflexão na qual invisto atualmente). E o segundo "*Prevenção à AIDS, o funcionamento da campanha de saúde como evidência*", que apresenta uma leitura da perspectiva da saúde na campanha brasileira de Prevenção à AIDS, a partir do instrumental teórico desenvolvido neste presente estudo.

Parafrasticamente, nos interessam as brechas, as frestas, as gretas, as janelas passíveis de concatenação e justaposição na relação com a saúde e com o discurso. A problemática silenciosa, e a teorização discursiva se mantêm como nossos objetos e instrumentos de reflexão. E devido à busca de encontros produtivos para avançar nesta reflexão, mantemos nossas janelas abertas.

VII. Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica. Trad. Walter José Evangelista . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P.47-74

ARGAN, Giulio Carlo. Storia dell'arte italiana. Firenze, Edizione Sansoni, 2000, isbn 88-383-0803-9

ATWATER, Havry Albert, 1921. Introduction to general relativity. Pergamon Press - Oxford, GB, 1974

BARROS, Manuel de. O guardador de águas. São Paulo: Art Editora, 1989.

CASTELLS, Manuel. "A sociedade em rede", São Paulo: Paz e Terra, 1999

CASTILHO, Euclides, CHEQUER, Pedro. Epidemiologia do HIV/AIDS no Brasil. In org. PARKER, Richard. Políticas, instituições e AIDS: Enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ABIA, 1997. 183p. p.17-42. ISBN 85-7110-430-1

CANGUILLEM, Georges. O Normal e o patológico. 5ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. ISBN 85-218-0263-3

COURTINE, Jean-Jacques. "Définitions d'Orientations Théoriques et Méthodologiques en "Analyse de Discours", in Philosophiques, vol. IX, n.2, Paris, 1984

COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine. Histoire du visage: XVe début XIXe siècle. Paris: Rivages, Histoire, 1988

CANGUILLEM, Georges. O Normal e o patológico. 5ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. ISBN 85-218-0263-3

COUDRY, Maria . Diário de Narciso: discurso e afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos, 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. ISBN 85-336-0486-6

DARWIN, Charles, M.A , F.R.S., etc. La descendance de l'homme et la selection sexuelle. Édition définitive, Paris, Librairie C. Reinwald, Schleicher frères, éditeurs, 1874.

_____. The origin of species by means of natural selection. first ed. published in 1859 under title: On the origin of species. Ohio State University Libraries, 1972, USA, New York F Appleton and company, 1897, (p.160)

- DAWKINS, Richard. O gene egoísta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.230p. ISBN 79-1159 0586
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. São Paulo: Ed. Escuta, 1998, ISBN 98-0981
- FOUCAULT, Michel. Sobre a justiça popular. in .Microfísica do poder. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 296p. p.39-69. ISBN 79-0645
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder.7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.295p. ISBN 79-0645
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. 5a Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, ISBN 85-218-0230-7
- FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In Obra completa, vol XIX, Ed. eletrônica Imago
- FREUD, Sigmund. Esboço de psicanálise. Trad. Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro; Imago ed., 1998 92p. ISBN: 85-312-0607-3
- GARRET, Laurie. The coming plague: newly emerging diseases in a world out of balance.Nova York: Penguin Books, 1995a. 750p. ISBN. 0 14 02.5091 3
- _____. A próxima peste: as novas doenças de um mundo em desequilíbrio.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 708p. ISBN. 85-209-0692-3 (b)
- GRMEK, Mirko. History of AIDS: emergence and origin of a modern pandemic. Princeton: Ed. da Universidade de Princeton, 1990.279p. ISBN 0-691-08552-8
- HAROCHE, Claudine. Da palavra ao gesto. Campinas, SP: Papirus, 1998.160p. ISBN 85-308-0500-3
- HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – Unicamp, Campinas, n 1, p.63-90, mar.1995
- HENRY, Paul. A história não existe?. In: ORLANDI. Eni (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas:Ed. da Unicamp, 1994. 277p.p.29-54.ISBN 85-268-0312-3
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In F.Gadet e T. Hak (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993. 319p. p.61-162. ISBN. 85-268-0160-0
- HUME,D. A. An enquiry concerning the principles of morals. Ed. L.A. Selby-Bigge. Oxford 1975

_____. An enquiry concerning human understanding. Ed. L.A. Selby-Bigge, Oxford, 1975

_____. A dissertation on the passions, in "Essays and treatises on several subjects" Edimburgo, 1800

LACAN, Jacques. Escritos. Trad. Inês Oseki-Depré, ed. Perspectiva, série debates, n.132, São Paulo, 1992.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A discussão do sujeito no movimento do discurso. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, Campinas [SP :s.n.], 121p., 1998

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso cotidiano, IEL, Unicamp, Campinas/SP, 1997

LEWINSOHN, Rachel. Medical theories, science, and the practice of medicine. In Soc.SicMed. Vol. 46, Grã-Bretanha: Elsevier Science Ltda, p1261-1270, 1988. ISBN 0277-9536

_____. Três epidemias: lições do passado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

MIAILLE, Michel. Une introduction critique au droit. Paris: Maspero, 1980

MINERBO, Marion. "Intimidade e formas de intimidade: da escuta à teorização. Ver. Brás. De Psicanálise, vol XXVII, no 2, p. 223-249

_____. "A empadinha", in Clinicando, Boletim de Novidades, 7(64), p. 32-41, 1994.

_____. "Análise Crítica da Expressão "Correlação Teórico Clínica", in Jornal de Psicanálise, São Paulo, 25 (48), p. 65-69, abr 1992.

_____. "Identidade Psicanalítica: a desconstrução de um significante" in Percurso, no 20, 1;99

_____. "A relação psique-mundo: questões epistemológicas", in Rev. Brás, Psicanal. Vol 32, p. 507-525, 1998

MINERBO, M. HERRMANN. "Creme e Castigo: sobre a migração dos valores morais da sexualidade à comida". In Congresso Brasileiro de Psicanálise, 15, 11-14 out de 1995.

MINERBO, M., KHOURI, M. AJZENBERG, R., GRUNBERG, S. "Beleza Feminina: um tema da clínica contemporânea", in Ver. Brás. De Psicanálise, vol XXXI, 3, p. 809-819, 1997.

MONTAGNIER, Luc. Vírus e homens: AIDS: seus mecanismos e tratamentos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1995.239p. ISBN 85-7110-324-0

ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. 150p. ISBN 85-326-1606-2

_____. Análise do Discurso Princípios e Procedimentos. Campinas.SP: Pontes, 1999, . 100p.

_____. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 3.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. 189p. ISBN 85-268-0221-6

_____. (org.) O discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional. Imprensa Campinas, SP :Pontes, 1993. 171p. - Serie (Linguagem / critica)

_____. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia, colóquio IEL, Unicamp, 1983

_____. Do sujeito na história e no simbólico, in "Contextos epistemológicos da análise do discurso". Escritos IV- linguagem, cidade, política , sociedade. Laboratório de Estudos Urbanos - Nudecri -Unicamp, mai 1999a

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. In encontro "Semiótica, Ensino, Aprendizagem", mai, 1997. D1/Iel - Labeurb/Nudecri.

_____. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas:Ed. da Unicamp, 1994. 277p. ISBN 85-268-0312-3

_____. Terra à vista discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990. . 260p. ISBN 85-249-0275-2

_____. "O saber, a língua, a história" in Ensino e Lingüística, Florianópolis,1988

ORLANDI & SOUZA. "A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem" in Política Lingüística na América Latina, Eni Pulcinelli Orlandi(org.), Campinas, SP; Pontes, 1988

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. . Campinas: Ed. da Unicamp,1975.317p. ISBN 85-268-0125-2

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI. Eni (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas:Ed. da Unicamp, 1994. 277p.p.55-66. ISBN 85-268-0312-3

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In F.Gadet e T. Hak (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993. 319p. p.61-162. ISBN. 85-268-0160-0

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. 2a Ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. ISBN 85-7113-043-4

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso, in Escritos no 4 - linguagem, cidade, política, sociedade - Laboratório de Estudos Urbanos, Nudecri, Unicamp, mai, 1999, 27p.

_____. Analyse Automatique du discours, Collection Sciences du Comportement II, Dunod, Paris, 1969

PÊCHEUX, M. e FICHANT, M. "Sur l'histoire des sciences". Théorie: cours de philosophie pour scientifiques, III, Maspero, Paris, 1969

POOLE, Nigel. "Risk and Uncertainty", durante o ciclo de palestras promovido pelo Conselho Britânico: "Ciência e Sociedade: rumo à democratização da ciência", 26 de outubro de 2000, Universidade de Brasília. Cf.
<<http://www.science.britishcouncil.org>>.

RAPOPORT, Amos. Origens Culturais da Arquitetura. Cia das Letras, 1986

Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – Unicamp, Campinas, n 1, mar.1995

RIBEIRO, João Ubaldo. Viva o povo brasileiro: romance, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984

ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – Unicamp, Campinas, n 1, p.46-61, mar.1995

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, 2a ed. Rio de Janeiro: Record 2000. ISBN 85-0105878-5

SONTAG, Susan. Illness as Metaphor and AIDS and its Metaphors. Anchor books, Doubleday, 1978 e 1989, NY.

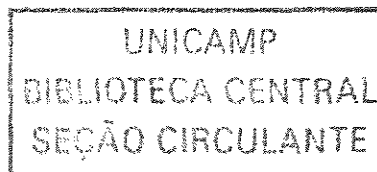
STREK, Lênio L. Hermenêutica Jurídica em Crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: livraria do advogado, 1999

TELLES, Lygia Fagundes. Antes do baile verde: contos - Rio de Janeiro: Rocco, 1999, isbn 85-325-0880-4

VELOSO, C. Eu sou neguinha. BRMCAD0200715 Gapa/ Warner/Chappell

WANDERLEY, Claudia. O paradoxo da prevenção: a discursividade da AIDS. Dissertação de Mestrado, IEL, Unicamp SP, jun/1999, Brasil, 119p.

_____. O corpo, a cidade: repetição. Apresentado no "Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem : Cidade Atravessada, na mesa "Encruzilhadas e Formas: Corpos Urbanos", nov. 1999a.



World Aids Conference- Aids in Brazil: a joint government and society endeavour, Genebra, 12, jun. 1998, 95p./ Programa Nacional para DST/AIDS, Brasília: Ministério da Saúde, 1998

The concepts of space and time. (Boston studies in the philosophy of science: vol XXII) Edited by Robert S. Cohen and Marx W. Wartofsky, D.Reidel - Boston. USA

WALDYR A . RODRIGUES Jr..A Física Moderna e o novo paradigma. In: palestra apresentada no Congresso "A Visão Integral do Homem"(artigo) Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação IMECC - UNICAMP; CP 6065; Campinas, SP; Brasil

World Aids Conference- Aids in Brazil: a joint government and society endeavour, Genebra, 12, jun. 1998, 95p./ Programa Nacional para DST/AIDS, Brasília: Ministério da Saúde, 1998

Bibliografia de Referência:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Qualidade do sangue e hemoderivados - Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. – Reimpressão – Brasília: Ministério da Saúde 2002, 56p. isbn 85-334-0328-3.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 40p. isbn 85-334-0325-9

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Urgência e Emergência"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 28p. isbn 85-334-0279-1

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa de Atenção Básica (PAB): parte fixa"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva – Reimpressão -. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 32p. isbn 85-334-0323-2

BRASIL. Ministério da Saúde. "Controles e endemias"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 36p., isbn 85-334-0267-8

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programas agentes comunitários de saúde (PACS)"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 40p. isbn 85-334-0271-6

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programas Saúde da Família: equipes de saúde bucal"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2002. 24p., isbn 85-334-0617-7

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Gestante de alto risco: sistemas estaduais de referência hospitalar à gestante de alto risco"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 32p. isbn 5-334-0277-5

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Assistência Farmacêutica"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. – Reimpressão - Brasília: Ministério da Saúde 2002, 40p., isbn 85-334-0273-2

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Saúde Indígena: etnodesenvolvimento das sociedades indígenas"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva – Reimpressão - Brasília: Ministério da Saúde 2002, 54p., isbn 85-334-0280-59

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Vacinação Doenças Imunopreveníveis"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 60p., isbn 85-334-0331-3

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa de Combate às Carências Nutricionais - PCCN"- Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 32p., isbn 85-334-0269-4

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Humanização do Parto: humanização no pré-natal e nascimento"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 28p., isbn 85-334-0329-1

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Controle do câncer de colo uterino: Programa Nacional do Câncer do Colo Uterino" Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 32p., isbn 85-334-0270-8

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "A Saúde no Brasil: estatísticas essenciais 1990-2000"- Ministério da Saúde – 2 ed. Revista e atualizada - Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 52p., isbn 85-334-0515-4

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Sistema único de saúde (SUS): instrumentos de gestão em saúde"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. - 1 ed. Reimpressão - Brasília: Ministério da Saúde 2002, 48p., isbn 85-334-0435-21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Sistema único de saúde (SUS): descentralização"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 28p., isbn 85-334-0329-1

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Plano Plurianual (PPA) 2000-2003: estruturação do PPA: visão do planejamento setorial de saúde"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2001, 40p., isbn 85-334-0278-3

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Sistema único de saúde (SUS): a saúde no Brasil indicando resultados 1994-2001"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 88p., isbn 85-334-0485-9

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Saúde da Família (PSF)"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. – Reimpressão - Brasília: Ministério da Saúde 2001, 36p., isbn 85-334-0272-4

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Saneamento Básico"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 48p., isbn 85-334-0421-2

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. "Programa Alimentação Saudável: Bolsa Alimentação"- Ministério da Saúde , Secretaria Executiva. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde 2002, 72p., isbn 85-334-0448-4

Referências: Instituições que entraram em interlocução com este trabalho.

Coordenação da Fac. Música da UnB
Centro Cultural Pró-música
Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
Instituto do Estudo da Audição
Filarmônica de Rio Claro
Sinfônica Jovem
Orquestra da USP
Orquestra da UFRJ
Fundação Indaialense de Cultura (FIC) Orquestra de Indaial
Orquestra Experimental de Repertório
Secretaria de Música da UFMG
Orquestra Sinfônica do Paraná
OPPM PRO MUSICA
Núcleo de Audição PUC-SP
Associação Brasileira dos Músicos ABM
Conselho Federal de Fonoaudiologia

1.Excerto

Uma proposta de compreensão da superfície discursiva do espaço público a partir da noção de saúde

Em "O discurso", Pêcheux nos pergunta como a humanidade poderia ter resistido à pechincha d' "A promessa de uma ciência régia conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... "(p.35)

Pêcheux, a nosso ver, nesta pergunta, se refere a uma memória de constituição de sentidos de verdade. E o sentido da cidade não fica à parte deste funcionamento. Nós vamos trazer alguns elementos da constituição do sentido em relação a corpo, organismo e saúde em relação parafrástica com a cidade. O eixo desta prática de reflexão – ou seja, a possibilidade de uma prática intelectual constituída no estabelecimento de relações de sentido - se baseia na obra de Orlandi, que propõe a oscilação de dois movimentos no discurso: a paráfrase e a polissemia. Assim, como analista do discurso, proponho uma prática de reflexão constituída em um movimento parafrástico, para compreender possibilidades perifrásticas do sujeito urbano saudável:

Nos interessa trabalhar aqui sobre os efeitos da passagem de uma metáfora de cidade orgânica para uma prática que pressupõe um funcionamento orgânico da cidade. Esta pergunta é fundamental, porque uma prática compreendida como orgânica apaga as questões da política através de um efeito de institucionalização dos conflitos (Lagazzi, 1997), e o Estado cuida/trata do corpo social, da ecologia urbana, os organiza, assim como a política de saúde cuida do corpo de seus cidadãos, os

organisma", e urbaniza e/ou ecologiza seu espaço. Eu diria que "organismar" para nós, a princípio, é compreender parafrasticamente como sistema fechado e vivo, régio, um objeto qualquer de conhecimento, e desenvolver uma prática também, digamos, régia para lidar com este objeto. Organismar seria, portanto, uma das formas disponíveis³⁶ de interpelar um objeto de conhecimento como modelo sistêmico fechado. Destarte, a prática política, no sentido de Lagazzi, é elidida da compreensão, e da sociedade, e a possibilidade de espacialização individual (Orlandi, Escritos IV) se apaga, pelo efeito da urbanidade.

Em relação à cidade, poderia dizer que o sujeito *bios* está no espaço material (Orlandi 1999), na ordem do espaço, que não chamaremos cidade porque falamos d'"O acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória." (Pêcheux, 1983:17) constituindo relações de sentidos, e o sentido de cidade é um efeito histórico desta prática discursiva no ocidente (daí as palavras aldeia, ou assentamento, por exemplo não "funcionarem" nesta discursividade do urbano). É nesta instância, para nós, que é possível compreender o trabalho do político, em Lagazzi. É neste sítio que a abertura do simbólico e a inscrição material e histórica de um sujeito e de um real dobrados um sobre o outro (e aí Pêcheux já nos fala da possibilidade de diferentes reais) que podemos compreender a prática política em Análise do Discurso.

Pêcheux nos diz que uma das "epistemes" maiores do nosso tempo é o neopositivismo: "Há o momento moderno contemporâneo do rigor positivo, aparecido no contexto histórico da constituição, enquanto ciências, da física da química e da biologia (...)"³⁷. Ora, a falta de mediação teórica, posta na constituição deste rigor

³⁶ Cf. Orlandi sobre *discurso disponível*.

³⁷ "associado à emergência de uma nova forma de Direito (organizado em corpo de proposições) e também em um novo lance de pensamento matemático: um novo

positivo apontado, é um problema para a compreensão da cidade-organismo: nem tudo é cidade e campo, ou corpo e não-corpo, ou corpo e anti-corpo. Fora da lógica disjuntiva, administrativa, há uma ordem do espaço, uma materialidade (Orlandi), que escapa, que é necessário levar em consideração em nossa reflexão. Há uma civilidade e urbanidade que jogam com o que é material, e é necessário considerar suas diferenças e relações.

Assim, a ordem da cidade se apaga na organização urbana. Enquanto se elide a compreensão do espaço material, a cidade é significada como habitat humano, sistêmico e funcional, espacialidade urbana significada pela discursividade da biologia, discursividade afetada pelo rigor positivista, com aparência unificada e homogênea, como diz Pêcheux. Em uma compreensão do humano como espécie, seu espaço material, assim como sua constituição, são apagados pelo efeito ideológico da evolução das espécies, da manutenção dos organismos, e do nascimento, crescimento e “auto”-manutenção de uma certa ecologia urbana.

Na constituição de sujeito e mundo pela relação de sentidos na história, certa materialidade vai ser significada como espaço, como cidade, como ambiente urbano. A discursividade da biologia, do organismo, do habitat, trabalha colado à materialidade. É a interpretação de um espaço de saúde sem margens que se apresenta, que ignora o outro, a história, a condição de castração simbólica que nos constitui.

A metáfora biológica se delineia, e sustenta uma política de ocupação da cidade, enquanto a questão do valor da produção e re-produção do sujeito e do espaço

organon construído contra o aristotelismo e apoiado na referência às “ciências exatas”, procura por sua vez homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo experimental, e as técnicas de “administração de prova.” (Pêcheux, 1983:36)

capitalista e neo-liberal articula o valor dos sentidos postos através de um conhecimento que se imagina exato, que se postula como uma função imediata do verdadeiro.

Não estamos nos referindo ao aspecto empírico destes objetos, mas à relação de constituição de sentidos posta historicamente para que esses fatos, ou para que um fato faça sentido, como diz Paul Henry. Ou seja, estamos falando de paráfrases de sentidos do mundo no espaço público, e, neste caso, de modelos explicadores do mundo historicamente inscritos na discursividade da ciência, que terão como efeito a produção do que Pêcheux chama de ““coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente)”(1983:34). E nós chamaremos de tecnologias de linguagem.

Para nós, para a Análise do Discurso, a questão central das ciências humanas e sociais é a questão da história, isto é, a questão das formas de existência possível de uma ciência na história como linguagem urbana.

Mas qual a relação de cidade e de urbanidade com tudo isso? A superioridade urbana vem de uma compreensão sistêmica imaginária, onde a função, ou as funções exercidas pela cidade, ou exercidas no urbano, se confundem com o próprio espaço material (Orlandi, 1999).

Nos diz Neveux (les discours sur la ville) “La supériorité urbaine a désormais (séc XIX) une origine fonctionnelle; elle s`insere dans une vision d`ensemble structurée et non plus partielle et descriptive”. Ora, o sentido da cidade é significado como paráfrase dos sentidos do corpo da época [pensando o trabalho de Michel Foucault]. Os sentidos de urbano e de organismo se recobrem em diferentes escalas. Mas este recobrimento ocorre em uma instância funcional, e sabemos, com a Análise do Discurso, que o funcional é da ordem do imaginário. Trago para a discussão os encontros de tecnologias de linguagem.

"minha janela conta
a estória da cidade
daquele pedaço ali
ao meu alcance
ocupo o espaço
dominado pelos aviões
e perco tempo
mato o trabalho
alimento ilusões
do jeito que tem sido deliro
não preciso de travesseiro
eu tenho o corpo inteiro."
(Bernardo Vilhena 1976,
in Max de Castro 1999³⁸)

No projeto "Os Sentidos Públicos do Espaço Urbano", em 1996-1999, estabeleci uma relação específica entre o corpo e a cidade³⁹. Como depois disso trabalhei mais fortemente com o trabalho de produção de software e implementação eletrônica, fui compreendendo como a noção de organismo é central nas tecnologias de informação, que são características do processo de urbanização atual.

Como articular a questão do organismo, com a escrita eletrônica? E como pensar a saúde deste organismo? O organismo da enciclopédia discursiva da cidade (projeto que nós desenvolvemos depois do SPEU) é de textos, corpo textual (cf. Orlandi sobre o corpo do texto). Ele é particularmente organismado pela escrita

³⁸ Vilhena, Bernardo. Atualidades Atlânticas, 1976; in Max de Castro, cd Samba Raro, trama, out 1999

eletrônica. É um organismo eletrônico, que necessita de conexões assim como os neurônios; os textos precisam de links entre si. Uma vez que a metáfora do computador é o cérebro. Ou seria o cérebro, a metáfora do computador? Em mão dupla, em um encontro de tecnologias, os modelos de implementação semântica para computadores, acabam re-correndo às noções de forma conteúdo, à lógica, e à estrutura neuronal, aos modelos de circulação de informação. E a língua? Se estabiliza imaginariamente como veículo, veículo da repetição infinita de seu apagamento através de uma técnica. São as novas tecnologias de apagamento do próprio da língua, do sujeito na história, das práticas de interpretação, da cultura, etc.

E em sua janela,

" minha janela conta a estória da cidade

daquele pedaço ali

ao meu alcance"

A justaposição da metáfora do computador como parte da cidade, como janela que conta estórias em pedaços. Como janela que in-forma desta justaposição de objetos organismados, única relação ao alcance daquele pedaço ali, daquele sujeito que se é contado por uma janela. Que é dito dentro de seu alcance "objetivo" nesta justaposição pela própria rede neuronal da cidade.

A janela aí funcionando como o possível da relação, entre o sujeito e a história do que está ao seu alcance. E, imediatamente diremos que janela se tornou um objeto muito presente, considerando a presença dos avanços tecnológicos pelo enquadramento das imagens possíveis em janelas.

Diferentes janelas estão efetivamente disponíveis e convivem em suas diferentes materialidades num jogo orgânico de justaposição, a da TV, do

³⁹ cf. Wanderley 2000, Claudia. O Corpo, a Cidade: Repetição. In *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*, Campinas, SP, pontes, 2001

computador, do telefone wap, as janelas de casa, as janelas da alma, as janelas que se abrem quando uma porta se fecha, etc. E essas janelas contam histórias, como diz Vilhena. Para nós, Janelas são contadoras de história. A memória da passagem entre. Alcances, cidades, pedaços, justaposições, questões. O possível da relação, como já dissemos, na passagem o que há são memórias materiais. Fluxo. Discurso.

A) O organismo como efeito do aparelho jurídico-político:

Diz Pêcheux em Semântica e Discurso:

"Todo nosso trabalho encontra aqui nossa determinação, pela qual a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos "rituais" ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria "tese central", na figura da interpelação.

Essa figura, ao mesmo tempo religiosa e policial ("Você, por quem eu derramei esta gota de sangue"/ "Ei, você aí!") tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra "interpelação", de tornar tangível o vínculo superestrutural - determinado pela infra-estrutura econômica - entre o aparelho repressivo do Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla "as identidades") e os aparelhos ideológicos do Estado, portanto: o vínculo entre o "sujeito de direito" (aquele que entra em ação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: "Sou eu")."(p.154)

Para nós é possível compreender o processo de interpelação da cidade como a interpelação de um objeto orgânico em inter-ação e justaposição orgânica com outros objetos. O organismo social se realiza, ao nosso ver, a partir do que Pêcheux chama de aparelho repressivo do Estado, e isto se torna radical quando as identidades organismadas são afetadas, trabalhando de forma justaposta às identidades de seus iguais processando informações em rede...

2. Excerto

Prevenção à AIDS, o funcionamento da campanha de saúde como evidência

“Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.” (Santos, 2000:19)

Retomando a relação entre linguagem e saúde, agora da perspectiva da prevenção a uma epidemia dita mundial, vamos procurar a discursividade da saúde, a partir da compreensão de tecnologias da linguagem.

O que não era visível diretamente na campanha de prevenção à AIDS no início de nosso estudo, já se torna passível de análise. Sendo assim, em nossa reflexão consideramos possível que a política do sujeito biológico, que se instala fortemente no espaço público brasileiro com as campanhas de prevenção à AIDS no Brasil, funcione de forma difusa como campanha pública de saúde. Veremos como.

Em 1996, quando me interessei pela campanha (lembramos que a AIDS foi identificada em 1982 nos EUA) constatei que o Brasil estava numa posição privilegiada em termos da qualidade do trabalho de prevenção no cenário mundial, a qual se mantém ainda hoje em 2003, sendo mundialmente considerada uma prática modelar. Assim, os resultados da eficácia da política de prevenção de então estavam sendo celebrados publicamente, e o continuam sendo, agora na posição de modelo de trabalho para os países em desenvolvimento.

Como funciona a campanha promovida pelo governo brasileiro para obter os excelentes resultados que obtém? Esta pergunta inicial, ao longo do trabalho, (pelos próprios resultados da análise que fui obtendo) se desdobrou em duas: a) como funciona a campanha de prevenção à AIDS promovida pelo governo brasileiro, e b) como o Brasil chegou a estes excelentes resultados. Na articulação entre as duas questões, problematizei a ligação entre a discursividade científica e a administração pública ao longo da análise.

Retomamos a primeira pergunta da perspectiva da saúde: como funciona a campanha de prevenção à AIDS em termos de tecnologia de linguagem?

A campanha divulgada pela OMS, e grosso modo traduzida no Brasil, foi constituída em grande parte a partir do trabalho já realizado pelos profissionais norte-americanos e contava, como ainda conta, com sua consultoria. E embora certamente a sociedade brasileira não reaja da mesma forma que a classe média americana à notícia da pandemia, os sentidos serem produzidos nos EUA será um traço presente em toda a prevenção divulgada no Brasil pelo governo brasileiro: discursivamente a campanha está direcionada para os sentidos da classe média americana do norte, seu cotidiano, seus valores, suas crenças, e não para os sentidos dos brasileiros.

Com esta constatação, é possível começar a vislumbrar este espaço do sujeito saudável presente na campanha. Quais são as redes de sentido constituídas historicamente e presentes no discurso como memória, que vão permitir que este fato faça sentido?

É possível visualizar e compreender que o efeito ideológico mais forte desta campanha, feita para um público específico, que permite que ela seja "aproveitada" ou "emprestada" para outros grupos sociais, e outros países, é a evidência da universalidade do vírus que indubitavelmente ameaça de forma universal o também

universal ser humano. O vírus e o organismo humano são universais, graças à proposição da própria ciência que se assenta sobre os sentidos de objetos universais e experimentos universalmente repetíveis.

Ocorre que a discursividade da saúde presente nesta campanha é própria à prática social da comunidade americana do norte. Pudemos compreender, com a análise, que não é a discursividade científica que está funcionando de forma dominante em uma campanha pública mas a discursividade do público-alvo. Ou melhor, a prevenção está sendo proposta, dita, realizada, divulgada, a partir dos temores, pré-conceitos, paranóias, da classe média norte-americana, constituídos na própria discursividade da ciência. Ou melhor, a campanha é elaborada por uma memória de sentidos que organiza a vida do americano classe média como a vida ideal. Como o padrão de bem-estar possível na sociedade atual.

É uma campanha feita de Formações Discursivas muito específicas, como a homofobia, por exemplo, ou mesmo o puritanismo, sentidos que ganharam por extensão, graças à política de urgência dos organismos internacionais de saúde, um efeito de universalidade. Criou-se assim, por um efeito ideológico, uma necessidade incontornável de que a saúde pública mundial atuasse fortemente também na promoção da universalidade de uma política de exclusão social à qual se filia a classe média norte-americana. Essa é uma das questões que precisa ser colocada seriamente em discussão, sempre que pensamos em divulgação científica, vulgarização científica, educação para a ciência, políticas públicas, etc.

E como o Brasil chegou a estes excelentes resultados de prevenção? É muito interessante refletir sobre como é possível que a sociedade brasileira responda de forma tão eficiente a uma campanha realizada com sentidos e valores relativamente alheios. Como Linguista, neste caso trabalhei na contra-mão do senso comum, que a

esta altura poderia dizer que, apesar dos preconceitos inerentes e do público-alvo da campanha ser outro, que a campanha de prevenção à AIDS foi efetivamente realizada no Brasil em âmbito nacional, e que isso, "naturalmente" surtiria efeitos positivos no que se relaciona à prática de prevenção. Ora, se levamos adiante o processo analítico, e vamos fazê-lo, veremos que não é bem assim.

Trabalharemos um pouco com a memória do Brasil, ou seja, vamos incluir nas produções desses sentidos, a memória discursiva, em outras palavras, o interdiscurso. Este, como sabemos, é definido como aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente. E vamos situar isso no Brasil.

A obra de Orlandi, que tem sua produção voltada para a história dos sentidos, e dos apagamentos, que constituem a memória no Brasil, foi essencial para compreender esta questão. O que pudemos inicialmente constatar, a partir da leitura de "Terra à Vista"(1990) por exemplo, é que historicamente, a discursividade do brasileiro foi constituída em uma relação de memórias, em campos de sentidos realizados em migrações de relações de força de discursividades de diferentes grupos indígenas, africanos, europeus, asiáticos, que, em diferentes épocas, constituíram o Brasil em um lugar para si. Esses fluxos de sentidos, esses movimentos de memória, foram posicionados em uma relação de força com os sentidos da colonização, com a história da língua do colonizador⁴⁰. Isso se dá em uma materialidade própria ao que é - ou ao que se tornou, e continua se tornando - brasileiro, e é por causa desta injunção de forças que em nossa história nem tudo (ou, de fato, quase nada) fazia sentido na língua do colonizador, ou era passível de ser dito. Assim, trabalhamos, nos entendemos e nos desentendemos em silêncio. É dentro desta compreensão de que a constituição da identidade brasileira se historiciza no silêncio, e funciona a partir desta

⁴⁰ Cf. Projeto História das idéias Lingüísticas

materialidade, que é possível compreender o deslocamento produtivo - invisível no corpus de análise porque ele está dito (trata-se de uma textualização), mas que pode ser compreendido no efeito da campanha através da análise - que o brasileiro, no que se relaciona à campanha de prevenção à AIDS ineficiente para nossa sociedade, mobiliza recursos à sua maneira para que a prática de prevenção se dê, sem que o discurso da prevenção importada necessariamente sofra modificações pelo governo brasileiro.

Dito de outra maneira, o brasileiro tem uma memória de funcionamento que aponta sempre para considerar publicamente a formulação que não é a dele, no espaço público. Acreditamos que isso seja um traço constitutivo da relação histórica do brasileiro com a língua nacional. Uma recorrência, uma pontuação da identidade do espaço público no silêncio. E acrescentar que seria muito difícil chegar a esta compreensão sem os recursos teóricos disponíveis hoje sobre o silêncio.

"...o mito da 'neutralidade científica', da suposta indiferença, como respeito às palavras e da intertradutibilidade das questões para além dos confrontos (reduzidos a polêmicas ou a controvérsias) mascara, na verdade, o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista, para a qual não há jamais equivalência entre várias formulações, e que não espera jamais que a 'experiência' sirva para exibir a 'boa' problemática." (Pêcheux, 197: 1995)

Ou seja, no Brasil, grande parte de nosso “conhecimento” nesta área se dá por filiação, fato fundamental para compreendermos a ordem do discurso que vai permitir que AIDS faça sentido no país. O “empréstimo” (Orlandi, 1997) do discurso sobre AIDS, tem como efeito o fato do funcionamento desse discurso no Brasil estar atravessado fortemente pelo discurso científico, técnico, público e americano do norte sobre AIDS, utilizado pela OMS, sem que haja possibilidade real de elaboração de um discurso próprio por parte do Brasil por questões científicas, econômicas e históricas,

como vimos. Nesta passagem, vamos da produção da ciência à circulação mundial de informações preventivas à epidemia. Ou seja, o espaço de circulação de sentidos desta campanha abrange virtualmente o espaço urbano mundial. E produz, ao nosso entender, uma superfície que permitirá um processo de sentidos e sujeitos que chamamos de "cidadania global". É este o seu funcionamento dominante.

O que podemos perceber, ao procurarmos o sujeito alvo da política de prevenção, ao analisar por exemplo um cartaz (Fig. 1 - esquema) recorrente durante todos os anos das campanhas de prevenção no Brasil, é que no material de divulgação da campanha não há materialmente um sujeito lá, efeito que chamamos de falho. Trata-se de um sujeito "que se reconhece na leitura sem precisar de marcas na língua"⁴¹, como na expressão do cartaz, que abre uma lista de práticas de prevenção: "AIDS: assim não pega". Quem não pega AIDS e de quem não se pega Aids, é um sentido impossível de saber exclusivamente pelo que está escrito, é o que Orlandi chama de lembrete ideológico. É necessário já estar inscrito em uma dada Formação Discursiva para que estas faltas façam sentido.

Aí está, segundo nossa reflexão algumas marcas da discursividade da saúde: a falha, o lembrete ideológico, a presunção da inscrição do sujeito nestas Formações Discursivas para poder compreender. Ocorre, que é da "natureza" destas formações discursivas não serem formuladas na língua de maneira positiva. Assim, só mesmo um trabalho paciente do Analista de Discurso abre a possibilidade de chegar a essas superfícies discursivas silenciosas, que organizam a posição do sujeito saudável. A posição-sujeito default da vida social.

No exemplo, todos sujeitos são reconhecíveis, sem a necessidade de organizá-los explicitamente no texto. A forma-sujeito que pega Aids, a que não pega, e a que

⁴¹ Cwanderley, 1999

esclarece a respeito dos riscos de contaminação entre as duas primeiras. Fato curioso, insistimos, na medida em que é possível distinguir o funcionamento da forma-sujeito neste caso, sem a presença de marcas na língua, mas pelo seu funcionamento discursivo.

Saiba como se pega AIDS.

Assim pega.	Assim não pega.
• Sexo na boca	• Suor
• Sexo na vagina	• Beijo no rosto
• Sexo anal	• Aperto de mão/abraço
• Uso de seringa por mais de uma pessoa	• Sabonete/toalha
• Transfusão de sangue contaminado	• Talheres/copo
• De mãe contaminada para seu filho durante a gravidez ou no parto	• Picada de inseto
• Instrumentos que furam ou cortam não esterilizados	• Assento de ônibus
	• Piscina
	• Banheiro
	• Doação de sangue
	• Pelo ar

Seja vivo. Evite a AIDS.

BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE

**Pergunte Aids
0800 61 2437
Ligue grátis**

Figura 1

Fomos buscar as condições de produção(CP) deste sujeito falho, e fazer o caminho que Pêcheux 1975 nos propõe ao relacionar o discurso científico e o tecnológico⁴². Nos deparamos com cinco questões interessantes, que passaremos a desenvolver: 1) que o sujeito que a campanha promove é o do discurso da biologia, é

um sujeito "objeto" de uma ciência, 2) que a discursividade da biologia, quando atravessa o escopo científico e adentra o administrativo vai funcionar sob um diferente regime ideológico, que dá grande visibilidade às suas CP no próprio campo da biologia, 3) que para a discursividade da prevenção fazer sentido no Brasil, ela mobilizou diferentes mecanismos da repetição formal⁴³, criando um efeito paradoxal de produtividade e processos de identificação. 4) Que o silêncio⁴⁴ vai ser a materialidade fundadora da prática discursiva da saúde, na medida em que há um transporte para o Brasil do discurso dominante da necessidade mundial de prevenção, e ao passo que há um transferência⁴⁵ da prática de prevenção. 5) Que a superfície discursiva no espaço urbano brasileiro promove diferentes tipos de real (Pêcheux 75), e que isso retorna na ordem do discurso de forma própria.

2.1. a questão do sujeito "objeto" de uma ciência

A primeira questão que se coloca, é o que faz o discurso da biologia em uma campanha mundial de prevenção à AIDS? A princípio, a pertinência do discurso científico se apresenta, mas o que é efetivamente, ou até onde vai, o discurso científico?

A história da produção do conhecimento não se separa de suas condições de produção. E o que podemos ver na história da construção do nome da doença em inglês, Gay Pneumonia> Gay Cancer> Gay Compromise Syndrome> Gay Related Imune Deficiency >Auto-Immune Deficiency Syndrome, é que o "auto" pode ser lido como recursivo e pode remeter de forma falha a "gay". Assim a doença gay aponta

⁴² Pêcheux Estrutura e Acontecimento, 1981.

⁴³ Orlandi, 1988

⁴⁴ Orlandi, silêncio 1995

⁴⁵ Orlandi (1997) estabelece uma diferença teórica entre o processo de transferir e de transportar em que no primeiro há deslizamento, historicização e no segundo há imposição de uma outra memória sobre a memória local." Orlandi, E. "Les discours fondateurs", Colóquio "Naissance du Brésil". Univ. de La Sorbonne, Paris, mai 1997.

para um sujeito gay doente. E também para uma prática gay que pode ser considerada doentia, causadora de câncer. Continuando, nesta discursividade, a que sentidos "gay" se relaciona? E teremos inicialmente os grupos de risco compostos por sujeitos homossexuais, drogaditos, prostitutas, hemofílicos, haitianos ou africanos. O que nos chama a atenção nesta lista é que há um traço em comum: são comunidades com discursividades não dominantes. São o que "não é saudável" na discursividade da campanha.

A dominância presente aí é o discurso de homogeneização cultural, que se sustenta no efeito de um parâmetro "neutro", e "científico" para trabalhar seus sentidos: o discurso da biologia do sujeito saudável americano do norte.

Não estamos porém tentando colocar em questão o conhecimento científico das ciências da natureza. Nosso interesse é salientar que embora dentro do laboratório e do espaço acadêmico o conhecimento tenha um tipo de circulação⁴⁶, ao passar para a discursividade tecnológica, para a prática de administração do sujeito, e ao circular no espaço público, os efeitos de sentido passam a ser outros, o texto se desloca pela própria diferença posta na circulação destes sentidos de saúde.

As condições de produção dos sentidos de sanidade vão funcionar parafrasticamente relacionando conhecimento e cidadania na superfície discursiva. Ou seja, a filiação do cidadão aos sentidos que significam a contaminação pelo HIV (conhecimento científico importado), o inscreve em uma forma-sujeito falha da campanha de prevenção (o sujeito saudável do espaço público americano). A forma do sujeito saudável, do bem-estar estrangeiro, esta forma interpela o indivíduo brasileiro pelo avesso, porque este indivíduo está materialmente em outro real possível. Aí ele se significa em uma discursividade e se diz com outro discurso

disponível, sempre na decalagem, no intervalo. É em relação a esta filiação de formulação apenas que é possível definir, testar, quantificar sua sanidade.

2.2. deslocamento da discursividade científica

Como já dissemos, há, portanto uma necessidade de inscrição histórica na discursividade que estamos chamando de “classe média norte americana”, para que o sentido faça sentido para os sujeitos brasileiros leigos. Isso nos dá pistas sobre desencontros, equívocos, e ambigüidades presentes na campanha.

No caso do Brasil, "espécie humana" deixa de ser um instrumento heurístico da ciência, funciona como instrumento de política pública e administração dos sujeitos, em função de uma tendência de homogeneização a partir da interpelação do sujeito biológico. Ou seja a metáfora de aproximação do cidadão para com a ciência, utilizada na campanha veiculada no Brasil, é a de forma-sujeito colaboradora do avanço científico das ciências naturais, na posição de objeto de pesquisa da biologia. Lembramos a campanha de TV veiculada recorrentemente “A ciência está fazendo a parte dela, faça você a sua, previna-se contra a AIDS.”

Então, nesta campanha, saudável será o sujeito brasileiro que se filiar à prática da prevenção, que se filiar ao grupo de teste sobre as formas de prevenção. Doente, e perigoso para este experimento, será o sujeito brasileiro que não é interpelado pela discursividade dominante, a forma-sujeito que não se filia aos sentidos de avanço científico, o sujeito do conhecido grupo de risco. Assim, esta discursividade científica, deslocada para o espaço público através da TV, produz uma política da subjetivação, sustentada na memória de universalidade, neutralidade e verdade do conhecimento.

O que vemos aí é uma prática política, fundada sobre a necessidade da ciência de se constituir sobre a compreensão de um objeto. A noção de unidade mínima de

⁴⁶ Orlandi 2000

reflexão e análise para o discurso científico (no caso das ciências naturais, a noção de espécime) vai funcionar como identidade (idêntico) para o discurso tecnológico da prevenção. E assim como qualquer experimento deve ser passível de reprodução, ou como qualquer objeto de pesquisa deve ser universal, o sujeito biológico reproduz seu discurso de forma universal, apagando as diferenças históricas, as diferenças materiais. E as superfícies discursivas podem ser recorrentes, uma vez que estão atreladas a um conhecimento universal. Assim quem pega Aids no Brasil, na França, na Coreia é o mesmo sujeito, o sujeito biológico, e o efeito de evidência é que somente ao se individualizar através do discurso científico é que podemos estar a salvo da contaminação pelo HIV.

Para nós, o efeito principal da discursividade da campanha de prevenção à Aids, dentro do período estudado, é reduzir a história a mecanismos de sobrevivência, e promover fortemente o apagamento das relações políticas e econômicas entre os povos. Produzir superfícies discursivas para a ancoragem da unidade corporal do sujeito, através do discurso da biologia. É “saúdável” esquecer sua história e memória.

De fato, o sujeito saúdável neste caso se organiza na evidência empírica do organismo e da espécie, em que o sujeito ocidental se inscreve, mas, como lingüistas precisamos de um outro lugar diferente do da biologia para pensar o sujeito que vive. No espaço da medicina, por exemplo, a vida já foi compreendida de maneiras diferentes, por exemplo, em estrita dependência com a presença da alma, ou em relação direta com a respiração, ou ainda com sua presença no batimento cardíaco, e mais recentemente ela se evidencia no funcionamento cerebral. Toda a proposta de internacionalização é atravessada pelos sentidos da discursividade da biologia, o que

dificulta fortemente a mobilização de uma postura crítica, uma vez que a forma-sujeito histórica que somos, nos individualiza em unidades bio-psíquicas⁴⁷.

Propomos, através da Análise do Discurso, pensar a questão da vida do sujeito não como um funcionamento sistêmico evolutivo de um organismo lutando pela sobrevivência no meio, mas como um sujeito *bios* que se define pela "materialidade presente do sujeito, as evidências simbólicas disponíveis que asseguram a um sujeito, inscrito historicamente e sujeito a falhas, que ele vive agora. É um espaço ocupado pelo sujeito de uma forma fluida⁴⁸, sem muita visibilidade discursiva na cultura ocidental, quase imperceptível a olhos nus. Este sujeito está já-lá. Assumir este já-lá evidencia sua presença, é uma ilusão necessária de uma unidade corporal simbólica."⁴⁹. O que torna impossível a asserção de que o sentido do corpo ou do sujeito efetivamente se dê exclusivamente a partir do discurso científico da biologia fundado no séc. XIX. Um corpo é um gesto material; ele não é da ordem do real. De fato, afirmamos que o caráter material do sentido⁵⁰ e seu funcionamento não se dobram às formulações da produção científica que circula no espaço público, embora haja uma relação imaginária aí. Já discutimos esta dobradura no item III.

2.3. diferentes mecanismos de repetição, ou recorrências?

A questão da organização⁵¹ do discurso da prevenção à Aids, portanto, interpela as diferentes sociedades a partir do lugar do sujeito biológico filiado aos sentidos de saúde de um americano do norte classe média, e interpela grupos

⁴⁷ Eni, Escritos IV

⁴⁸ ver a noção de língua fluida em Orlandi (1985)

⁴⁹ Wanderley, 1999:52

⁵⁰ Pêcheux, 1975:160

⁵¹ Orlandi, Interpretação

considerados marginais, em cada uma dessas sociedades, a partir de uma posição que chamamos sujeito biológico espécime, como comunidades de sujeitos-objeto de pesquisa (drogaditos, homossexuais, hemofílicos, prostitutas, africanos, terceiro-mundistas, etc.), como lugar de insurgência do patológico, ou como o lugar por excelência de compreensão da patologia.

É a relação discursiva necessária entre cientista e objeto de pesquisa, parafraseada em uma relação de forças posta necessariamente no discurso técnico entre dois sujeitos em diferentes posições discursivas. Como se vê, trata-se de uma homogeneização produzida, de uma relação de forças ancorada⁵² no funcionamento da produção do conhecimento da discursividade da ciência e seu funcionamento no espaço público.

No caso do Brasil, ao estudarmos as CP (condições de produção) do material de prevenção, compreendemos que houve um empréstimo imediato da discursividade de prevenção, ao passo que a prática de prevenção passou por outro procedimento. Aí consideramos pertinente trazer a distinção que Orlandi faz entre transporte e transferência. Ao nosso ver, o fenômeno do transporte de uma discursividade neste caso ocorre quando, à revelia das condições históricas e materiais de um lugar, há em outro lugar a reprodução literal de um texto. Efeito da consideração de um texto como instrumento, como produto tecnológico para algo além dele mesmo. Isto ocorre claramente na reprodução do material de prevenção à Aids, na OMS - que tem nos cientistas dos EUA, sua fonte básica de informações, e a discursividade da saúde do sujeito classe média norte americano - e no Brasil - que tem na OMS sua referência de política mundial. Sob o efeito do que Orlandi chama de perfídia da interpretação, ou

⁵² Gestos de leitura

seja, trabalhar sob o efeito da literalidade do sentido, as campanhas de prevenção são transportadas, "copiadas", de um país a outro.

Como esta formulação se realiza na técnica de prevenção, na superfície de uma tecnologia de dizer pública e globalmente a necessidade de uma prática, acrescentaríamos que a possibilidade de existência da campanha, como medida preventiva real, se sustenta no efeito de evidência do organismo, e na assunção de uma correspondência unívoca entre linguagem, pensamento e mundo.

Em outras palavras, só é possível conceber a possibilidade técnica de uma campanha pública mundial, se estivermos atravessados pelo efeito do que M. Pêcheux (1969) chama de esquecimento n. 2. Só é possível trabalhar sobre esta superfície discursiva se ela estiver imaginariamente estabilizada.

Neste caso, o analista do discurso é obrigado a deslocar o procedimento prático, recuar para as condições de produção destes sentidos, e colocar em causa as relações de sentido sobre saúde promovidas a partir da necessidade histórica da circulação mundial e emergencial desta discursividade nos dias atuais.

Um exemplo de resistência interessante é a mobilização internacional dos movimentos gays, extremamente afetados pela constituição de sentidos da Aids, que ganham visibilidade quando se inscrevem nesta posição e tentam deslocá-la - mais adiante analisaremos um exemplo brasileiro. Um apagamento radical deste lugar é a ausência de uma discursividade dos hemofílicos, que obrigatoriamente devem sua infecção aos procedimentos médicos e hospitalares utilizados em sua transfusão sanguínea. Não temos notícia de nenhum tipo de mobilização que questione politicamente o sistema público de saúde, ou os hospitais, ou ainda os profissionais de saúde, por utilizarem sangue contaminado, ou sem testagem HIV, em cidadãos saudáveis.

Enfim, o sujeito brasileiro, é filiado, no contrapé da campanha, à cidadania da política americana do saudável. Se filia à formulação da forma-sujeito da espécie, evoluída ou adaptada, globalizada no discurso da campanha transportado para o nosso território. Mas esse fato exclusivo, não significa que a prática de prevenção aconteça efetivamente, ou seja, que a campanha sirva para algo além de interpelar indivíduos em uma nova ordem política.

Retomando a distinção de Orlandi, entre transporte e transferência, vamos perceber que a prática discursiva de prevenção à Aids, no Brasil, passa por um processo de transferência ligeiramente atípico, uma vez que ele vai funcionar no silêncio, sob o efeito de língua-de-espuma (Orlandi 1995:102) no funcionamento da discursividade da prevenção. O fenômeno da transferência, neste caso, é compreendido por nós quando há um esforço de inscrição material e histórica de seus sentidos para que eles funcionem parafrasticamente nos textos des-locados para que se inscrevam efetivamente em uma diferente materialidade, na passagem de um discurso de um lugar a outro lugar. Não se trata de um procedimento “técnico” a ser realizado, mas de uma compreensão, muitas vezes inconsciente, do que este texto pode significar neste lugar diferente, uma leitura que permite efeitos de sentido produtivos na relação com a memória do sujeito, é o que Orlandi chama de repetição histórica⁵³.

Retomando Orlandi, 1995, a língua-de-espuma é uma "língua vazia, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua em que os sentidos batem forte, mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se de um lado, não se comprometem com nenhuma "realidade", de

⁵³ Orlandi 1988, Discurso e leitura

outro impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma "realidade"⁵⁴. Por um curioso efeito deste fenômeno, é que nos parece evidente que o sucesso do transporte da propaganda de prevenção para a superfície discursiva de saúde do espaço público brasileiro tem como consequência lógica o sucesso da prática de prevenção, ou que a discursividade da tecnologia mobiliza uma prática tecnológica e tem como efeito a efetivação de uma política pública. Neste caso, a língua-de-espuma apaga a própria materialidade brasileira que joga com estas instâncias políticas, e ao mesmo tempo absorve brutalmente a compreensão equivocada de um procedimento da ordem do discurso científico ser passível de generalização sem limite, e não apenas um dos recortes possíveis do real. De certa maneira podemos afirmar que um dos espaços de pontuação da identidade brasileira se estabelece na recorrência de uma prática atravessada pela língua-de-espuma.

E é dentro deste curioso silogismo que vamos trabalhar um equívoco que, ao nosso ver, faz parte da memória brasileira e funciona de forma contraditória e produtiva nas relações de força postas historicamente. A ocorrência simultânea destes dois processos, que são muitas vezes compreendidos como consequência natural um do outro, ou como subconjunto, são modelos de compreensão se pensamos no tempo linear ou no espaço público.

2.4. o silêncio como o possível

A compreensão própria da falta, ou do apagamento, já nos estudos de Orlandi - sobre o Brasil - mostram que é uma relação de forças que promove este silêncio brasileiro, desde a época da nossa "descoberta".

⁵⁴ Orlandi Formas do silêncio, 1995:102

Nossa hipótese, neste caso, é considerar que na medida em que a sociedade brasileira foi interpelada numa relação de forças de sentidos, como no caso da epidemia da Aids, ela trabalhou simultanea e contraditoriamente em duas direções: 1) filiando-se aos sentidos das discursividades científica e tecnológica, e realizando o transporte destes sentidos no que diz respeito à ordem do dizível, 2) aprofundando no silêncio sua posição histórica para mobilizar uma prática discursiva da prevenção, realizando um processo de transferência relativo à esta prática, e sustentando o equívoco da relação evidente entre um trabalho e outro tendo como resultado a nítida eficiência de uma política de saúde pública internacional. Novamente vemos a formulação pública como um espaço deixado para o estrangeiro, ao passo que a prática social de mantém no domínio de relações do sujeito brasileiro.

Aí, é possível pensar que o espaço simbólico que constitui as práticas do brasileiro funciona no silêncio⁵⁵, ou seja não é da ordem do dizível.

No caso da constituição das práticas discursivas de saúde, propomos a possibilidade de uma prática de resistência ao dizer dominante no silêncio, como constitutiva do sujeito brasileiro. Como o espaço de saúde real, e não o formulado emprestadamente.

Como diz Orlandi (1995:105), "O silêncio não fala, ele significa. É pois inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos", e ainda de acordo com Orlandi, situaríamos esta questão dentro das formas da política do silêncio "que dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer" (idem:105).

É neste sentido que, ao nosso ver, o silêncio funda um lugar constitutivo de significação discursiva para o brasileiro na questão dos sentidos públicos de saúde.

⁵⁵ Orlandi, formas do silêncio

Assim os brasileiros trabalham e significam em silêncio interpelados pela discursividade Estatal brasileira. No nosso caso, de maneira irônica, saudável será sustentar o equívoco histórico do sujeito brasileiro estar filiado aos sentidos do dizer do outro, do estrangeiro. E saudável também será realizar práticas no ponto cego da relação com os estrangeiros, que é o lugar do silêncio.

Assim, compreendemos, na campanha de prevenção à Aids realizada no Brasil, o deslocamento do lugar da prática discursiva para as formas do silêncio, como lugar de resistência e de subjetivação.

2.5. as diferenças e a política de subjetivação

Vai haver um recorte, como já vimos, destas discursividades da ciência, da tecnologia, da política pública, dos sentidos do espaço público, do sujeito.

Podemos ver na discursividade de sujeitos brasileiros homossexuais, e ou dos soropositivos, que é possível perceber que a instituição de uma Organização não Governamental vai ser um dos recursos utilizados para trabalhar sobre a discursividade da prevenção transportada. Em sua prática podemos compreender, no Brasil, a construção de um conflito entre a posição do sujeito homossexual, como uma forma-sujeito social, em relação à forma-sujeito do sujeito biológico espécime que é portador da não-dominância, da marginalidade, de um vírus, da morte, forma-sujeito fundada pelo/no meio-ameaçador, o sujeito que traz a peste gay.

Neste caso, percebemos o trabalho político da Organização Não-Governamental brasileira que tenta deslocar produtivamente a constituição de uma forma-sujeito sustentada pela campanha de prevenção à Aids transportada, enunciada como Peste Gay em duas novas formas-sujeito, e as ONGs em seu material de

prevenção vão apostar fortemente na mobilização histórica de uma nova política⁵⁶ de subjetivações possível, ainda filiados ao funcionamento da discursividade da biologia. Lembramos que Lagazzi-Rodrigues (1998) nos mostra que a política pública não dá conta de lidar com formas que não as do indivíduo. Ou seja, que uma reivindicação, e/ou um deslocamento, da ordem política realizados através de uma coletividade inviabilizam o funcionamento jurídico e mesmo a deliberação da legitimidade social ou não desta prática. Uma Organização Não-Governamental, para nós, atualmente pode ser considerada um exemplo deste fenômeno.

Ora, é justamente sobre esta falha necessária e constitutiva do processo de interpelação do indivíduo em sujeito⁵⁷, demonstrada pelo trabalho de Lagazzi-Rodrigues, que as ONGs brasileiras constroem sua prática. Neste caso, vemos a destruição⁵⁸ discursiva de uma forma-sujeito pela relação que se estabelece entre diferentes posições de locutor, de ouvinte e do texto, um "jogo entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado - os discursos instituídos, o senso comum - e outros estados de mundo."(ironia:84). Como lembra Orlandi, não se trata de produzir mera oposição, mas de fazer funcionar a significação múltipla da diferença pensando o simbólico como aberto.

O jogo que vemos acontecer entre duas formas-sujeito, sustentadas por diferentes instâncias, a do cidadão e a do sujeito objeto de ciência afetada pelo preconceito norte-americano. E se é possível deslizar de uma subjetivação para outra, deslocá-la, destruí-la, construí-la, estamos certamente trabalhando e deslocando filiações de subjetivação possíveis na passagem entre superfícies discursivas. Chamarei as condições discursivas destes processos de política de subjetivação. Trabalhar com a política de subjetivação seria estudar o funcionamento dos

⁵⁶ Lagazzi-Rodrigues, 1998

mecanismos discursivos que vão mobilizar formas-sujeito na história. Trabalhar para fora do alçapão da sala de conferência-teatro, a partir da lingüística, com as condições de produção de sentido e sujeito da história.

Neste sentido, é importante discutir as regionalizações das tecnologias de linguagem na constituição das noções de saúde.

⁵⁷ Eni, escritos IV
⁵⁸ Eni, texto de ironia